



Revista do
INSTITUTO
HISTÓRICO *e*
GEOGRÁFICO

NÚMERO 150

DO RIO GRANDE DO SUL

ISSN 1678-3484

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DO
RIO GRANDE DO SUL

150

**Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, ano 96, n.150, 2016.**

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. - v.1,
(jan./mar. 1921). - Porto Alegre: IHGRGS, 1921-.

Descrição baseada em: número 150 (2016)

Inclui bibliografia

ISSN 1678-3484

Periodicidade semestral

183 p.

1. Rio Grande do Sul - História - Geografia - Periódicos. 2. Brasil - História - Geografia - Periódicos. 3. Cultura - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

CDD: 981.65

CDU: 94(816.5)

Reunião preparatória da fundação 05/10/1920. Assembleia de fundação 19/11/1920. Reconhecimento de utilidade pública pelo Decreto Federal 4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962.

Capa: Priscila Pereira Pinto.

Ilustração: Aquarela de Hermann Rudolph Wendroth –
s/nº, Igreja-matriz e palácio do governo em Porto Alegre, com procissão.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

Horário de Funcionamento: Seg-Sex, das 9h às 12h e das 13h às 18h

Atendimento ao Público: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min

Telefone/Fax: (51) 3224-3760

e-mail: ihgrgs@terra.com.br / ihgrgs.biblioteca@gmail.com

Site: www.ihgrgs.org.br

Site da Revista: seer.ufrgs.br/revistaihgrgs

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA 2014-2016

Presidente: Miguel Frederico do Espírito Santo

1º Vice-Presidente: Günter Weimer

2º Vice-Presidente: Fausto José Leitão Domingues

Tesoureiro-Geral: Sérgio Alves Teixeira

Tesoureiro: Heinrich Hasenack

Secretário-Geral: Euclides Pinto Torres

Secretário: Blau Fabrício de Souza

Coordenador do Patrimônio Cultural: Vera Lucia Maciel Barroso

Coordenador de Comunicação: Fábio Kuhn

Conselho Fiscal

Cesar Pires Machado, José Carlos Teixeira Giorgis, Moacyr Flores

Membros Efetivos

Antonio Carlos Hohlfeldt, Arno Alvarez Kern, Blau Fabrício de Souza, Celso Jaloto Ávila Junior, César Augusto Guazzelli, Cesar Pires Machado, Coralio Bragança Pardo Cabeda, Earle Diniz Macarthy Moreira, Euripedes Falcão Vieira, Fábio Kühn, Fausto José Leitão Domingues, Flávio Loureiro Chaves, Gervásio Rodrigo Neves, Günter Weimer, Heinrich Hasenack, Hilda Agnes Hubner Flores, José Carlos Teixeira Giorgis, Luis Alberto Cibils, Luiz Osvaldo Leite, Marcia Eckert Miranda, Margaret Marchiori Bakos, Maria Elizabeth Lucas, Miguel Frederico do Espírito Santo, Moacyr Flores, Raphael Copstein, René Ernaini Gertz, Sérgio Alves Teixeira, Vera Lucia Maciel Barroso

Membros Correspondentes

Adilson Cezar, Alfredo Manuel Sánchez Muñoz, Ana Luiza Setti Reckziegel, Anderson Romário Pereira Corrêa, Antônio Gonçalves Meira, Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança, Carlos Zatti, Cláudio Moreira Bento, Diego Pufal, Eduardo Alvares de Souza Soares, Ernani Straube, Euclides Pinto Torres, Francisco das Neves Alves, Genuino Antonio Ferri, Hélio Leôncio Martins, Jali Meirinho, José Adirson de Vasconcelos, José Alfredo Schierholtz, José Antônio Falcão, Luiz Antônio Alves, Marcos Noronha da Costa, Mário Gardelin, Oscar Padrón Favre, Victorino Coutinho Chermont de Miranda, Walter Rela

Membros Honorários

Altino Berthier Brasil, Francisco Pereira Rodrigues

Membro Licenciado

Cláudio Francisco Accurso

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Editor-Chefe

Miguel Frederico do Espírito Santo (FURG)

Conselho Editorial

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS),
Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA),
Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu),
Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS),
Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

Comissão da Revista

Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS) , Fábio Kuhn (UFRGS),
Heinrich Hasenack (UFRGS)

Editores-Executivos

Gustavo Castagna Machado (UFRGS), Priscila Pereira Pinto (FEEVALE),
Thais Nunes Feijó (UNILASALLE-RS) , Wagner Silveira Feloniuk (UFRGS)

Secretária

Priscila Pereira Pinto (FEEVALE)

Avaliadores

Adriano Malikoski (UCS), Aline Virgínia Medeiros Nelson (UFRN),
Anderson Romário Pereira Corrêa (PUCRS), Bruna Lima (UFSM),
César Augusto Guazzelli (UFRGS), Demétrio Alves Paz (UFFS),
Diego Oliveira de Souza (UFSM), Diosen Marin (UFSM),
Gregorio Ferreira Gomes Filho (UFSM), Juremir Machado da Silva (PUCRS),
Maria Pia dos Santos Lima Guerra (UNB), Mateus da Fonseca Capssa Lima
(UNISINOS), Monica Rossato (UFSM), Pablo Rodrigues Dobke (UFSM),
Raquel Silva (FATECSCS), René Ernaini Gertz (PUCRS),
Thaís Amorim Aragão (UFRGS), Valter Luciano Goncalves Villar (UFPA),
Vânia Maria Oliveira de Freitas (UNICRUZ)

PREFÁCIO

Lançamos aqui o número 150 desta centenária revista. Este é o segundo volume publicado diretamente *online* pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Os processos iniciados no número 149 foram mantidos: a dupla avaliação cega, a submissão pelo site da revista, o edital público e o convite amplo feito a instituições de todo o Brasil para que utilizem o periódico como meio de veiculação de suas pesquisas sobre o estado.

Destacamos, neste prefácio, o papel dos avaliadores do periódico. Agora são várias dezenas de pesquisadores e professores que integram esse grupo fundamental para o funcionamento da revista. Implantar um processo de avaliação cega é o desafio maior de muitos periódicos brasileiros e o caráter multidisciplinar desta revista apenas aumenta esse desafio. A revista tem conseguido manter as avaliações no prazo, com comentários relevantes aos autores, e essa conquista nós agradecemos aos que ajudam a revista verificando a qualidade e profundidade das produções intelectuais.

Este número precisou muito dos avaliadores porque tivemos um número significativamente maior de submissões. Esperamos que isso seja sinal de confiança no periódico e nas suas políticas editoriais que estão sendo consolidadas. Graças ao maior número de trabalhos, acreditamos estar trazendo contribuições mais relevantes, feitas em grande parte por professores e pesquisadores com alto grau de formação e diversas contribuições nas suas áreas. Os procedimentos da revista têm como finalidade trazer pesquisas cada vez mais importantes, trazendo o melhor diálogo acadêmico ao instituto, e por isso é com grande satisfação que nesse número tenhamos mais artigos avaliadores e autores tão capacitados para realizar suas contribuições.

Contamos no número 150 com artigos sobre o Rio Grande do Sul nas áreas da economia, história, ciência política, arte, sociologia. Temos autores consagrados, como os dois convidados, Gabriel Santos Berute, escrevendo sobre a economia gaúcha em tempos de guerra no século XIX, e Moacyr Flores, escrevendo sobre o papel dos índios na construção cultural brasileira. Além deles, temos contribuições dos professores Reginaldo Gil Braga, professor do Departamento de Música da UFRGS, que escreveu análise sobre as missões folclóricas de Luiz Heitor Corrêa de Azevedo em meados do século passado e o professor da Universidade Federal do Pampa, Cesar Beras, sobre a contribuição gaúcha à formação sócio-histórica brasileira e sua democracia. Por fim, trazemos trabalhos acadêmicos de pesquisadores como Aline Rullian Germann Woloski, que analisa inédita

correspondência e documentos trocados entre Jorge Amado e Ivan Pedro de Martins, Leonardo dos Reis Gandia, que analisa a atuação política e militar de Luis Alves de Lima e Silva, então barão de Caxias, nas negociações de paz com a elite provincial rebelada contra o Império do Brasil realizadas nos anos finais da Guerra dos Farrapos, Jussara Maria Habel, com a interessante proposta de mapear as comunidades que possuem indícios de imigrantes boêmios (Bo), no Rio Grande do Sul (RS), e Alexandra Lis Alvim, que analisa as narrativas produzidas pelo curta-metragem “A Cidade e o Tempo”, de Antônio Carlos Textor, sobre as noções de campo e cidade e a que tipo de concepções de modernidade elas estariam atreladas. São todos mestrandos, mestres e doutores inseridos nos estudos sobre o estado e que contribuem com suas pesquisas para a formação da nossa academia nas áreas da ciência política, história e arte. Aos autores, ficamos gratos pela confiança no periódico.

Desejamos uma leitura proveitosa, que os interessados possam utilizar essas produções para suas pesquisas e para enriquecer o seu conhecimento sobre o Rio Grande do Sul. A revista continua com seu processo de atualização, respeito às normas editoriais mais atuais, compromisso com as diretrizes da CAPES e com a convicção de ter dado um passo a frente com essa publicação.

Porto Alegre, 26 de julho de 2016.

Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo

Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt

Dr. Fábio Kühn

Me. Heinrich Hasenack

Comissão da Revista

Me. Gustavo Castagna Machado

Bel^a. Priscila Pereira Pinto

Ma. Thais Nunes Feijó

Dr. Wagner Silveira Feloniuk

Comissão Executiva

SUMÁRIO

ARTIGOS

- 11 **A economia do Rio Grande do Sul em tempos de guerra (Porto Alegre e Rio Grande, primeira metade do século XIX)**
L'économie du Rio Grande do Sul au temps de guerre (Porto Alegre et Rio Grande, première moitié du XIXème siècle)
Gabriel Santos Berute*
- 33 **“Os meios de conciliação sem se desprezarem os da força”: a atuação do Barão de Caxias na pacificação da Guerra dos Farrapos (1842-1845)**
“The means of conciliation without despising the means of force”: the Baron of Caxias performance in the Ragamuffin War pacification (1842-1845)
Leonardo dos Reis Gandia
- 55 **A formação sócio-histórica brasileira, a democracia contingente e a peculiar contribuição gaúcha**
The brazilian socio-historical development, the contingent democracy, and the contribution of Rio Grande do Sul
Cesar Beras
- 79 **Missão de Pesquisas Folclóricas de Luiz Heitor Corrêa de Azevedo ao Rio Grande do Sul (1946): motivações, tratativas e negociações institucionais e individuais**
Folkloric researches mission of Luiz Heitor Corrêa de Azevedo to Rio Grande do Sul (1946): institutional and individual motivations, dealings, and negotiations
Reginaldo Gil Braga
- 95 **Índios na construção cultural do Brasil**
Indians in the cultural construction of Brazil
Moacyr Flores*
- 115 **Mapeamento de comunidades boêmias no Rio Grande do Sul**
Mapping of bohemian communities in Rio Grande do Sul
Jussara Maria Habel

- 135 Jorge Amado e Ivan Pedro de Martins: aparas de uma história apagada**

Jorge Amado and Ivan Pedro de Martins: remnants of an erased history

Aline Rullian Germann Woloski

- 149 A cidade, o campo e o tempo: Porto Alegre e Antônio Carlos Textor**

The town, the country, and the time: Porto Alegre and Antônio Carlos Textor

Alexandra Lis Alvim

DOCUMENTAÇÃO

- 169 Documentação de Apolinário Porto Alegre**

ARTIGOS

A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL EM TEMPOS DE GUERRA (PORTO ALEGRE E RIO GRANDE, PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX)

L'ÉCONOMIE DU RIO GRANDE DO SUL AU TEMPS DE GUERRE (PORTO ALEGRE ET RIO GRANDE, PREMIÈRE MOITIÉ DU XIX^{ÈME} SIÈCLE)

Gabriel Santos Berute¹

RESUMO:

O objetivo deste artigo é demonstrar como as guerras – Guerras das Cisplatinas (1811-28) e a Guerra dos Farrapos (1835-45) – afetaram a atividade econômica do Rio Grande de São Pedro. Ao observar duas das suas principais praças mercantis, notou-se que os conflitos afetaram de forma distinta a economia rio-grandense. As incursões e a ocupação da Banda Oriental tiveram efeito positivo sobre o conjunto da província, pois possibilitaram o acesso a novas terras, rebanhos e mercados. Os primeiros anos da rebelião farroupilha, por sua vez, foram prejudiciais para a economia, sobretudo para a capital da província rio-grandense. Os três períodos de cerco afetaram sensivelmente o abastecimento e o comércio de Porto Alegre, enquanto Rio Grande permaneceu sob o governo imperial e foi fundamental para a manutenção do comércio e o deslocamento de tropas. Índícios de uma recuperação dos investimentos econômicos em ambas as localidades, foram percebidos a partir de 1840. As escrituras de venda, crédito e sociedade registradas em Porto Alegre e Rio Grande entre os anos de 1808 e 1850, constituíram-se na principal base documental.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul; Banda Oriental; Guerra; Economia; Comércio.

RESUMÉ

L'objectif de cet article est de démontrer comme les guerres – Guerras das Cisplatinas (1811-1828) et la Guerra dos Farrapos (1835 a 1845) – ont affecté l'activité économique du Rio Grande de São Pedro. En observant deux de ses principales places commerciales, il est possible d'observer que les conflits ont touché différemment l'économie du Rio Grande. Les incursions et l'occupation de la Banda Oriental e ont eu un effet positif sur l'ensemble de la province, ceux qui ont permis d'accéder à de nouvelles terres, les troupeaux et les marchés. Les premières années de la rébellion farroupilha, à leur tour, ont été préjudiciables à l'économie, en particulier dans la capitale de la province de Rio Grande. Les trois périodes de siège ont affecté de façon significative l'approvisionnement et le commerce de Porto Alegre, tandis que Rio Grande est restée sous le gouvernement impérial et a contribué à la maintenance du commerce et le mouvement des troupes. L'observation d'une reprise des investissements économiques dans les deux villes ont été perçus à partir de 1840. Le actes de vente, de crédit et

1 Doutor em História pelo PPG-História/UFRGS. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Contato: gabrielberute@gmail.com.

société enregistrée à Porto Alegre et Rio Grande entre les années 1808 et 1850 ont constitué la base documentaire principale.

Mots-clés: Rio Grande do Sul; Banda Oriental; Guerre; Économie; Commerce.

Na noite de 30 de abril de 1838 os rebeldes farroupilhas obtiveram grande sucesso e impuseram uma das mais severas derrotas às tropas do Império do Brasil, ao atacar e tomar o controle da vila do Rio Pardo. Estrategicamente, o controle do rio Jacuí deu suporte para o estabelecimento do terceiro cerco à capital da Província, entre 1839 e 1840 (LEITMAN, 1979, p. 40-1)². Na ocasião, encontrava-se naquela vila o comerciante de Porto Alegre Antônio Luís da Costa Esteves, onde havia se instalado no mês anterior sob a proteção do governo imperial e o suporte de seu sócio, o negociante Francisco de Lemos Pinto³. Quando se deslocou para Rio Pardo, Esteves esperava poder equilibrar seus negócios prejudicados pela guerra e ter a oportunidade de cobrar dívidas de alguns de seus devedores na região. Apesar do sucesso inicial, o comerciante acabou perdendo “o seu armazém com todas as fazendas, mercadorias, e dinheiro apurado” e acabou entrando com um pedido de indenização contra o “Governo Legal” no valor de 16:084\$219 réis (“afora os lucros”), pois considerava “que convidando, e protegendo o comércio para a ida, lhe negou depois e impediu a retirada, ao mesmo tempo que também se devera retirar a Coluna por ter forças inferiores as dos Rebeldes já então reunidos”⁴.

As venturas e desventuras de Antônio Luís da Costa Esteves durante a Guerra dos Farrapos demonstram como as conjunturas de guerra podem representar também boas oportunidades de negócios, mas também grandes dificuldades, para os agentes mercantis estabelecidos na região envolvida com o conflito. De tal modo, o **objetivo** neste artigo⁵ é justamente analisar

2 Após a eclosão da Guerra dos Farrapos, em setembro de 1835, com a destituição do presidente da província do Rio Grande do Sul (Antônio Rodrigues Fernandes Braga), o controle imperial sobre Porto Alegre foi recuperado no primeiro semestre de 1836. A partir deste momento, os farroupilhas sitiaram a capital em três ocasiões: 1º Sítio (junho a setembro de 1836); 2º Sítio (maio de 1837 a fevereiro de 1838); 3º Sítio (junho de 1838 a dezembro de 1840) (FRANCO, 2000).

3 Francisco de Lemos Pinto era *negociante de grosso trato* de Porto Alegre, matriculado na Junta do Comércio desde 07.10.1815 (ANRJ, **Cód. 170**, v. 1, fl. 78v).

4 Quando as notícias da aproximação das tropas farroupilhas começaram a circular, apesar de suas súplicas, os comerciantes não foram autorizados abandonar o local “tanto por não ficar a Tropa, e moradores da Vila sem serviços, como por não causar desânimo, ou desalento na tropa”. Antônio Luís da Costa Esteves. **Protesto e Assiguação de Dez Dias**. APERS, 1839, I Cartório Cível e Crime de Porto Alegre, maço 138, processo nº 3711. Uma análise mais detalhada do processo encontra-se em BERUTE, 2008.

5 O artigo sintetiza parte das conclusões dos capítulos II e III da minha tese de doutoramento, ver BERUTE, 2011.

as atividades econômicas de Rio Grande e Porto Alegre na primeira metade do século XIX e demonstrar como as Guerras Cisplatinas (1811-1828) e a Guerra dos Farrapos (1835-1845) afetaram de forma distinta o padrão dos investimentos econômicos de duas das principais praças mercantis da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul. A **base documental** utilizada na investigação foram as *escrituras públicas* registradas em Rio Grande e Porto Alegre entre os anos de 1808 e 1850, que receberam um tratamento quantitativo. Para Rio Grande foram catalogadas todas as escrituras registradas no período: 2.059, correspondentes a um total de £ 678.415,33 (seiscentos e setenta e oito mil, quatrocentos e quinze libras esterlinas e trinta e três *pen-ce*)⁶. Para a capital foi coletada uma amostra de 4.289 escrituras do primeiro tabelionato que somavam um montante de £ 793.370,14⁷.

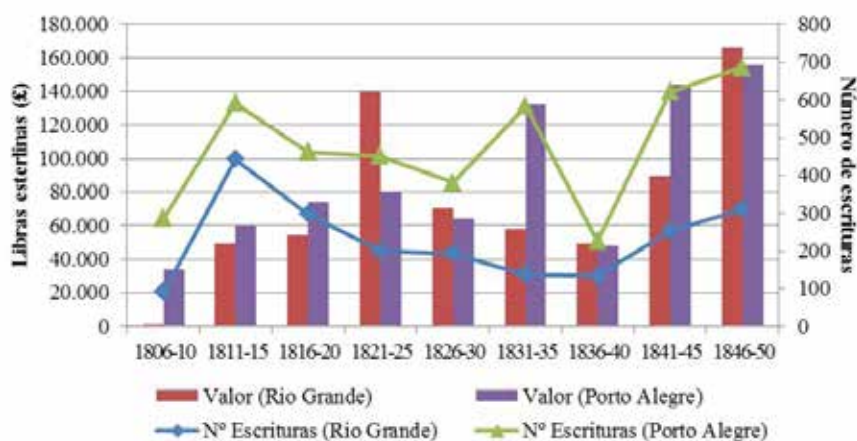


Gráfico 1 – Número e valor total (em libras) das escrituras por quinquênios (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-1850)

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas.** 2º Tabelionato de Rio Grande: Livro 2-21 (1811-1850); 1º Tabelionato de Porto Alegre: Livro 32-60 (1808-1850).

A distribuição do número total de escrituras e de seus respectivos valores em intervalos de cinco anos (Gráfico 1) permite observar que no quinquênio 1806-10 em **Rio Grande** há um evidente sub-registro. A ausên-

6 Tendo em vista a desvalorização do *Mil-réis* relacionada à inflação e as flutuações das taxas de câmbio, assim como para uma melhor avaliação da evolução dos valores monetários ao longo do período, optei por utilizar os valores expressos em libras esterlinas. Doravante os valores monetários serão informados somente com a sua anotação numérica.

7 Para Rio Grande, foram incluídas as escrituras desta localidade registradas em Porto Alegre antes da criação de seu próprio tabelionato (1811). Ver APERS. **Transmissões e Notas.** 2º Tabelionato de Rio Grande: Livro 2-21 (1811-1850); 1º Tabelionato de Porto Alegre: Livro 32-60 (1808-1850).

cia de um tabelionato até 1811 possivelmente contribuiu para que apenas uma parcela das transações efetuadas no período anterior tenha sido registrada apenas por meio dos chamados “documentos particulares”. O ápice deu-se justamente em 1811-15, quando foram anotadas 443 escrituras. Destaca-se a este respeito que os anos correspondentes às incursões na Banda Oriental representaram um momento de expansão da fronteira agrária e propiciaram a incorporação de bens produtivos (terras e animais). Consequentemente, pode-se considerar que parte deste elevado número de escrituras correspondia ao início das atividades do tabelionato da vila portuária, pois transações efetuadas anteriormente podem ter sido formalizadas nestes anos. Entre os lustros de 1816-20 e 1836-40, o número total de registros realizados apresentava-se em queda. Nota-se que os períodos indicados correspondiam respectivamente à segunda intervenção na Banda Oriental e ao início da Guerra dos Farrapos.

Quanto aos *valores*, apesar da tendência de queda no número de transações registradas a partir de 1811-15, ocorreu uma expressiva elevação dos valores até o quinquênio de 1821-25 – correspondente ao período da anexação da Banda Oriental e da independência do Brasil –, quando atingiu o maior montante da série. Houve um acentuado declínio a partir do lustro seguinte, no qual ocorreu a perda da Província Cisplatina e criação da República Oriental do Uruguai (1828). A queda nos valores acumulados nas escrituras se estendeu até o final da primeira metade da rebelião farroupilha (1836-40) e somente a partir do lustro de 1841-45 é que se iniciou uma recuperação nas duas variáveis consideradas, quando o centro dos combates já havia sido deslocado para a região da Campanha.

Na **capital**, as escrituras concentraram-se nos quinquênios de 1811-15, 1831-35, 1841-45 e 1846-50. Na segunda metade da década de 1830 foi registrado o menor número de escrituras e seu segundo menor valor total. A eclosão da Guerra dos Farrapos foi prejudicial para a capital. Como foi mencionado, embora tenha sido mantida sob o controle imperial na maior parte do conflito, Porto Alegre sofreu com os três cercos impostos pelas tropas farroupilhas no período de junho de 1836 a dezembro de 1840 (FRANCO, 2000). Ou seja, exatamente no lustro em que escrituras e seus valores apresentaram uma queda bastante acentuada.

Assim como em Rio Grande, até 1825 e a partir de 1836-40 houve um crescimento constante no valor total das escrituras. Nas vésperas da eclosão da rebelião contra o governo imperial houve a primeira elevação mais acentuada do montante total, enquanto nos dois últimos foram verificadas as maiores somas: £144.236,43 e £155.806,54. No quinquênio correspondente à perda da Província Cisplatina, houve queda no número de escrituras

registradas e no valor total envolvido.

O início das incursões e ocupação da Banda Oriental, portanto, representou um momento de expansão para a economia rio-grandense⁸, enquanto o período entre a Guerra da Cisplatina propriamente dita (1825-28) e os primeiros anos da Guerra dos Farrapos foram de dificuldades para as atividades econômicas e comerciais da província do Rio Grande de São Pedro. Após sofrer com o impacto negativo representado pelo início da rebelião farroupilha, os últimos anos do seu principal período belicoso do século XIX caracterizaram-se pelo início da recuperação da economia rio-grandense.

Embora Rio Grande tenha permanecido sob o controle legalista, o porto da capital foi muito prejudicado pelos cercos. Sendo Porto Alegre responsável pelo escoamento da produção de seu entorno e do interior até o porto de Rio Grande, a interrupção acabava prejudicando o conjunto da economia da província. Havia ainda os problemas comuns aos períodos de guerra: a desorganização da produção nas áreas atingidas pelos combates, o recrutamento⁹ da população masculina em idade produtiva e as requisições de provisões para o abastecimento das tropas.

Tendo em vista os objetivos do artigo, dentro do conjunto das escrituras registradas foram selecionadas aquelas referentes a *venda* (bens rurais, urbanos e embarcações), *crédito* e *sociedade*. De tal modo, a partir daqui as conclusões dizem respeito a um conjunto de 1.107 escrituras (53,8%) no valor total de £ 488.778,98 (72%) referentes à vila de Rio Grande e com 2.882 escrituras (67,2%) correspondentes a £ 673.327,73 (84,9%) de Porto Alegre (Gráfico 2).

8 Teófilo Torronteguy (1994, p. 48) afirma que inicialmente a Guerra Cisplatina favoreceu a atividade criatória e os grandes proprietários. Se a guerra facilitou o contrabando de gado, também trouxe problemas para seu transporte até as charqueadas da região litorânea. O autor acrescenta que os charqueadores obtiveram lucros, mas a grande maioria da população viu-se prejudicada pelo confisco de bens. Empobrecida, grande parte acabou servindo de mão-de-obra nas grandes estâncias.

9 José Iran Ribeiro (2005, p. 31-78) observou que mesmo isentos do recrutamento para as tropas de 1ª linha (Exército), os homens ligados ao setor produtivo (agrícola e pecuária), ao comércio (caixeiros) e à prestação de serviços (tropeiros, mestres de ofícios com loja aberta, etc.), tendo em vista as necessidades da guerra, acabavam sendo recrutados pelas tropas auxiliares (Ordenanças e Milícias). Posteriormente, o autor demonstrou o papel das redes locais de proteção na definição de quem seria alvo do recrutamento e seu uso como instrumento de controle social, afastando da província os indesejados envolvidos com rebeliões provinciais. O governo central assumiu o controle sobre este processo conforme incidu sobre a desestruturação das elites locais (RIBEIRO, 2013, p. 25-49). A respeito da influência das lideranças militares locais no recrutamento de tropas, ver FARINATTI, 2010, p. 201-49.

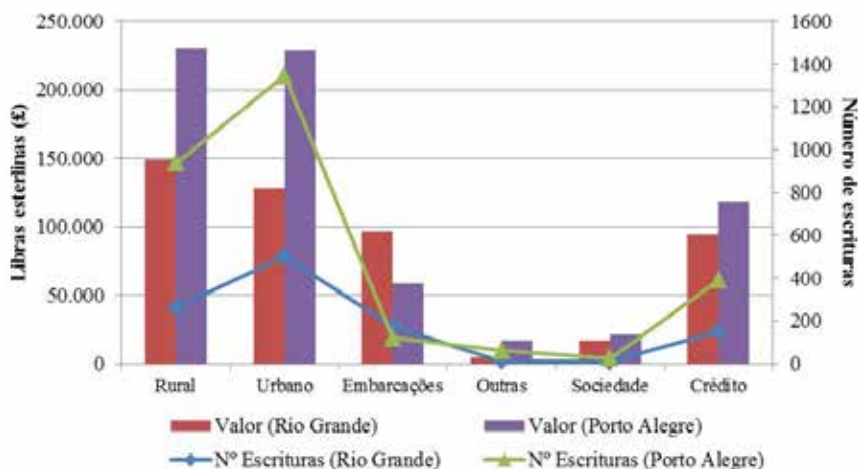


Gráfico 2 – Número e valor total (em libras) das escrituras por categoria (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-1850)

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas.** 2º Tabelionato de Rio Grande: Livro 2-21 (1811-1850); 1º Tabelionato de Porto Alegre: Livro 32-60 (1808-1850).

Em **Rio Grande**, a categoria *bens urbanos* concentrou 45,4% escrituras (503), o correspondente a 26,1% do valor (£ 127.708,53). As escrituras reunidas sob o título *bens rurais*, embora reunissem pouco menos da metade do número das escrituras de propriedades urbanas (23,7%), concentraram 30,6% do valor (£ 149.403,17) destas. Apesar de reduzidas no que diz respeito ao número de registros, as escrituras das categorias embarcações e crédito foram responsáveis por parcelas significativas e aproximadas dos valores transacionados: £ 96.222,43 (19,7%) e £ 94.497,23 (19,3%), respectivamente. No caso das poucas escrituras de “Sociedade” (8), chama a atenção o montante que elas alcançaram, considerando o pequeno número de ocorrências. As £ 16.692,57 (3,4%) acumuladas nestas escrituras indicam que parte destas transações envolvia valores elevados¹⁰.

Em **Porto Alegre**, as escrituras de *bens urbanos* representavam a maior parcela das escrituras (46,7%), seguidas dos *bens rurais* (32,5%) e dos *créditos* (13,5%). As *sociedades*, apesar mais numerosas do que o observado em Rio Grande, também corresponderam por aproximadamente 3% do valor total das escrituras. No caso das *embarcações*, as transações deste tipo de bem registradas em Porto Alegre foram sensivelmente menos representativas em relação àquela vila. Enquanto em Rio Grande as embarcações

¹⁰ Não foram incluídos os registros de “destrates de sociedade”. Aqueles que resultaram em dívidas foram adicionados às escrituras da categoria *crédito*.

somaram 15,8% das escrituras selecionadas e 19,7% do valor total correspondente, na capital representavam 4,2% das escrituras e 8,7% do valor reunido nos registros da capital. Considerando o somatório do investimento em embarcações e créditos, indicativos da atividade mercantil, as parcelas são de 17,7% das escrituras e de 26,3% do valor das escrituras de venda, crédito e sociedade somadas. Na vila de Rio Grande, estas parcelas eram de 29,3 e 39%, o que pode ser considerado como um indício do ritmo mais intenso da atividade mercantil daquela vila em relação à capital, especialmente com o comércio de cabotagem. Destaca-se que, apesar de mais numerosa em relação ao total de registros, a parcela do valor acumulado na categoria *urbano* (33,9%) é um pouco menor do que a categoria *rural* (34,2%). O mesmo já havia sido verificado em Rio Grande; todavia aqui a diferença não foi tão acentuada como naquele caso.

As tabelas a seguir demonstram como oscilaram os investimentos nos bens reunidos nestas categorias de escrituras ao longo do período investigado. Considerando as *vendas* de **Rio Grande** (Tabela 1), as de bens *rurais* concentraram a maior parcela do valor total negociado (39,6%), embora mais da metade destas fossem de bens *urbanos*, que acumulavam cerca de um terço do montante total acumulado nas vendas. Desconsiderando o primeiro quinquênio da série, por apresentar um número muito reduzido de escrituras, percebe-se que até o início da rebelião contra o domínio da Banda Oriental pelo Império do Brasil (1825), o investimento em bens rurais foi sempre mais representativo e superava amplamente o montante aplicado nos bens urbanos e nas embarcações¹¹.

11 Avaliando a participação dos bens de produção no patrimônio produtivo total da capitania rio-grandense a partir de inventários *post-mortem* para os anos entre 1765 e 1825, Helen Osório (2007, p. 67-75) constatou que nos períodos de guerra (1765-85 e 1815-25) os animais compunham a maior parte do patrimônio. Entre 1815-25, os animais e as terras representavam, respectivamente, 37,9 e 37,3% do patrimônio total. A autora afirma que “os preços do gado vacum aumentavam mais, e rapidamente, em tempos de guerra, enquanto as terras aumentavam lenta e progressivamente, refletindo-se esse movimento na composição do patrimônio produtivo”. A mesma autora ressalta que “A guerra configurava-se como um momento propício para arrear e roubar gado e, simultaneamente, como uma ocasião em que o consumo desse bem crescia muito, tanto por ser a base da alimentação das tropas, como por se apresentar como o butim passível a ser conquistado” (OSÓRIO, 2007, p. 72-3). Luís Farinatti (2010, p. 75) enfatiza que “A incorporação de terras e animais realizada nessas três primeiras décadas do século XIX atuou como um catalisador da expansão pecuária que transformou a fronteira na grande zona de criação de gado da recém-criada província do Rio Grande de São Pedro do Sul (...)”.

Tabela 1 – Distribuição (%) das escrituras de venda, sociedade e crédito por quinquênios (Rio Grande, 1808-1850)

Período	Rural		Urbano		Embarcações		Outras		Total (Venda)		Sociedade*		Crédito*	
	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº
1806-10	16,3	50,0	83,7	50,0	-	-	-	-	100	100	-	-	-	50,0
1811-15	74,6	52,4	11,5	36,9	13,8	10,7	-	-	100	100	-	-	6,1	6,1
1816-20	79,3	49,1	7,6	29,1	13,1	21,8	-	-	100	100	6,7	5,5	6,3	16,4
1821-25	61,6	46,7	28,0	38,3	8,8	13,3	1,6	1,7	100	100	65,8	1,7	64,9	21,7
1826-30	29,3	32,1	28,0	42,0	34,7	23,2	8,0	2,7	100	100	-	-	32,6	17,9
1831-35	28,3	29,4	43,3	55,0	28,4	15,6	-	-	100	100	-	0,9	8,4	7,3
1836-40	6,1	14,3	52,2	66,3	41,0	18,4	0,8	1,0	100	100	-	-	42,6	13,3
1841-45	28,6	17,6	46,6	64,9	23,6	15,1	1,2	2,4	100	100	0,6	0,5	29,6	6,8
1846-50	25,9	19,0	42,4	56,6	31,7	24,4	-	-	100	100	-	0,9	27,8	29,0
Total	39,6	27,6	33,8	52,9	25,5	18,4	1,1	1,1	100	100	4,4	0,8	25,0	15,7

* Em relação ao total das vendas.

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas.** 2º Tabelionato de Rio Grande: Livro 2-21 (1811-1850); 1º Tabelionato de Porto Alegre: Livro 32-60 (1808-1850).

Ao analisar escrituras de compra e venda registradas no Rio de Janeiro entre 1800 e 1816, João Fragoso (1998, p. 336-37) observou que os negócios rurais eram a segunda opção em número de escrituras, mas não acumulavam parcela correspondente no valor total negociado, pois eram bens de baixo valor. Estes negócios representavam no mínimo 11,68% e no máximo 34,8% do valor negociado. Na cidade de Salvador, Alexandre Ribeiro (2009, p. 88.) constatou que os bens rurais correspondiam a uma parcela entre 33,2 e 54,6% do valor das vendas registradas entre 1751 e 1800.

No caso de Rio Grande, as escrituras rurais deixaram de ser as mais valiosas apenas no período entre 1826 e 1830, quando as embarcações concentraram 34,7%, enquanto as rurais responderam pela parcela de 29,3% das 37.283,09 libras acumuladas por todas as vendas deste período, indicando o impacto negativo do fechamento da fronteira e o encerramento da incorporação de fatores produtivos na Banda Oriental. Nos quinquênios seguintes, os recursos investidos no setor agrário foram sempre superiores a 26%, exceto no lustro de 1836-40, quando a conjuntura de guerra contribuiu para uma queda bastante acentuada no número de escrituras e, principalmente, no valor. No segundo quinquênio da série, dentro da conjuntura analisada por Fragoso, as escrituras rurais representavam 74,6% do valor negociado. Em 1816-20, elas alcançaram o seu máximo: 79,3%.

Percebe-se assim, que ao contrário da Corte e da capital soteropolitana, nas primeiras décadas do século XIX em Rio Grande, os investimentos rurais ainda concentravam parcelas significativos dos recursos envolvidos nestas transações. Deve-se considerar a este respeito, a ocupação tardia do extremo sul da América portuguesa e seu menor nível de urbanização em relação à Corte e à Salvador. Neste ponto, os resultados são semelhantes ao observado por Jucá de Sampaio (2003, p. 68-9.) para o período entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século seguinte, quando o investimento nos negócios rurais era preponderante em termos de valor (mas não preponderavam no número de escrituras registradas) e concentraram parcelas entre 32,47 e 79,45% do valor total das escrituras de venda.

A queda verificada no percentual do valor correspondente às escrituras de bens rurais a partir do lustro de 1826-30 foi acompanhada por uma elevação do investimento em bens *urbanos* e *embarcações*. Cabe observar que este é um período crítico da disputa pela Banda Oriental, que teve como desdobramento a perda da Província Cisplatina e a criação do Uruguai como Estado independente (1828)¹². Apesar de algumas variações, há

12 Sobre a política expansionista do período joanino e do Império do Brasil no Rio da Prata, ver BANDEIRA, 1985; FERREIRA, 2006; PIMENTA, 2006.

uma tendência de crescimento no total de registros efetuados e nos seus respectivos valores. Os primeiros anos da Guerra dos Farrapos foram justamente os que apresentaram a maior representatividade das escrituras urbanas: 66,3% das escrituras e 52,2% do valor total das vendas registradas no quinquênio 1836-40. A permanência da vila de Rio Grande sob o controle do governo legal e a manutenção do funcionamento do seu porto parece ter contribuído para este deslocamento dos negócios para as propriedades urbanas e as embarcações, pois os investimentos nestes bens tornaram-se uma alternativa de investimento, diante das dificuldades pela guerra às atividades produtivas. A partir da segunda metade do conflito há indícios de uma recuperação dos valores dos bens rurais, uma vez que o percentual do montante investido em bens urbanos e em embarcações foi reduzido em favor daqueles bens.

A participação das escrituras envolvendo a negociação de *embarcações* apresentou algumas oscilações ao longo do período considerado. Não há nenhum registro para o primeiro lustro da série e houve crescimentos significativos no total de escrituras registradas nos quinquênios de 1826-30 e 1846-50. Quanto aos valores, os percentuais acumulados foram baixos até 1821-25 e verificou-se um crescimento bastante acentuado nos lustros 1826-30 e 1836-40, na primeira metade da década de conflito entre farroupilhas e imperiais, quando as transações envolvendo navios acumularam a maior parcela de todo o período.

Percebe-se, portanto, que as duas conjunturas de guerra enfrentadas pela província exerceram influência importante no padrão de investimento verificado nas escrituras de venda. O fim da ocupação da Banda Oriental e o início da Guerra dos Farrapos representaram momentos cruciais para a economia da província rio-grandense, pois a partir de 1826-30, parte do investimento antes direcionado majoritariamente aos bens rurais passou a ser aplicado nas negociações envolvendo propriedades urbanas e embarcações. Somados, os recursos acumulados nestas escrituras representavam 45,8% das 488.779,98 libras esterlinas negociados entre 1808 e 1850.

Apesar da tendência de recuperação do valor aplicado na aquisição de bens rurais a partir de 1841-45, este tipo de investimento não retomou os patamares verificados antes de 1826-30, demonstrando que os investimentos em bens ligados à atividade mercantil (embarcações) e no meio urbano estavam em processo de crescimento na sociedade rio-grandense a partir de meados da década de 1820, indicando que também crescia o nível de

urbanização naquele momento¹³.

Em termos absolutos, as *sociedades* não foram muito numerosas em Rio Grande. Em todo o período considerado foram registradas apenas oito escrituras de sociedades: sociedades em bens rurais (3), armazém (1), lojas (2) e sociedades comerciais (2). Tal constatação não deve levar a uma conclusão precipitada quanto à importância destas, pois é possível que parte delas tenha sido formalizada somente por meio de documentos particulares, portanto estritos aos diretamente interessados.

As escrituras de *crédito* concentraram o equivalente a um quarto do valor investido nas vendas. Ao longo da primeira metade do século XIX, constata-se que houve uma tendência de crescimento desta proporção até 1821-25 e em 1836-40. O melhor resultado foi verificado entre 1821-25, quando as £13.031,17 negociadas representaram quase 65% do valor das escrituras de venda no mesmo período, enquanto o menor percentual foi de 6%, entre 1811-25. Em relação ao número de escrituras, nota-se que o número de registros é pequeno, apresentando um sensível acréscimo no último lustro considerado. Não se deve desconsiderar que uma parcela das transações de crédito possa não ter sido registrada em notas públicas, resultando em sub-registro deste tipo de negócio. Nos registros catalogados, observa-se que, em todo o período considerado, os percentuais foram menores em relação às de venda e apresentou a parcela mais significativa em 1846-50 (29% daquelas escrituras)¹⁴.

Considerando a distribuição das £ 94.497,23, percebe-se que a maior parte do valor das escrituras de crédito concentra-se nos três últimos quinquênios. É possível que tal característica tenha relação com a Guerra dos Farrapos, pois as dificuldades impostas pelo conflito à plena realização das atividades econômicas da província podem ter dificultado a manutenção das unidades produtivas por parte de seus proprietários. Os interessados em adquiri-las, por sua vez, não possuíam os recursos suficientes para a

13 Helen Osório (2007, p. 259-61) constatou que, entre 1765 e 1825, as aglomerações urbanas eram muito incipientes no Rio Grande do Sul. Apenas 26% dos inventários post-mortem da capitania eram exclusivamente urbanos e que os bens rurais oscilavam entre 25,7 e 56% do total do patrimônio declarado, enquanto os bens urbanos atingiram no máximo 18,8% (1800). Os bens ligados ao comércio e as dívidas ativas, atingiram seus maiores percentuais em 1785 (7,9%) e 1810 (35,8%), respectivamente. Sendo assim, do padrão verificado nas escrituras nota-se uma alteração significativa em relação ao período analisado pela autora. Em termos comparativos, registra-se que de acordo com Kátia Mattoso (1992, p. 100-14), em meados do século XIX, cronistas contemporâneos e legisladores ainda tinham dificuldades em delimitar o limite urbano de Salvador.

14 Alexandre Ribeiro (2009, p. 88) constatou que nos anos entre 1751 e 1800 (tomados por décadas), os “empréstimos” representavam de 48,4 a 86,5% do total investido nas vendas em Salvador.

realização dos negócios, tornando necessário assim o parcelamento das dívidas ou a tomada de recursos monetários para saldar suas obrigações.

O conjunto dos dados apresentados na Tabela 1 indicam, portanto, que as conjunturas de guerra foram marcantes para o padrão de investimento verificado na província rio-grandense ao longo da primeira metade do século XIX. O período da invasão da Banda Oriental (1811-16) representou um incremento da economia, por meio do acesso às terras e aos rebanhos da Banda Oriental. A maior presença de transações de bens rurais neste período refletia este momento favorável. Contudo, a perda da Província Cisplatina (1828) e do acesso aos animais e às terras influenciou o padrão de investimentos rio-grandenses no setor rural, pois este momento marca o início de um processo pelo qual parte da riqueza anteriormente investida nos bens rurais foi deslocada para a aquisição de bens urbanos e embarcações, que podem ser considerados como indicativo da importância que as atividades mercantis conquistaram naquele momento. O ponto máximo foi atingido no lustro correspondente à primeira metade da Guerra dos Farrapos, quando a desorganização das atividades produtivas e os transtornos causados pelos conflitos resultaram no menor investimento em bens rurais, concomitante aos maiores índices observados nos investimentos em bens urbanos e embarcações. Os resultados observados entre 1840 e 1850 mostram que este não era um fenômeno passageiro, pois mesmo com a recuperação ocorrida a partir da segunda metade do conflito farroupilha, os bens rurais não voltaram a atrair as elevadas parcelas dos investimentos como se observou até meados a década de 1820. A análise mais específica das categorias permite considerações mais detalhadas a respeito da evolução dos valores dos bens reunidos em cada uma delas ao longo do período estudado.

Quanto à distribuição das escrituras registradas em **Porto Alegre** (Tabela 2), entre as escrituras de venda observa-se que embora os *bens urbanos* acumulassem a maior parte das escrituras (54,6%), a parcela do valor correspondente era praticamente o mesmo das transações de *bens rurais* que representava 38% dos registros. No caso das *embarcações*, elas eram apenas 4,9% das escrituras e 11% das £ 534.209,66 reunidos nas escrituras de venda.

Tabela 2 – Distribuição (%) das escrituras de venda, sociedade e crédito por quinquênios (Porto Alegre, 1808-1850)

Período	Rural		Urbano		Embarcações		Outras		Total (Venda)		Sociedade*		Crédito*	
	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº
1806-10	52,5	44,7	33,0	50,0	14,3	4,4	0,2	0,9	100	100	2,0	1,8	5,5	12,3
1811-15	55,3	48,6	33,2	49,1	11,5	2,3	-	-	100	100	3,6	2,3	21,0	17,3
1816-20	63,9	55,0	26,5	40,3	9,6	4,7	-	-	100	100	10,9	0,9	12,5	11,4
1821-25	53,6	41,5	33,5	52,6	12,9	5,2	0,1	0,7	100	100	6,6	1,1	12,9	9,3
1826-30	33,5	30,5	45,1	58,9	15,1	7,0	6,3	3,5	100	100	-	0,4	14,7	6,7
1831-35	38,2	35,9	45,8	52,7	11,6	7,2	4,7	4,1	100	100	3,8	1,3	19,4	19,1
1836-40	17,8	22,2	41,1	58,7	39,5	15,1	1,6	4,0	100	100	2,0	0,8	74,4	37,3
1841-45	37,0	34,5	58,3	60,3	2,6	1,2	2,0	3,8	100	100	3,5	0,9	21,2	20,1
1846-50	38,8	35,0	46,3	58,9	7,2	3,5	7,7	2,6	100	100	2,2	0,7	33,9	14,8
Total	43,1	38,0	42,8	54,6	11,0	4,9	3,2	2,5	100	100	3,9	1,1	22,1	15,8

* Em relação ao total das vendas.

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850).

Comparando com Rio Grande (Quadro 1), chama a atenção que as negociações de imóveis *rurais* registradas em Porto Alegre responderam por uma porção significativamente mais elevada das escrituras, mas a parcela do valor correspondente foi de apenas 2,4 pontos percentuais superior. Entre os *bens urbanos* constata-se o oposto, pois mesmo que o percentual sobre os registros fosse semelhante, o montante total acumulado correspondia à uma parcela significativamente mais elevada. Quanto às *embarcações*, além da menor porção deste tipo de escritura, a parcela do montante total investido nas transações de barcos em Porto Alegre era menor que a investida em Rio Grande. Fator a ser considerado a este respeito é a ausência de embarcações de alto valor (barcas a vapor) e o grande número de embarcações de pequeno porte (iates e canoas), contribuíram para que o investimento em embarcações fosse menos significativo em Porto Alegre. Rio Grande era o porto marítimo da província, este mantinha sua centralidade no comércio de importação e exportação da província, enquanto o porto da capital voltava-se mais para a navegação lacustre e fluvial, onde estas pequenas embarcações eram mais adequadas.

Quadro 1 – Distribuição (%) das escrituras de bens rurais, urbanos e embarcações
(Rio Grande e Porto Alegre, 1808-1850)

	Rural	Urbano	Embarcações
Rio Grande			
Nº Escrituras	27,6	52,9	18,4
Valor (£)	39,6	33,8	25,5
Porto Alegre			
Nº Escrituras	38,0	54,6	4,9
Valor (£)	43,1	42,8	11,0

Fonte: Tabelas 1 e 2.

Voltando à Tabela 2, é possível perceber que até o lustro de 1821-25, as escrituras de bens rurais respondiam por mais da metade do valor total e por parcelas consideráveis dos negócios realizados. Em 1816-20 estas escrituras acumularam o seu maior percentual tanto no montante investido (63,9%) quanto no número de transações (55%). Na passagem deste quinquênio para o seguinte, houve um decréscimo nesta participação. Em 1826-30 (quando ocorreu a perda da Província Cisplatina) e nos lustros seguintes, os bens urbanos passaram a responder sempre pelo maior percentual do montante investido na compra de bens e no total de escrituras registradas. Ao longo da série considerada, estes bens acumularam sempre mais

de 26,5% do valor total. Em Rio Grande, foi neste mesmo lustro que os investimentos em bens rurais deixaram de representar a maior parcela dos investimentos, mas foi em 1831-35 que os bens urbanos ultrapassaram os rurais. Em 1826-30, foram as embarcações que receberam a maior parte dos investimentos. Deste modo, fica sugerido que apesar das limitações, Porto Alegre apresentava um nível de urbanização maior que Rio Grande nas primeiras décadas do século XIX, embora o ritmo de crescimento desta fosse mais acelerado do que o da capital durante este período.

Assim como o verificado em Rio Grande, os anos correspondentes à primeira metade da Guerra dos Farrapos foi o período no qual os bens rurais apresentaram a sua menor participação: 17,8% do valor distribuído em 22,2% das escrituras de venda. Este também foi o momento no qual as negociações envolvendo embarcações alcançaram as parcelas mais elevadas, acumulando 39,5% do valor e 15,1% das transações de venda. Como foi mencionado, entre 1836 e 1840, a capital esteve cercada pelas forças rebeldes, ocasionando grandes dificuldades para sua economia e comércio. Apesar disso, os índices para Rio Grande foram mais baixos que o verificado em Porto Alegre. Nos dois portos, e de forma mais acentuada na capital, nota-se que a retomada dos investimentos em bens rurais a partir de 1841-45 ocorreu, ao menos em parte, em detrimento do investimento em embarcações. Se em Rio Grande o percentual do valor total investido nestes bens caiu de 41 para 23,6% na passagem do quinquênio 1836-40 para o seguinte, em Porto Alegre, a redução foi de 39,5% para pouco menos de 3%.

Nos demais lustros, este tipo de bem teve participação reduzida, ao contrário do observado em Rio Grande. A partir de 1841-45, os bens rurais voltaram a responder por parcelas mais elevadas do valor investido e no total de escrituras, mas sem recuperar o mesmo patamar observado nos primeiros lustros da série e sem ultrapassar os índices observados nos bens urbanos nos dois últimos lustros. O mesmo movimento foi observado nas escrituras daquela vila. As propriedades urbanas, por sua vez, apresentaram neste quinquênio seus melhores percentuais: aproximadamente 58,3% do valor e 60,3% das escrituras. Este desempenho pode ser explicado em parte pela sensível redução da representatividade das transações envolvendo embarcações verificadas no mesmo período.

As *sociedades* registradas em Porto Alegre eram mais numerosa em termos absolutos em relação a Rio Grande, mas mantiveram quase a mesma representatividade no valor e o número de escrituras em relação aos resultados observados nas escrituras de venda. Em 1816-20, elas reuniram aproximadamente 10,9% do valor investido nas vendas, seu melhor resultado. O maior número de sociedades foi registrado em 1811-15 e 1831-35, quan-

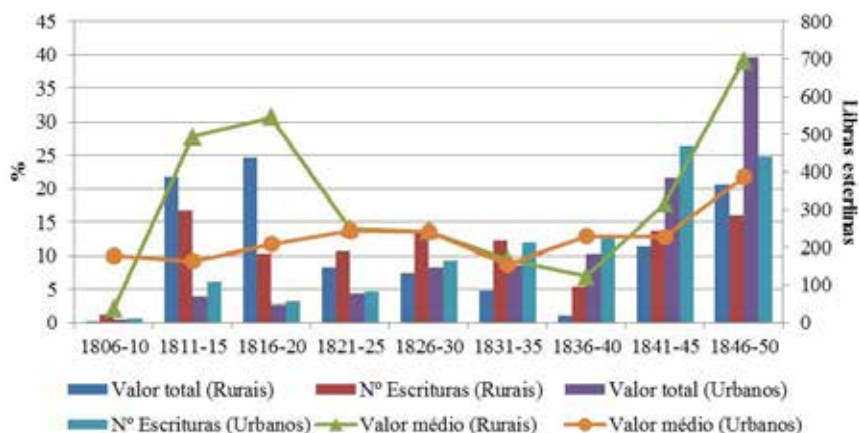
do foram registradas cinco sociedades, em cada um deles. Os *créditos* apresentaram o praticamente o mesmo percentual das escrituras (em torno de 16%), mas que reuniam 22,1% do valor das vendas, enquanto em Rio Grande a cifra era de exatos 25%.

Portanto, nota-se que em Porto Alegre as duas conjunturas de guerra vividas pela província na primeira metade do século XIX, representaram momentos críticos para os investimentos econômicos da região, tal como foi constatado para Rio Grande. Parcela dos recursos antes investidos prioritariamente em bens rurais passou a ser direcionada para a aquisição de bens urbanos e embarcações. O ponto crítico foi verificado nos anos em que esteve sitiada pelos farroupilhas (1836-40), quando as embarcações apresentaram seus melhores resultados. Contudo, ao contrário daquela vila, na capital da província a aquisição de barcos não conheceu grande incremento nos anos seguintes, inclusive, perdeu representatividade no montante investido e no número de transações a partir do momento que os bens rurais retomaram parcialmente sua representatividade. Portanto, apesar da crescente importância do porto da capital, Rio Grande ainda era o centro comercial da província.

Nota-se ainda, que em Porto Alegre a distribuição dos investimentos em bens urbanos e rurais foi mais equilibrada que em Rio Grande em todo o período abordado. A diferença entre um e outro jamais foi tão acentuada como naquela vila. Ou seja, embora restrita, a área urbana de Porto Alegre conheceu desenvolvimento urbano anterior e a condição de capital certamente contribui para tanto.

O Gráfico 3 apresenta a evolução quinquenal do valor total e médio dos bens *rurais* e *urbanos* registrados em Rio Grande. Observa-se que apesar de uma redução no lustro 1816-20, o valor total acumulado nas escrituras de bens urbanos apresentou uma tendência de crescimento ao longo do período considerado, e de forma mais acentuada a partir da anexação da Província Cisplatina (1821). O montante mais elevado foi registrado no último quinquênio da série: £ 50.646,43. Padrão semelhante pôde ser verificado no número de escrituras registradas desde os primeiros anos da década de 1810. No mesmo gráfico também é possível observar a evolução do *valor médio* dos bens urbanos negociados. Este alternou altas e baixas ao longo dos anos considerados e apresentou uma queda significativa entre 1831-35, enquanto no último quinquênio houve um aumento importante na média e no valor total dos bens.

Gráfico 3 – Evolução quinquenal do valor total e médio (em libras) dos bens *rurais* e *urbanos* (Rio Grande, 1808-1850)



Fonte: APERS. **Transmissões e Notas.** 2º Tabelionato de Rio Grande: Livro 2-21 (1811-1850); 1º Tabelionato de Porto Alegre: Livro 32-60 (1808-1850).

Em termos gerais, chama a atenção que na maior parte dos quinquênios considerados estas médias foram inferiores em relação às verificadas nas vendas de bens rurais, embarcações e nos créditos. Como é possível perceber, o período da invasão luso-brasileira da Banda Oriental, apresentou as menores cifras no valor total e no número de escrituras realizadas, desconsiderando o lustro 1806-10 por estar sub-representado. Ao mesmo tempo, foi entre 1816 e 1820 que os bens rurais apresentaram seu melhor desempenho. De tal modo, os resultados indicam que o momento de expansão econômica ocasionado pelas incursões luso-brasileiras na Banda Oriental concentrava-se no setor produtivo, sendo aparentemente mais vantajoso investir nesse setor em detrimento dos bens urbanos. Os quinquênios que abrangem a Guerra dos Farrapos concentram aproximadamente um terço do valor total destas escrituras, enquanto o quinquênio posterior ao fim do conflito (1846-50) apresentou a maior parcela do valor total, a melhor média e a segunda maior parcela de escrituras realizadas. Como é possível observar, a guerra não representou uma queda nos investimentos em bens urbanos, inclusive houve um aumento tanto no número de escrituras registradas quanto no montante total envolvido. A manutenção de Rio Grande sob o governo legalista teve fator decisivo para tanto, pois representava a manutenção das atividades econômicas, políticas e administrativas da vila, apesar de eventuais transtornos causados pelos combates.

No que diz respeito às transações envolvendo *bens rurais*, destaca-se que aproximadamente a metade do valor total acumulado nestes bens foi

investido até 1820, em 28,2% das escrituras. Os resultados do lustro 1816-20 mostram que houve uma valorização destes bens, pois apesar da queda no total de escrituras, acumulou aproximadamente um quarto do valor investido. Contudo, o quinquênio seguinte, correspondente ao período da anexação da Banda Oriental sob o nome de Província Cisplatina (1821-25), coincide com o início de uma queda substancial no montante total dos recursos aplicados na aquisição de bens rurais. Sua menor parcela foi verificada nos primeiros anos da Guerra dos Farrapos, com exceção do primeiro lustro, e apesar do crescimento a partir do lustro 1841-45, o montante seguiu abaixo do verificado até 1820.

Os valores médios apresentaram-se em decréscimo entre os quinquênios 1821-25 (invasão e anexação da Banda Oriental) e 1836-40 (Guerra dos Farrapos), quando apresentou a menor média. Quanto ao número de registros, estes apresentaram uma queda mais significativa apenas nos primeiros anos da Guerra dos Farrapos. Os valores médios destes bens voltaram a crescer no lustro que coincide com a segunda metade do conflito, recuperando parcialmente as cifras registradas no período das primeiras incursões luso-brasileiras na Banda Oriental. Portanto, o intervalo entre a anexação da Província da Cisplatina e os primeiros anos da rebelião farroupilha representou um momento de inflexão nas três variáveis consideradas. A recuperação observada a partir de 1841-45 não foi suficiente para retomar os níveis alcançados nas duas primeiras décadas do século XIX.

Este padrão indica que as conjunturas de guerra enfrentadas na primeira metade do século XIX tiveram impacto significativo nos negócios rurais de uma das principais praças da província rio-grandense. Naturalmente, a existência de um conflito dentro de seu território ou envolvendo seus habitantes, interferia nas atividades produtivas da região tanto pelo recrutamento de homens para os combates, como também pelas requisições de animais, farinha e demais provisões necessários às tropas combatentes¹⁵.

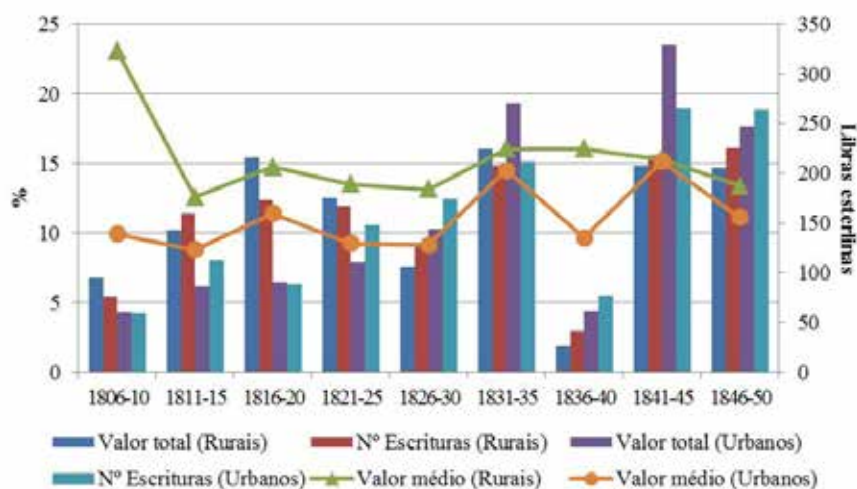
Com relação ao número de escrituras realizadas, a confrontação dos dados reunidos em ambos os gráficos indica que a cidade de Rio Grande conheceu um importante processo de urbanização entre 1811 e 1850, pois enquanto o número de escrituras de bens urbanos quadruplicou ao longo

15 O recrutamento de homens para as forças militares atingia diretamente as atividades produtivas da região, mesmo em tempos de paz. Ao referir-se sobre a tropa de milícia do Rio Grande de São Pedro, Manuel Antônio de Magalhães sugeriu ao Príncipe Regente que atendessem à reivindicação segundo a qual em tempos de paz os milicianos filhos de agricultores fossem dispensados de suas funções militares, pois deles dependiam suas famílias para o trabalho nas plantações e colheitas, que garantia não somente a subsistência deles, mas também beneficiava a agricultura da capitania (MAGALHÃES, 2008 [1808], p. 125).

deste período, o dos bens rurais manteve-se no mesmo patamar. Estes resultados condizem com a tendência de acelerado crescimento populacional de Rio Grande ao longo da primeira metade do século XIX.

Em **Porto Alegre** (Gráfico 4), o penúltimo lustro da série foi aquele que concentrou a maior parcela do valor total e das escrituras de *bens urbanos*. Com algumas variações, houve uma tendência de crescimento no montante investido na aquisição de propriedades urbanas. Este processo foi drasticamente obstruído no período correspondente ao início da Guerra dos Farrapos e ao cerco contra a capital. No último lustro, a recuperação iniciada em 1841-45 foi novamente interrompida por uma queda menos acentuada no número de registros e do valor correspondente. Os valores médios apresentaram oscilações significativas em quase todo o período, apresentando seu mínimo em 1811-15 (£ 123,08) e o máximo em 1841-45 (£ 212,36).

Gráfico 4 – Evolução quinzenal do valor total e médio (em libras) dos bens rurais e urbanos (Porto Alegre, 1808-1850)



Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850).

Entre os *bens rurais*, nota-se que no início das incursões na Banda Oriental pelo Império do Brasil (1811-15) apresenta um aumento no total de escrituras registradas e no montante total investido em transações envolvendo bens rurais. Em seguida, apresentou uma tendência de queda nas três variáveis consideradas até o lustro no qual ocorreu a perda da Província Cisplatina (1826-30). Após o encerramento das Guerras Cisplatinas (1828), houve um acentuado crescimento do número de escrituras, do valor

representado por estas – especialmente em 1831-35 – e dos respectivos valores médios, mas seguidas pelo decréscimo bastante acentuado no quinquênio correspondente aos primeiros anos da Guerra dos Farrapos, no que diz respeito ao número de transações registradas e do valor total destas. Em Rio Grande, a redução foi constante e acentuada entre 1816-20 e 1836-40. Quanto aos valores médios, ao longo de todo o período é possível notar que não houve variações muito acentuadas em Porto Alegre, enquanto em Rio Grande o valor médio dos bens apresentou picos de alta (1816-20; 1846-50) e baixa (1821-25; 1836-40) expressivos. Na segunda parte da guerra (1841-45) observa-se que nas duas localidades houve uma retomada no número de escrituras registradas e no seu valor total. Salienta-se que na capital, ao contrário da vila de Rio Grande, este incremento foi considerável e o montante concentrado ficou no mesmo patamar que havia sido verificado nos períodos de maior concentração: 1816-25 e 1831-35.

Analisando o padrão de investimentos da economia rio-grandense por meio das escrituras públicas de venda, crédito e sociedade de duas das principais praças mercantis do Rio Grande de São Pedro, notou-se que os anos correspondentes às primeiras incursões na Banda Oriental foram de prosperidade econômica e valorização dos bens ligados às atividades produtivas. O acesso a rebanhos, as novas terras incorporadas e o acesso a mercados antes inacessíveis contribuíram para que assim fosse. Contudo, o período correspondente à perda da Província Cisplatina desencadeou uma importante alteração no padrão de investimento, pois os recursos antes investidos majoritariamente em *bens rurais* passaram a ser investidos em *imóveis urbanos* e em *embarcações*, que podem ser tomados como indicativos do avanço da urbanização e da intensificação da atividade mercantil. O ápice foi observado durante os primeiros anos do conflito farroupilha, quando os investimentos em bens urbanos atingiram seu ponto máximo. Este processo ocorreu de forma mais acentuada em Rio Grande, pois em Porto Alegre os investimentos rurais nunca representaram uma parcela tão superior aos demais tipos de investimentos, como foi observado no caso daquela vila. No caso dos investimentos em embarcações, observou-se que em Porto Alegre a parcela dos investimentos nestes bens foi inferior ao de Rio Grande porque na capital parte importante das embarcações negociadas era de pequeno porte e valor e mais adequadas ao tipo de navegação e as rotas que estava inserida.

Com o fim do cerco à capital no final de 1840, o centro dos combates foi deslocado para o interior da Campanha e Porto Alegre retomou a normalidade das suas atividades, com destaque para a navegação regular até Rio Grande. Em ambas as localidades foi observada uma recuperação dos investimentos em bens rurais, mas sem atingir os níveis verificados

nos primeiros anos do século XIX. Apesar da importância das atividades agropecuárias para a economia da província do Rio Grande de São Pedro, duas de suas principais praças davam sinais consistentes de seu desenvolvimento urbano e intensificação da atividade mercantil.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- ARQUIVO NACIONAL, RIO DE JANEIRO (ANRJ). **Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação**. Matrícula dos Negociantes de grosso trato e seus Guarda Livros e Caixeiros. Códice 170, v. 1 (1809-1826).
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). **Protesto e Assignação de Dez Dias**. I Cartório Cível e Crime de Porto Alegre: Antônio Luís da Costa Esteves, maço 138, processo nº 3711, 1839.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). **Transmissões e Notas**. 2º Tabelionato de Rio Grande: Livro 2-21 (1811-1850).
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). **Transmissões e Notas**. 1º Tabelionato de Porto Alegre: Livro 32-60 (1808-1850).
- MAGALHÃES, Manoel Antônio de. Almanaque da Vila de Porto Alegre com reflexões interessantes sobre o estado atual da Capitania do Rio Grande de São Pedro [1808]. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, ano 88, v. 143, 2008, p. 119-39.
- BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo do Brasil na Bacia do Rio da Prata: da colonização ao império**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.
- BERUTE, Gabriel Santos. **Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)**. 309p. Tese (Doutorado em História). PPG-História/UFRGS, Porto Alegre, 2011.
- BERUTE, Gabriel Santos. Negócios em tempos de guerra: apontamentos iniciais sobre a atividade mercantil durante a Guerra dos Farrapos. In: **Anais do IX Encontro Estadual de História**. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212333692_ARQUIVO_BERUTE_texto_ANPUHrs-2008.pdf>. Acesso em: 10 Dez. 2008.
- FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

- FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre sitiada (1836-1840): um capítulo da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Sulina, 2000.
- LEITMAN, Spencer Lewis. **Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. **Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata: 1808-1828**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- RIBEIRO, Alexandre Vieira. **A cidade de Salvador: estrutura economia, comércio de escravos e grupo mercantil (c.1750 c.1800)**. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2009.
- RIBEIRO, José Iran. **O Império e as Revoltas: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.
- RIBEIRO, José Iran. **Quando o serviço os chamava: os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845)**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2005.
- SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- TORRONTÉGUY, Teófilo Otoni Vasconcelos. **As origens da pobreza no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto/IEL, 1994.

Recebido em 18/2/2016

Aprovado em 5/4/2016

**“OS MEIOS DE CONCILIAÇÃO SEM SE
DESPREZAREM OS DA FORÇA”:
A ATUAÇÃO DO BARÃO DE CAXIAS NA PACIFICAÇÃO DA
GUERRA DOS FARRAPOS (1842-1845)**

*“THE MEANS OF CONCILIATION WITHOUT DESPISING
THE MEANS OF FORCE”:
THE BARON OF CAXIAS PERFORMANCE IN THE RAGAMUFFIN
WAR PACIFICATION (1842-1845)*

Leonardo dos Reis Gandia¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir sobre os anos finais da Guerra dos Farrapos, na província do Rio Grande do Sul, a partir da análise da atuação política e militar de Luis Alves de Lima e Silva, então barão de Caxias, nas negociações de paz com a elite provincial rebelada contra o Império do Brasil desde o ano de 1835. Exercendo os cargos de presidente de província e comandante-em-chefe das forças legalistas na província, Caxias foi não só um estrategista militar em campo de batalha, mas também um importante articulador das negociações políticas que resultaram no acordo firmado em Ponche Verde, resultado de diversos embates de interesses entre a província e o centro do Império. Baseado em documentos históricos e na diversidade bibliográfica sobre o tema, o texto pretende demonstrar que Caxias teria sido uma das figuras centrais e um artífice fundamental para a organização dos interesses do Império com vistas às tensões na região platina durante o processo de pacificação da Guerra dos Farrapos, entre 1842 e 1845.

Palavras-chave: Luis Alves de Lima e Silva (barão de Caxias). Rebelião Farroupilha. Rio da Prata. Guerra Grande.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the last years of the Ragamuffin War, in Rio Grande do Sul province, from the political and military performance analysis of Luis Alves de Lima e Silva, at that period, baron of Caxias, in the peace negotiation with the provincial elite rebelled against Brazilian Empire since 1835. Exerting the positions of province presidency and of the commander in chief of the legalist forces in the province, Caxias was not only a military strategist on battlefield, but also an important articulator of the political negotiations which reached the Ponche Verde agreement, result of the many interests clashes between province and centre of the Empire. Based on the historic documents and on the diversity of bibliography about this issue, the text intends to demonstrate that Caxias had been a main character

¹ Bacharel e licenciado em História pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História Social da FFLCH-USP, com pesquisa na área de história do Brasil Império.

and a fundamental actor in the organization of the Empire's interests aiming at the tensions on the platine area over the Ragamuffin War pacification process, between 1842 and 1845.

Keywords: *Luis Alves de Lima e Silva (baron of Caxias). Ragamuffin War. River Plate. Uruguayan Civil War (Guerra Grande).*

INTRODUÇÃO

A Guerra dos Farrapos foi uma rebelião² provincial marcada por diversas particularidades que tornam complexa sua compreensão.³ Todas elas deram o tom de seus quase dez anos de duração, de suas dissidências políticas e militares e, acima de tudo, da forma como sua pacificação foi levada a cabo, em março de 1845, em Ponche Verde. Dentre todas essas particularidades, a proximidade da província com o contexto beligerante dos Estados vizinhos, a interferência daqueles conflitos externos nos rumos do movimento rio-grandense – mais ou menos intensa em cada momento da rebelião –, e a maneira como as personagens do conflito, tanto do lado farroupilha como da legalidade imperial, se apropriaram dessa característica da rebelião são alguns dos pontos fundamentais para entender a história do conflito de uma maneira mais abrangente, tomando-a não como uma dentre outras contestações ao governo central no interregno regencial, mas sim como um movimento particular que respondia às demandas e ao contexto específico da província meridional do Brasil.⁴ Para entender mais efetivamente as contendas do período, essa realidade complexa da fronteira sul do país e os atores e artífices da política regional e nacional precisam ser observados de maneira mais detida, especialmente nos anos finais do conflito.

Desta forma, este breve estudo pretende analisar a rebelião farroupilha em sua última fase e a partir de um recorte biográfico baseado na atuação política e militar de Luis Alves de Lima e Silva, então barão de Caxias, no processo de pacificação frente às mais destacadas lideranças da elite rio-

2 A nomenclatura, apesar da cristalizada designação de “Revolução Farroupilha”, segue os termos oitocentistas e as definições penais contidas no Código Criminal do Império de 1830, conforme DANTAS, Monica Duarte. “Introdução. Revoltas, Motins, Revoluções: das Ordenações ao Código Criminal”, In: _____. *Revoltas, motins, revoluções. Homens livres pobre e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 7-67.

3 Não tratarei de toda a extensa produção a respeito da farroupilha neste breve artigo, mas faço referência à profunda análise historiográfica, que orienta as reflexões deste estudo, contida em GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. 1998, Tese (Doutorado em História), UFRJ, Rio de Janeiro.

4 GUAZZELLI, op. cit.; GANDIA, Leonardo dos Reis. *A política ao fio da espada: Caxias e a consolidação dos interesses brasileiros no Rio da Prata (1842-1852)*. 2015, Dissertação (Mestrado em História), FFLCH-USP, São Paulo.

grandense. Esta abordagem, apesar do recorte, não tem aspiração de uma biografia, mas sim de um ponto de partida para compreender os meios pelos quais a província e o centro do país se reaproximaram por meio de um interesse comum que dizia respeito aos conflitos externos no estuário do Rio da Prata. Nesse sentido, tais interesses teriam sido estrategicamente aproveitados pelos principais artífices da pacificação do Rio Grande de São Pedro para negociar os termos pelos quais se poria fim à contenda. Dentre os principais atores políticos envolvidos no processo estava o próprio barão de Caxias, presidente da província e comandante em chefe das forças imperiais no combate à rebelião, mas, acima de tudo, um representante fundamental dos interesses da Corte no intrincado processo de encerramento do conflito provincial e de organização dos projetos políticos, diplomáticos e militares do Brasil em relação à beligerância externa, que envolvia os mais diversos grupos políticos em disputa no processo de formação dos Estados na bacia do Rio da Prata na chamada Guerra Grande.⁵

1 As formas de ação do barão de Caxias: entre as disputas internas e a proximidade da Guerra Grande

No dia 8 de junho de 1846, o conde de Caxias – senador eleito pelo Rio Grande de São Pedro e com título de nobreza elevado após os sucessos de sua missão de pacificação da Guerra dos Farrapos – discursava na tribuna do Senado em meio a um acirrado debate que colocava em dúvida o cumprimento das instruções imperiais dadas ao “pacificador” quando fora enviado ao sul do país para debelar a rebelião que já se arrastava desde 1835. Buscando dissuadir aqueles que defendiam a necessidade de dar publicidade às tais instruções, Caxias respondeu às críticas dizendo poder assegurar ao Senado que todas as instruções “queriam o emprego dos meios de

5 Conflito entre os partidos *Blanco* e *Colorado* no Uruguai, de 1839 a 1851, que transpôs os limites do Estado Oriental e envolveu os dois grandes grupos políticos da Confederação Argentina, os *Federales* (liderados por Juan Manuel de Rosas e apoiadores dos primeiros) e os *Unitarios* (ao lado destes últimos). Em território argentino, a guerra somente se encerrou em 1852, com a Batalha de Caseros. Ao longo do período, a participação da França, Inglaterra e, especialmente, do Brasil e da província do Rio Grande de São Pedro – separada do Império desde 1836 –, foram importantes. Para uma contextualização mais detida do período, ver GANDIA, op. cit., pp. 82-98; GUAZZELLI, op. cit.; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai – da colonização à guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro: Revan/ EdUnB, 1998; FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006; BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguai partoril y caudillesco (1839-1875)*. Colección Historia Uruguay, Tomo 4, Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1975. ROSA, José Maria. *El Pronunciamiento de Urquiza (a través de documentos diplomáticos brasileños y orientales)*. Buenos Aires: A. Peña Lillo Editor, 1960.

conciliação sem se desprezarem os da força”, e afirmando aos seus críticos que “se a pacificação se não concluiu a mais tempo, foi isso devido a não serem as circunstâncias da rebelião em 1842 as mesmas em que se achara em 1844”.⁶

Na ocasião, Caxias sabia que tornar públicas as estratégias tomadas durante o período em que esteve à frente das forças imperiais no sul, mas principalmente, das negociações para por fim à rebelião, oferecia riscos desnecessários aos interesses do Império e da elite rio-grandense, sobretudo pelo pouco tempo transcorrido desde a reintegração da província ao Império. Apesar do tom da discussão, sem comprometer e tampouco por em evidência qualquer instrução oficial, o trecho do discurso de Caxias nos dá uma ideia de como foram conduzidas suas ações políticas e militares durante sua missão no Rio Grande, que o levariam, como um dos resultados diretos, a ocupar a cadeira de senador por aquela província, desocupada desde 1836.⁷

De fato, os “meios da força” não foram desprezados. Além disso, as vantagens obtidas pelo exército que combatia os farrapos foram alcançadas por meio da mudança na tática de combate, logo nos primeiros tempos após a chegada de Caxias, em novembro de 1842. Consciente das desvantagens da cavalaria legalista frente à dos rebelados – tanto pelo bem desenvolvido treinamento desta arma no Rio Grande como pela dificuldade de recrutamento das tropas e de obtenção de cavalos dentro e fora da província – Caxias optou por uma tática de “guerra de movimento”, com incursões rápidas que reduzissem as possibilidades de defesa dos farrapos (GUAZZELLI, 2011). Muitas batalhas foram travadas seguindo as novas formas de luta, com resultados favoráveis às forças imperiais e a retomadas de diversas localidades, antes sob o domínio dos rebeldes. De certa forma, a efetividade desta nova tática, mais conformes com a realidade material do exército sob seu comando, levou Caxias a prever um encerramento breve da rebelião. Conforme escreveu ao ministro da Guerra, em agosto de 1843:

Não há hoje uma só povoação dominada pelos rebeldes [...] à exceção de pequenas partidas de vinte a trinta homens que tem mais o caráter de salteadores do que o de partidistas

6 BRASIL. Senado Federal. *Anais do Senado do Império do Brasil*. 1846, v. Único, Brasília: Senado Federal, 1978, p. 160.

7 Após a morte do Monsenhor Antonio Vieira da Soledade, em 1836, o Rio Grande de São Pedro não contava com representação na Câmara Alta do Parlamento, em decorrência da proclamação da República Rio-grandense naquele mesmo ano cf. JAVARI, Barão de. *Organizações e Programas Ministeriais*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores/ Arquivo Nacional, 1962, p. 413.

políticos; e se a nossa fronteira com o Estado Oriental não fosse tão longa e fácil de ser atravessada impunemente em qualquer lugar, e se os rebeldes não pudessem naquela região receber os socorros de que necessitam, principalmente o de cavalcadas, poder-se-ia afirmar que a revolta estava concluída. Todavia se não ocorrer alguma circunstância imprevista, creio poder afiançar à V. Ex^a que até novembro deste ano se terá ultimado a pacificação da província.⁸

Nota-se, portanto, que as maiores dificuldades encontradas na campanha diziam respeito às questões envolvendo a fronteira com o país vizinho, por meio da qual os rebeldes que ainda resistiam às tropas imperiais se refugiavam na Banda Oriental, onde recebiam auxílios os mais diversos, especialmente da parte de Fructuoso Rivera, líder *colorado* em guerra contra o general *blanco* Manuel Oribe desde a década anterior. Esta não era uma situação nova e não se resolveria de maneira tão fácil, especialmente pela interferência que o general *colorado* passou a ter nas primeiras tentativas de negociação, quando os “meios de conciliação” mobilizaram a atuação de Caxias.

O que dificultava a efetividade das ações de guerra naquele momento, além da facilidade de trânsito pela fronteira com o Uruguai, era a influência dos conflitos externos nas questões provinciais.⁹ Deflagrada oficialmente em 1839, a Guerra Grande levou ao campo de batalha o embate político entre *colorados* – liderados por Fructuoso Rivera – e *blancos* – encabeçados por Manuel Zeferino Oribe y Viana – este, derrubado da presidência do recém-criado país pelo primeiro¹⁰. Além disso, Juan Manuel de Rosas – presidente da província de Buenos Aires e chefe das relações exteriores da Confederação Argentina desde 1829¹¹ – desde o início do conflito, deu o

8 ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU IMPERIAL. “Ofício do Barão de Caxias a Salvador José Maciel, ministro da Guerra, 17/08/1843”, Maço 106, doc. 5143.

9 FERREIRA, op. cit., passim.

10 BARRAN, op. cit.

11 Exercendo seus amplos poderes e “faculdades extraordinárias” atribuídos pela representação nacional e autointitulado “El Restaurador de las Leyes, Rosas governaria até 1852. Houve um interregno, entre os anos de 1832 e 1835, quando a Sala de Representantes revogou as amplas atribuições de seu poder, sem as quais ele deixou a presidência de sua província, retornando três anos depois. SALVATORE, Ricardo. “Consolidación del régimen rosista (1835-1852)”, In: GOLDMAN, Noemi (dir.). *Revolución, república, confederación (1806-1852)*. Buenos Aires: Sudamericana, 1999, pp. 323-380; HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Argentina, de la Revolución de la Independencia a la Confederación Rosista*. Buenos Aires: Paidós, 1987; ROSA, José María. *La Caída de Rosas*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2010. Para uma discussão mais aprofundada e fundamentada em bibliografia nacional e estrangeira sobre esse contexto, ver GANDIA, op. cit., pp. 82-98.

suporte militar e material a Oribe, seu amigo e aliado político nos planos de expansão na bacia do Rio da Prata. Na ocasião da chegada de Caxias ao Rio Grande, Oribe, fortalecido pelas tropas federais de Rosas, logrou a tomada de diversas localidades ao retornar ao país, após sucessivas vitórias *coloradas*, e acabara de isolar Rivera naquele que seria o único reduto de suas forças até os últimos tempos da guerra, levando a cabo o conhecido “cerco a Montevideú”, em 1842.

Nesse sentido, comprometido pelas circunstâncias da guerra e sem apoio externo, Rivera voltou-se para o lado brasileiro em busca de aliados políticos e militares, passando a oferecer os auxílios possíveis e necessários aos farrapos, sem, contudo, romper em definitivo com o Império. Desde o início dos confrontos, Caxias demonstrava preocupação com a possibilidade de dom Fructos dar socorro aos rebeldes pela fronteira do Rio Chuí, logo guarneecendo a região e solicitando maior número de tropas que dessem conta de proteger algumas localidades estratégicas para transposição das fronteiras.¹² A interferência que Rivera passou a ter nas primeiras tentativas de negociação não era arriscada somente pela ajuda que dava aos rebeldes. Caxias parecia entender a aproximação de dom Fructos como um ardil para conseguir vantagens e proteções tanto dos rebeldes como do Império. Percebe-se, portanto, que a premência na proteção das fronteiras era fundamental para evitar o contato entre os farrapos e os caudilhos uruguaios que lhes davam socorro, mas também para impedir que o rescaldo da guerra no território oriental surtisse efeitos indesejados à pacificação do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, Adriana Barreto de Souza mostra que a saída proposta por Caxias foi um acordo, mesmo que provisório, entre o Rio de Janeiro e o líder *blanco* Manuel Oribe, algoz de Rivera. Essa opção oferecia riscos ao Império – que indiretamente daria apoio à política de Juan Manuel de Rosas – mas reduziria, momentaneamente, as dificuldades de pacificação do Rio Grande do Sul, anulando o “jogo duplo” de dom Fructos.¹³ Essa proposta parecia ser uma condição limite para que se encaminhasse a pacificação, tendo em vista que em algumas ocasiões o próprio barão afirmara ter se correspondido ora com Oribe ora com Rivera, em pé de negociações em torno das delicadas relações na fronteira com o Estado Oriental. Nesse contexto, o tom das informações enviadas ao ministério da Guerra sugere que tais contatos com os caudilhos uruguaios teriam sido feitos à revelia do

12 ARQUIVO NACIONAL. “Ofício do Barão de Caxias ao ministro da Guerra, 29/11/1842”, Caixa 810, Pasta 1, doc. 22.

13 SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 466-471.

governo. Em um ofício de junho de 1844, o barão assumia ter se correspondido tanto com Oribe como com Rivera a respeito da passagem constante dos rebeldes para o interior do Uruguai. Segundo ele, havia trocado cartas com ambos os líderes sem saber da postura do governo, uma vez que não havia recebido, até aquele momento, nenhuma instrução da Corte que esclarecesse a questão, garantindo ao ministro que “tanto os Fructistas quanto os Oribistas nenhuma confiança me merecem”.¹⁴

Ao que parece, Caxias demonstrava insatisfação com a suposta imparcialidade do governo imperial frente aos caudilhos uruguaios. Isso continuava a dar margens para que os rebeldes se refugassem em terras estrangeiras e para que Rivera se salvaguardasse tanto do lado dos rio-grandenses como dos imperiais. Em uma carta ao então presidente da República Rio-grandense, José Gomes de Vasconcelos Jardim, Rivera dizia que o barão se mostrava esperançoso de entrar em acordo com os rebeldes e que, por isso, já havia tomado providências para que um enviado seu fosse representá-lo diante do presidente do Rio Grande do Sul, “resguardando al mismo tiempo, mi persona, de cualquier desaire que proyectase hacerme”¹⁵. Fica claro, neste trecho, qual era o grande interesse de dom Fructos em intermediar as negociações. Sitiado por Oribe e com um exército comprometido, Rivera via na aproximação com os farrapos, um meio de reforçar suas tropas, perseguidas pelo inimigo, sem perder de vista um possível apoio da diplomacia e do Exército brasileiros.

Toda a problemática envolvendo a indefinição das fronteiras e a interferência dos conflitos e interesses externos nos rumos da revolta chama a atenção de Souza (2008, p. 464) para o sentido de a Farroupilha ter sido “mais que uma guerra civil”. Para a historiadora, ao pegar em armas contra o Império, os rebeldes rio-grandenses lutavam contra uma política-econômica imposta pelo governo central. Numa região de fronteiras indefinidas e de uma cultura política muito peculiar – que aproximava a província muito mais do Prata que do Rio de Janeiro – a revolta ultrapassava os limites de uma guerra interna, tanto para os rebeldes como para o Império.

De fato, é fundamental considerar a complexidade das relações políticas e econômicas na indefinida fronteira sul do Brasil no século XIX. Entretanto, a ideia de que a Farroupilha teria sido “mais que uma guerra civil”

14 ARQUIVO NACIONAL. “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 07/06/1844”, Caixa 810, Pasta nº 4, doc. 198-2.

15 “resguardando, ao mesmo tempo, minha pessoa de qualquer afronta que me projetasse fazer” (Tradução livre). INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, “Carta de d. Fructuoso Rivera ao presidente da República Rio Grandense, José Gomes de Vasconcelos Jardim, 15/03/1844”, ACP-09, Lata 845, Pasta 27.

é uma interpretação coeva à revolta, feita pelo próprio Caxias, antes mesmo da pacificação da província.¹⁶ Além disso, se levarmos em conta toda dinâmica política e o conflito de interesses no interior da elite rio-grandense desde o início da revolta é possível perceber que as pedras-de-toque dos farrapos estavam muito mais numa realidade interna à província que num espectro mais amplo, ainda que as relações políticas entre os farrapos e os caudilhos do Rio da Prata compusessem uma realidade histórica bastante relevante, especialmente nos arranjos políticos feitos entre o barão e os líderes rebeldes durante as negociações de paz.

2 Com quem negociar? A conduta de Caxias frente às cisões da elite provincial

Numa comunicação ao ministro da Guerra, em junho de 1844, Caxias previa uma negociação mais segura com os líderes rebeldes, não só pelas condições precárias em que se encontravam as forças resistentes após diversas rendições inimigas, mas especialmente pelos sinais claros de cisão entre as lideranças rio-grandenses mais importantes. Segundo o barão, as divergências entre os rebeldes eram tão profundas que circulava a informação de “uma conspiração, cujo fim é derrubar Canabarro do Generalato em Chefe, e elevar Bento Gonçalves a essa Comissão e à Presidência da agonizante republiqueta”.¹⁷

O mais interessante neste ofício é notar como as propostas de conciliação dos rebeldes vinham sendo analisadas e rejeitadas pelo próprio barão, sem se reportar, a princípio, aos seus superiores na Corte, ao menos não de forma oficial. Conforme ele próprio informava, havia recebido “diversos comissionados dos rebeldes propondo a pacificação da província por meios conciliatórios”, ponderando que “até agora com condições tais que as hei rejeitado por injuriosas aos direitos de Sua Majestade o Imperador”. Essa postura de Caxias pareceu não ter agradado ao ministro da Guerra que, ao saber das ofertas de conciliação que chegavam ao conhecimento do presidente da província, pediu imediato esclarecimento do conteúdo das negociações. Respondendo ao ministro, Caxias narrou detalhadamente as negociações entre os líderes rebeldes e ele, dando conta de quais eram as condições de paz oferecidas pelos farrapos que vinha rejeitando sem informá-las ao governo.¹⁸

16 A frase encontra-se num ofício de Caxias de 17 de setembro de 1844, apud. SOUZA, op. cit., p. 478.

17 ARQUIVO NACIONAL. “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 07/06/1844”, Caixa 810, Pasta 4, doc. 198.

18 A narrativa dos parágrafos seguintes é baseada em ARQUIVO NACIONAL. “Ofício do

Em maio de 1843 o ex-ministro dos rio-grandenses, José Pedroso de Albuquerque, havia procurado o barão, em nome de Canabarro, dizendo que este pretendia dar cabo da guerra por meio de uma conciliação e que boa parte dos chefes rebeldes estava de acordo com tais termos. Vale ressaltar que, naquela ocasião, a presidência da república rio-grandense ainda era ocupada por Bento Gonçalves da Silva (coadjuvado por José Mariano de Mattos), e a vice-presidência por José Gomes de Vasconcellos Jardim. Conforme Canabarro, todos do governo da república estariam em consonância com tais pretensões. Caxias, então, aceitou negociar condições que não fossem desrespeitosas aos interesses do Império.

Entretanto, seguiu-se uma troca de correspondência entre Canabarro e Gomes Jardim, na qual este último, anexando cópia do manifesto de 1835 (escrito por Bento Gonçalves quando da eclosão da revolta), dizia que, embora confiasse nas boas intenções do barão, “não lhes convinha depor as armas, senão declarando o Imperador esta província como Estado federado ao Império!”. Este fato teria marcado a indisposição generalizada entre os líderes farrapos. De um lado se colocaram Canabarro, Antonio Vicente da Fontoura, Jacinto Guedes da Luz, João Antonio da Silveira e Onofre Pires da Silveira Canto. De outro, Bento Gonçalves, José Mariano de Mattos, Gomes Jardim e Antonio de Souza Netto. Esta cisão foi o estopim para que Bento Gonçalves desafiasse Onofre Pires ao célebre duelo de espadas que terminou com a morte deste último e a perspectiva de que o mesmo ocorresse a Canabarro, tamanha a tensão entre os grupos da elite rio-grandense.

Depois disso, foi ao encontro de Caxias um parente de Bento Gonçalves (não há referência ao nome do enviado) dizendo que o antigo líder farroupilha desejava tratar pessoalmente com o general sobre uma paz que fosse “airoza” para o Império, ao que o barão respondeu que o fizesse por escrito, visto que, naquela ocasião, Bento Gonçalves já não ocupava nenhum cargo entre os rebeldes, o que não o qualificava para negociar termo de paz algum. Bento Gonçalves teria então insistido por uma entrevista e dito que desejava por fim a guerra, mas que vinha sendo obstado pelo barão de Caxias, que se negava a negociar. Inviabilizado tal contato, tropas rebeldes tentaram tomar Alegrete, o que foi frustrado pelo movimento rápido que as tropas de Caxias e Bento Manoel fizeram em contramarcha. Como artifício imediato, os rebeldes atravessaram a fronteira e convidaram Fructuoso Rivera para mediar uma negociação com o Império, assinando uma concordata para que o caudilho uruguaio pudesse tratar com Caxias.

Quando Rivera já havia solicitado uma conferência com o barão, os

rebeldes receberam a notícia de que o coronel Francisco Pedro de Abreu havia sido derrotado por Antonio Manoel do Amaral (notícia, segundo Caxias, exagerada pelos farrapos). Com isso, afirmava Caxias, os rebeldes solicitaram a Rivera que “me entretesse [ao barão] enquanto tomavam Pelotas e arrebatavam-me a cavallhada”, acreditando ter virado a sorte a seu favor. Sabendo dos planos por seus informantes, Caxias levou a cabo sua contra-marcha, malogrando o intento das tropas farroupilhas, inclusive forçando o recuo de Canabarro para a região da fronteira.

Enquanto isso, Bento Gonçalves novamente instou por uma entrevista com Caxias, então dizendo estar autorizado pelos demais chefes rebeldes a tratar de uma conclusão amigável ao conflito. Em resposta, o barão disse saber do estado precário das forças rebeldes e que, por isso, não aceitaria propostas que não tivessem por base a deposição total das armas e a “obediência ao Governo de Sua Majestade o Imperador, de quem deveriam esperar o perdão de seus erros”. Enquanto tais condições não se apresentassem, fosse por Bento Gonçalves, fosse por qualquer outro líder, Caxias não concederia a entrevista solicitada. Depois deste ultimato, Bento Gonçalves apresentou uma proposta de reconhecimento, por parte do Império, das dívidas interna e externa adquiridas pelos farrapos, além da manutenção das patentes recebidas pelos militares farrapos durante a revolta. Com a garantia da reintegração da província ao Império, Caxias se comprometeu a apresentar a proposta ao governo. Porém, nesse ínterim, Bento Gonçalves informou que Canabarro havia novamente negado a proposta, resistindo a qualquer negociação entre o outro líder farrapo e o barão. Este último, insatisfeito com a indefinição da situação, manteve as marchas contra os rebeldes, buscando obriga-los a depor as armas e entrar, de fato, em acordo.

Nesse sentido, instado pelo ministro da Guerra a respeito de suas opiniões sobre as conversações, Caxias sublinhava a completa desunião entre os líderes rebeldes, a ponto de não saber com quem deveria tratar da paz. Além disso, salientava que, em decorrência de tal rivalidade, acreditava que as lideranças não aceitariam a negociação ou qualquer proposta de paz do governo, temendo a reação do grupo rival. Assim, defendia, perante o ministro, que a continuidade da ocupação das localidades ainda sob domínio dos rebeldes, da perseguição aos grupos armados dispersos pela província e “a faculdade da anistiar a todos os que depuserem as armas”, seriam as formas mais profícuas de obter a pacificação. Afora isso, o barão asseverava não ter assumido compromissos com qualquer dos chefes orientais e que continuaria “a guardar a mais rigorosa neutralidade, conforme V. Ex^a me recomenda.”

Entretanto, esta última parte do ofício soa contraditória se comparada a outras declarações do barão acerca das negociações com os rebeldes, ou mesmo frente aos chefes uruguaios. Sabendo da aproximação entre os farrapos e Rivera, e sem que o governo brasileiro oferecesse uma saída diplomática para o impasse, Caxias parecia ter encontrado uma alternativa para a questão no isolamento de Rivera das negociações. Se antes havia entrado em contato com os líderes orientais sem a autorização do governo central, de meados de 1844 em diante, Caxias optou pela negociação direta com os rebeldes, tendo como base as notícias sobre as fortes contendas entre as lideranças farroupilhas. Desta feita, o barão não se comprometia mais em tratar da pacificação da província com Rivera, ainda que outras correspondências fossem trocadas entre ambos.

Isso pode ser observado num ofício de Rivera a Caxias, de setembro de 1844, no qual o caudilho uruaio novamente se apresentava como representante dos farrapos, propondo a suspensão das armas nas localidades controladas pelo Império, durante trinta dias, até que se apresentassem as propostas de paz dos rebeldes ao Imperador, “debiéndose prolongar la suspensión de hostilidades por el tiempo que se considere necesario al regreso de los jefes que han de conducir las bases acordadas.”¹⁹ No mesmo período, outro ofício de Rivera tratava novamente das negociações de paz e de propostas para sanar problemas sobre o trânsito de gados pela fronteira, para proteger as propriedades rio-grandenses e uruguaias da violência com que vinha agindo o governador de Buenos Aires nas invasões ao território oriental.²⁰

Em resposta, Caxias concordava com o decreto apresentado por Rivera – muito vantajoso, sobretudo aos proprietários rio-grandenses – mas tergiversava acerca da pacificação, repetindo que nenhuma proposta seria aceita que não partisse da deposição das armas por parte dos rebeldes. Além disso, o barão dava mostras de que daria passagem segura aos líderes enviados à Corte, sem, no entanto, corroborar a mediação de Rivera, a quem teve a “habilidade de separar [...] dos farrapos com quem queria fazer papel de Juiz de Paz em nossas desavenças internas”, conforme informava ao seu pai, em novembro de 1844.²¹

19 ARQUIVO NACIONAL. “Ofício de Fructuso Rivera ao Barão de Caxias, 30/09/1844”, Caixa 810, Pasta 5, doc. 238.

20 Trata-se de um documento intitulado “Noticias interessantísimas da Província do Rio Grande” (datado de 01/10/1844), que traz cópias de ofícios e avisos de Caxias, Rivera e Francisco Pedro de Abreu, escritos entre o final de setembro e início de outubro de 1844. ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU IMPERIAL, Maço 107, doc. 5249.

21 ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU IMPERIAL. “Carta do Barão de Caxias ao seu pai, Francisco de Lima e Silva, 20/11/1844”, Maço 107, doc. 5236.

Outro ponto de contradição nas declarações do barão se refere àquilo que dissera a respeito de não saber com quem negociar a pacificação, tamanha a cisão entre os líderes rio-grandenses. Pouco tempo depois desta declaração, Caxias escreveu novamente ao ministro, dando a notícia de ter recebido no acampamento o farrapo anistiado, Ismael Soares da Silva, representante de Bento Gonçalves. Este último solicitava salvos-condutos para si e Antonio de Souza Netto, para que pudessem apresentar suas propostas de paz ao governo, ao que o barão anuiu. Caxias acreditava que a emissão dos salvos-condutos daria o golpe de morte nos rebeldes, mas especialmente em Canabarro, que estaria, por sua vez, disposto a “bater a estes dois Chefes no mesmo momento em que eles deixarem o serviço rebelde”. Para além disso, vale destacar o motivo mais forte que teria levado o barão a emitir os salvos-condutos. Segundo ele, “conquanto Bento Gonçalves e Netto sejam hoje chefes secundários, ainda exercem muita influência na campanha”.²²

Eram, portanto, “chefes secundários”, mas dada a desmobilização das tropas e do próprio governo rebelde, Caxias parecia estar mais interessado na influência e no apoio político que os líderes do chamado grupo da “maioria” teriam na negociação da paz. Canabarro e seus apoiadores, naquele momento, ainda estavam em segundo plano, mesmo ocupando os principais cargos do governo farroupilha. Contudo, dias depois, uma resposta de Bento Gonçalves sobre os salvos-condutos, surpreendeu Caxias. O antigo líder farrapo negou os termos do documento, alegando que “o mesmo não satisfaz plenamente meus desejos”. Além disso, Bento Gonçalves escrevia que as bases da negociação “não foram então aceitas por parte de meus companheiros, com o que neutralizaram meus esforços”, o que parecia, pelo tom, o ter isolado das tratativas de paz e o levado a desistir das negociações.

Garantindo que em breve estaria uma pessoa habilitada para tratar com Caxias, Bento Gonçalves reforçava a necessidade de se findar o conflito, levantando um ponto crucial nos esforços de pacificação:

Acredite V. Ex^a que não há um instante a perder-se a vista da atitude imponente do tirano Rosas, de quem será presa o continente, se continuam a guerrear-se mutuamente seus filhos, destruindo os poucos elementos que restam para disputar o passo ao deposto audaz, que nos ameaça com aguerridas hostes; esta consideração, que sobre mim pesa, deve

22 ARQUIVO NACIONAL. “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 02/10/1844”, Caixa 810, Pasta 5, doc. 242.

convencer a V. Ex^a da urgente necessidade de levar a efeito o que proponho, no que fará transcendente serviço ao país que o viu nascer, desviando-o dos males que lhe acarreta a prolongação dessa luta, e mais de tudo impondo respeito ao feroz inimigo que nos ameaça, para o que apesar de velho e cansado, prestarei gostoso meus débeis serviços a par de meus irmãos brasileiros.²³

Vê-se aí que uma motivação mais premente surgia com força nas negociações de paz do Rio Grande: a ameaça oferecida pelo inimigo externo. Não mais a de dom Fructos com seu “jogo duplo” e sua interferência nos assuntos internos, mas sim o avanço temerário do projeto político de Juan Manuel de Rosas para a região platina, tendo em vista, inclusive, sua influência garantida no Uruguai por meio da presença das tropas oribistas.

Essa perspectiva, no entanto, já havia sido mencionada em setembro, na mesma oportunidade em que Caxias dava detalhes de todos os contatos dos rebeldes em busca de um acordo de paz. Naquele momento, a decisão pelo grupo da elite rebelde que tomaria a frente das negociações estaria condicionada aos rumos que o Brasil, por ventura, tomasse a respeito do perigo oferecido por Rosas. Antes mesmo de ser procurado pela primeira vez por Bento Gonçalves, Caxias fora aconselhado por um estancieiro de Alegrete, tio de Canabarro, da seguinte maneira:

Por segunda vez, me tornou a falar em composição, um tio de Canabarro, que é estancieiro em Alegrete, dizendo-me que por seu sobrinho não era a dúvida, e que ele tinha certeza que *se o Governo Imperial declarasse a guerra a Rosas, Canabarro se uniria infalivelmente ao Império para o bater, e que isso mesmo ele o tinha encarregado de me fazer, e que tratasse eu de acabar com o partido do Bento Gonçalves que com ele podia eu contar, assim como com toda a sua gente*. Conhecendo eu que a divisão entre eles esta ateadada, e que era isso de muita vantagem para a conclusão da guerra, a tenho alimentado quanto me é possível, conseguindo que Bento Gonçalves e a gente do seu partido esteja tão inimizada com a de David Canabarro, quase como está com as tropas imperiais.²⁴

23 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. “Carta de Bento Gonçalves a Caxias, 13/10/1844” ACP-09, Lata 820, Pasta 9.

24 ARQUIVO NACIONAL. “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 11/09/1844” Caixa 810, Pasta 5, doc. 231 (Grifo meu).

Essas informações oferecem evidências que o processo de pacificação do Rio Grande do Sul passou gradativamente a ser conduzido com vista para o horizonte beligerante no Prata. Desse modo, ao que parece, as tratativas de paz não diziam respeito somente à necessidade de findar o conflito para que o Império pudesse, então, ter ao seu lado novamente o Rio Grande do Sul na defesa da fronteira meridional. Pode-se pensar que o próprio arranjo político para uma “paz honrosa”, teria sido construído com o intuito de se formar uma base política e militar sólida na província, visando a um conflito internacional na região, uma vez que os próprios rebeldes tinham plena noção da ameaça externa e de sua importância para qualquer ação planejada pelo Império, mesmo que para isso fosse necessário contribuir constantemente para o aumento das cisões entre os grupos políticos da elite provincial, conforme Caxias demonstrava ter feito.

Assim, há que se considerar as ideias contidas em um documento apócrifo escrito no Rio Grande do Sul na mesma data em que Caxias reportava ao ministro as propostas de paz dos rebeldes. O documento contestava peremptoriamente a pretensão do governo imperial em declarar guerra a Rosas por este estar supostamente auxiliando os rebeldes, quando, de fato, quem os vinha socorrendo era Fructuoso Rivera, inimigo de Oribe. Vale aqui destacar um trecho do texto:

E sempre que os rebeldes desta Província necessitam de socorro para evitarem sua total ruína, tem achado apoio em Fructo Rivera; ora, como se pode combinar, que achando os rebeldes em todo o tempo recursos em Rivera, possam estar unidos a Rosas? Passa como certo que os farrapos tem combinado com Fructo de ajuda-lo a fim de bater e destroçar o Exercito de Rosas, para depois tirarem partido disso com o Império, reconhecendo-os nos seus postos, mas tudo isso julgo estratagemas farrapal, para ao menos prolongarem a guerra nesta Província, [...].²⁵

Anexo a estas colocações encontra-se outro documento intitulado “Quesitos que se estabelecem sobre o estado da rebelião na Província do Rio Grande do Sul”, no qual se apresentavam algumas das questões mais prementes envolvendo a governança na província e as ações de terminação da guerra. As mais importantes indagações diziam respeito à conveniência ou não de se declarar guerra a algum Estado vizinho para estabelecer a paz

25 ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU IMPERIAL, “Documento sem assinatura..., 11/09/1844”, Maço 107, doc. 5218.

no Rio Grande de Sul, ou à continuidade da ação enérgica do Império no combate aos rebeldes. Considerando-se a veracidade destas informações, pode-se aventar a possibilidade de o Império estar em pé de “neutralidade” em virtude das incertezas sobre a deflagração de um conflito externo (ou mesmo sobre o possível alvo para tal declaração de guerra). Porém, é fundamental ressaltar que, diante desse complexo jogo de interesses e do quadro beligerante no Prata, que cada vez mais se aproximava do Brasil, o governo central, mesmo que aparentemente postergando o conflito externo, não deixou de colocar a agenda em discussão. Desta maneira, a definição do conflito no Rio Grande do Sul pode ser considerada como uma parte importante desse contexto.

De todo modo, o fato é que os movimentos finais antes do encerramento oficial da rebelião continuam sendo obscuros, devido, em grande medida, à carência de documentação sobre o período. David Canabarro continuou a ser acossado pelas tropas imperiais e por grupos armados da própria elite rebelde, que pretendiam lhe tomar o poder após a derrota de sua tropa de lanceiros negros no Serro de Porongos, na madrugada de 14 de novembro de 1844.²⁶ Esse ataque redundou na morte de cerca de cem soldados negros do exército farroupilha, na prisão (e posterior anistia) de alguns líderes rebeldes e na fuga de Canabarro para a região fronteira. Para Caxias, apesar da fuga, o combate serviu para mostrar “que não é Canabarro invencível e que ele mesmo se escapou em ceroulas e sem botas”, conforme se vangloriava em carta ao seu pai, uma semana após o confronto.²⁷

Entretanto, Porongos rendeu talvez a maior das polêmicas a respeito da pacificação da Farroupilha, sobretudo quando, pouco depois da batalha, veio à tona a suspeita de que o ataque dos imperiais ao Batalhão de Lanceiros Negros teria sido previamente combinado entre o próprio Canabarro e Caxias, sendo que este, por sua vez, teria dado todas as instruções por escrito para o coronel Chico Pedro, responsável pela movimentação das tropas até o Serro de Porongos, onde os farrapos foram atacados durante a madrugada.²⁸ Embora David Canabarro tenha sido acusado de traição, seu

26 Segundo Caxias: “Consta-me que Bento Gonçalves se reunira a Canabarro, logo depois da derrota de 14 de Novembro, com o fim de lhe arrebatara o mando [...], porém tendo Canabarro sido obrigado a dispersar a sua gente, este dele se separou, voltando para o lugar d’onde tinha saído, mais desanimado do que já estava, e diz que só espera a volta do Fontoura dessa Corte para novamente me pedir anistia.”. ARQUIVO NACIONAL. “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 29/12/1844”, Caixa 810, Pasta 4, doc. 153-1.

27 ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU IMPERIAL. “Carta do Barão de Caxias ao seu pai, Francisco de Lima e Silva, 20/11/1844”, Maço 107, doc. 5236.

28 Poucos biógrafos de Caxias se dedicaram a aprofundar o estudo deste episódio. Evitando

grupo político continuou à frente das negociações de paz e ele mesmo se manteve como um dos protagonistas.

Após o isolamento de Bento Gonçalves, Antonio Vicente da Fontoura, ministro farroupilha aliado de Canabarro, tomou a frente das tratativas de paz e foi enviado para a Corte com o objetivo de apresentar aos ministros as condições dos rebeldes para o fim da guerra. Na mesma viagem, seguiu também para o Rio de Janeiro Manuel Marques de Souza, com a missão, dada por Caxias, de informar “de viva voz” ao ministro da Guerra o que havia sido tratado e quais eram as impressões e pretensões do barão em relação às propostas de paz. Da mesma forma, o coronel Marques de Sousa traria até Caxias, mais uma vez “de viva voz”, as principais instruções de Jerônimo Francisco Coelho e demais membros do governo para ultimar o conflito. Como bem observa Souza (2008, p. 519), o que se trata oralmente não tem a necessidade de ser registrado e esse certamente era o objetivo do barão ao encarregar uma pessoa especificamente para transmitir suas opiniões, ou seja, impedir que suas ideias em torno da negociação viessem a público.

De volta à província, em dezembro de 1844, Marques de Sousa entregou a Caxias as instruções imperiais para um acordo de paz com os rebeldes, além daquilo que “de viva voz”, transmitia o ministro. O artigo 2º das instruções dava recomendações expressas para que, findado o conflito e estabelecidos os termos da paz e anistia, tudo fosse amplamente divulgado no sul, na Corte e nas demais províncias do Império. Ao que parece, essa foi uma das únicas instruções não cumpridas, ou mesmo modificadas, pelo barão.²⁹

Enfim, todas as trocas de informações “de viva voz”, os mistérios em torno de um possível ataque planejado e conhecido pelos rebeldes para massacrar os lanceiros negros farroupilhas e a “informalidade” (na falta de um termo mais adequado) dos acordos para o encerramento da guerra tornam complexa, senão incerta, a compreensão dos eventos que permearam o período de novembro de 1844 ao início de março de 1845. Contudo, é importante notar que, como foi dito no início deste texto, as divergências políticas no seio da elite farroupilha e os conflitos pela tomada do poder dentro da província foram cruciais para a definição da revolta. Depois da chegada

fugir do tema central deste estudo, não me estenderei em torno da questão. No entanto, remeto-me a SOUZA, op. cit., pp. 512-527, que faz uma excelente e bem fundamentada crônica de todo o debate criado em torno de Porongos. Ver também CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Nas fronteiras da Liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão (Brasil Meridional - 1830-1850)*. 2013, Tese (Doutorado em História), UFRJ, Rio de Janeiro.

29 ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU IMPERIAL. “Instruções reservadas dadas ao General Conde de Caxias em data de 18 de Dezembro de 1844”, Maço 107, doc. 5246.

do barão de Caxias, em novembro de 1842, mas, especialmente de meados de 1844 em diante, o que estava em jogo não era somente a pacificação da província, mas especialmente quem, ou qual grupo político a “faria” com o Império. Isso, no limite, daria novos contornos à política provincial a partir da reintegração do Rio Grande do Sul ao restante do Brasil.

Nesse contexto é que fazem mais sentido os acertos e recusas que permearam os primeiros contatos entre os rebeldes e o barão com o intuito de se chegar a um fim “airozo” à guerra. Depois da cisão declarada entre os líderes da república, negociar as propostas de um grupo, em detrimento das do outro significava ganhar vantagens consideráveis na construção da estrutura política, administrativa e, por que não, militar da província que, como demonstrado acima, visavam ao contexto mais amplo da região platina. Não por acaso, Bento Gonçalves e Antonio de Souza Netto, grandes opositores de Canabarro e Fontoura³⁰, após o encerramento da guerra, foram deliberadamente aliçados da cúpula decisória rio-grandense. Curiosamente, nos últimos dias de fevereiro de 1845, o encontro no município de Dom Pedrito, nas largas campinas de Ponche Verde, foi a última vez que os líderes mais destacados da elite rio-grandense entraram em acordo.

CONCLUSÃO: “OS MEIOS DE CONCILIAÇÃO SEM SE DESPREZAREM OS DA FORÇA”

Apesar de ter sido dita em um contexto distinto, a fala de Caxias no Senado, mais de um ano após o fim da Farroupilha, faz sentido quando observamos atentamente o processo de pacificação da rebelião. De fato, suas condições estavam longe de ser as mesmas em 1842 e 1844, sobretudo se considerarmos as especificidades e divergência intrínsecas aos embates políticos da elite rio-grandense no período, ou mesmo a influência das questões externas nos rumos do movimento. O que pretendemos mostrar neste breve estudo foi que o encarregado de por fim à longa separação entre centro e província agiu além dos limites da ação militar, embora não a tivesse deixado de lado. Porém, ao que parece, a força das armas, especialmente nos momentos finais da guerra, serviu ao Império como um artifício secundário no combate aos rebeldes rio-grandenses.

Além do mais, o barão, ao entender a complexidade das cisões entre os destacados líderes farroupilhas – e, por isso, contribuir para que tais conflitos se aprofundassem – encontrou sua principal arma para conter

30 Enquanto Bento Gonçalves se isolava das negociações, Netto tornou-se um grande crítico das propostas da “minoria”, afirmando que reuniria tropas para dar continuidade à guerra, cf. SOUZA, op. cit., pp. 504-505.

as interferências dos caudilhos dos Estados vizinhos, mas, acima de tudo, para conduzir suas ações políticas entre os grupos da elite provincial. Tais ações, conforme observado acima, ganharam novas cores e se reorganizaram ao longo da missão, uma vez que não visaram somente ao fim das contendas provinciais, mas também ao espectro mais amplo da proximidade do conflito externo entre os países vizinhos e a ameaça dos projetos expansionistas tão próximos à fronteira sul do Império.

Desta forma, pode-se compreender o processo de pacificação da rebelião farroupilha como um primeiro e fundamental passo que daria condições políticas e militares ao Brasil de modificar gradativamente sua postura diplomática diante da beligerância na região do Rio da Prata que impôs barreiras consideráveis à missão de Caxias no Rio Grande e que ameaçava seriamente os interesses do Império na região. Nesse sentido, o que pretendemos mostrar foi que Caxias teria sido um grande representante e artífice dos interesses brasileiros não só para o contexto específico do Rio Grande, mas sim da instabilidade política no Rio da Prata. Sem perder de vista todas as particularidades e interesses internos da elite rio-grandense, Caxias articulou, ora pela força, ora principalmente pela conciliação, as necessidades tanto da província como do centro do Império, abrindo estratégicas redes de negociação e apoio político e militar na província, que reverberariam, posteriormente, em sua atuação como senador pelo Rio Grande e, acima de tudo, em seu retorno ao campo de batalha, entre 1851 e 1852, na intervenção brasileira na Guerra Grande.³¹

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU IMPERIAL, “Ofício do Barão de Caxias a Salvador José Maciel, ministro da Guerra, 17/08/1843”, Maço 106, doc. 5143.
- _____. “Notícias interessantíssimas da Província do Rio Grande, 01/10/1844”, Maço 107, doc. 5249.
- _____. “Carta do Barão de Caxias ao seu pai, Francisco de Lima e Silva, 20/11/1844”, Maço 107, doc. 5236.
- _____. “Documento sem assinatura..., 11/09/1844”, Maço 107, doc. 5218.

31 Para uma análise mais detalhada dos desdobramentos da pacificação da farroupilha no Senado, o processo de preparação para a intervenção do Brasil na Guerra Grande e as campanhas contra Oribe e Rosas, entre 1851 e 1852, ver GANDIA, op. cit., pp. 43-80.

_____. Maço 107, doc. 5246 “Instruções reservadas dadas ao General Conde de Caxias em data de 18 de Dezembro de 1844”.

ARQUIVO NACIONAL. “Ofício do Barão de Caxias ao ministro da Guerra, 29/11/1842”, Caixa 810, Pasta 1, doc. 22.

_____. “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 07/06/1844”, Caixa 810, Pasta nº 4, doc. 198-2.

_____. “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 07/06/1844”, Caixa 810, Pasta 4, doc. 198.

_____. “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 11/09/1844”, Caixa 810, Pasta 5, doc. 231.

_____. “Ofício de Fructuso Rivera ao Barão de Caxias, 30/09/1844”, Caixa 810, Pasta 5, doc. 238.

_____. “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 02/10/1844”, Caixa 810, Pasta 5, doc. 242.

_____. “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 11/09/1844”, Caixa 810, Pasta 5, doc. 231.

_____. “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 29/12/1844”, Caixa 810, Pasta 4, doc. 153-1.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai – da colonização à guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro: Revan/ EdUnB, 1998.

BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguai partoril y caudillesco (1839-1875)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1975. Colección Historia Uruguay, Tomo 4.

BRASIL. Senado Federal. *Anais do Senado do Império do Brasil*. 1846, v. Único, Brasília: Senado Federal, 1978.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Nas fronteiras da Liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão (Brasil Meridional - 1830-1850)*. Tese de Doutorado em História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

DANTAS, Monica Duarte. *Revoltas, motins, revoluções. Homens livres pobre e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

GANDIA, Leonardo dos Reis. *A política ao fio da espada: Caxias e a consolidação dos interesses brasileiros no Rio da Prata (1842-1852)*. Dissertação de Mestrado em História, FFLCH-USP, São Paulo, 2015.

- GOLDMAN, Noemi (dir.). *Revolución, república, confederación (1806-1852)*. Buenos Aires: Sudamericana, 1999.
- GUZZELLI, César Augusto Barcellos. Libertos, gaúchos, peões livres e a Guerra dos Farrapos. IN: DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 229-26.
- _____. *O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Tese de Doutorado em História, UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.
- HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Argentina, de la Revolución de la Independencia a la Confederación Rosista*. Buenos Aires: Paidós, 1987.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. “Carta de d. Fructuoso Rivera ao presidente da República Rio Grandense, José Gomes de Vasconcelos Jardim, 15/03/1844”, ACP-09, Lata 845, Pasta 27.
- _____. “Carta de Bento Gonçalves a Caxias, 13/10/1844”, ACP-09, Lata 820, Pasta 9.
- JAVARI, Barão de. *Organizações e Programas Ministeriais*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores/ Arquivo Nacional, 1962.
- LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da guerra dos farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- PAGANI, Rosana; SOUTO, Nora; WASSERMAN, Fabio. “El ascenso de Rosas al poder y el surgimiento de la Confederación (1827-1835)”, In: GOLDMAN, Noemi (dir.). *Revolución, república, confederación (1806-1852)*. Buenos Aires: Sudamericana, 1999, pp. 283-321.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *O Parlamento Nacional e a Revolução Farroupilha*. São Leopoldo: EDUNI-SUL, 1985.
- ROSA, José María. *La Caída de Rosas*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2010.
- _____. *El Pronunciamiento de Urquiza (a través de documentos diplomáticos brasileños y orientales)*. Buenos Aires: A. Peña Lillo Editor, 1960.
- SALVATORE, Ricardo. “Consolidación del régimen rosista (1835-1852)”, In: GOLDMAN, Noemi (dir.). *Revolución, república, confederación (1806-1852)*. Buenos Aires: Sudamericana, 1999, pp. 323-380.
- SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo/ Brasília: Cia Editora Nacional/ EdUnB, 1980.

_____. *A epopéia farroupilha*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1963.

Recebido em 15/2/2016

Aprovado em 4/4/2016

A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA, A DEMOCRACIA CONTINGENTE E A PECULIAR CONTRIBUIÇÃO GAÚCHA

THE BRAZILIAN SOCIO-HISTORICAL DEVELOPMENT, THE CONTINGENT DEMOCRACY, AND THE CONTRIBUTION OF RIO GRANDE DO SUL

Cesar Beras¹

RESUMO

O presente artigo, constitutivo dos estudos de pós-doutoramento que estão sendo realizados, objetiva contribuir para a pesquisa sobre o processo de racionalização democrática no Brasil verificando quais são os traços da formação sócio-histórica de nosso País que desafiam a realização da democracia. Sustenta que a realização ou não da democracia no desenvolvimento do país não é algo natural, mas uma construção racional (racionalização da democracia) que atende a diferentes projetos em disputa. Postula o princípio de que o processo de formação sócio-histórica nacional foi marcado por um típico processo de colonização com base na escravidão (violência, promiscuidade, patrimonialismo e cordialidade, antiética do trabalho etc.). Aborda os elementos peculiares de como o coronelismo se estruturou, em particular no Rio Grande do Sul, e seu impacto neste processo de racionalização do elemento democrático no Brasil. Este processo configurou uma herança não democrática que desafia e hegemoniza até hoje constantemente a realização de uma dinâmica de democracia enquanto um sistema de poder com base na articulação de posições a partir da vontade constituída por majorias no debate público.

Palavras-chave: Ciência Política. Democracia contingente. Racionalização democrática. Coronelismo gaúcho.

ABSTRACT

This present article, constituent of post-doctoral studies being carried out, aims to contribute to the research on the process of democratic rationalization in Brazil checking what are the features of the socio-historical background of our country that challenge the realization of democracy. It maintains that the realization or not of democracy in the country's development is not something natural, but a rational construction (rationalization of democracy) that caters to different projects in dispute. It posits the principle that the process of socio-historical national shaping was marked by a typical process of colonization based on slavery (violence, promiscuity, patrimonialism and cordiality, labor anti-ethics). It approaches the particular

¹ Possui graduação em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003), Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008) e Pós-Doutorado em Ciência Política na UFRGS (2016).

elements of how the “coronelismo” was structured in Rio Grande do Sul, Brazil, and its impact in this rationalization process of the democratic element in Brazil. This process set up an undemocratic heritage that challenges and hegemonizes until today constantly the realization of a dynamic of democracy as a system of power based on the articulation of positions from the will constituted by majorities in the public debate.

Keywords: *Political Science. Contingent democracy. Democratic rationalization. Colonelism.*

INTRODUÇÃO

O centro da discussão aqui proposto é a relação entre o nosso processo de formação sócio-histórico com vieses que, acredita-se, conservador e autoritário e seu impacto na constituição da democracia no Brasil². Para demonstrar tal conexão vamos, primeiro, verificar a dinâmica de construção da democracia na gênese e no desenvolvimento de nossa formação nacional, sendo que para isto construímos e apresentamos dez períodos do desenvolvimento sócio-histórico focando em cada período o tipo específico de racionalização da democracia ocorrido.

Em seguida, vamos apresentar a partir do quadro sócio-histórico configurado os elementos iniciais para a configuração da forma específica de democracia brasileira, uma forma contingente e em construção, modulada por sólidos mecanismos culturais constituídos no cerne de nossa formação histórica inscritos nas formas de realização de nossa sociabilidade política (processo de colonização e escravidão, de não participação social e política e da centralização do poder e da propriedade privada/rural e atualmente industrial - apropriada regionalmente de forma vertical e não horizontalizada), desde o processo de colonização e presentes no desenvolvimento sócio-histórico do país até os dias de hoje.

Em terceiro vamos buscar identificar neste processo de racionalização da democracia no Brasil, a partir da configuração de uma democracia contingente, alguns aspectos peculiares que advém da forma como se constituiu o coronelismo no Rio Grande do Sul, apresentando suas principais características e consequente impacto no processo nacional como um todo: a função de defesa da fronteira e por isto a singularidade da afirmação de uma mentalidade militar, em nome do poder central, mas de forma privada, opondo de forma estrutural interesses privados a interesses públicos e logo afetando e reduzindo o alcance universal da esfera estatal. Tal

2 Este trabalho é parte integrante da pesquisa bibliográfica realizada no processo de pós-graduação realizado em 2015/6 no PPG de Ciência Política da UFRGS. A periodização construída tem servido de base histórica para diferentes artigos relacionados à configuração da democracia no país, frutos da pesquisa realizada.

forma de privatização do Estado, de patrimonialização e coronelização da política, que se firmaram no contexto nacional, mas que tiveram uma forte contribuição gaúcha, colaboram para as fragilidades de construção da democracia, que buscamos contornar nesta breve e introdutória reflexão

1 O processo de racionalização em nossa formação sócio-histórica: uma breve genealogia

Partimos do princípio de que há um vínculo constitutivo entre as formas de transição de regime político no país, que pode ser caracterizado em 10 diferentes e sucessivos períodos, e a formação de uma dinâmica política de nossa sociedade, a saber, de uma racionalização conservadora e autoritária. Façamos agora uma, pequena genealogia dessas transições autoritárias e conservadoras, sintetizando alguns elementos de cada um dos dez períodos construídos.

A democracia praticamente não existia nos tempos de colonização, tendo eclodido praticamente com seu final e com a eclosão de repúblicas a partir dos ventos gerados pela Revolução Francesa. Neste cenário inicial, de transição do feudalismo para o capitalismo, a partir do primeiro e segundo período sócio histórico configurado: Colônia imperial (1500-1808) e Império Colonial (1808-1822), é possível, grosso modo, identificar portanto, os primeiros traços autoritários advindos da dinâmica específica de nossa colonização, no Brasil, quer por um comportamento patrimonialista de nossas elites, quer por um comportamento de submissão aos valores dominantes e de naturalização do autoritarismo, desde a implantação da colônia com um sistema de poder instituído de cima para baixo preocupado com a articulação da exploração da grande propriedade rural e da comercialização no mercado externo:

Talvez, devido à natureza capitalista do domínio, circunstância que lhe era fixada pelo mercado externo, propendia o crescimento da economia nacional a exprimir-se em extensão, sempre significando ocupação de novas terras. Mas é toda a política econômica posterior à atividade extrativa dos primeiros tempos que daria origem ao latifúndio brasileiro. (Aqui foi estabelecido, para a correção dos defeitos do regime das capitanias, o governo-geral, cuja força centralizadora e absolutista, emanada do preposto do soberano, alcançava quase todos os setores das atividades coloniais) (MERCADANTE, 1980, p. 45).

Estamos falando de 300 anos ou mais de sistema escravagista que tem profundas consequências, das quais buscaremos enumerar três: 1º) a constituição de uma cultura de racismo, violência e trespassamento sexual, onde o negro é uma propriedade privada do senhor, não só econômica, mas sexual e moral³, b) a constituição de uma antiética do trabalho, que menospreza tal atividade, pois é algo de não humanos ou humanos de segunda categoria⁴ e c) um profundo processo de exclusão social, pós-abolição e de conformação de um grande fosso entre pobreza e riqueza, mais conhecido como desigualdade social que será reforçado pela forma específica de construção de nossa cidadania, a saber de cima para baixo (invertida), vide termos primeiros os direitos sociais, de cima para baixo, depois os políticos e, a menos de 30 anos, os civis, todos em construção⁵.

O que divide os dois períodos analisados de forma conjunta até aqui é o advento da vinda da família real para cá, que embora dê continuidade à dominação de caráter colonial gera impactos administrativos e políticos significativos para a construção do Estado e posteriormente da nação brasileira. O processo da vinda do rei implicava na época em vantagens objetivas: evitava desgraças de um confronto militar com a França, garantia a segurança da família real durante a travessia atlântica e afastava a possibilidade da invasão do Brasil pela Grã-Bretanha expressando uma grande virtude dos seus estrategistas, a manutenção da unidade do Império de Portugal⁶. Havia, já em uma fase avançada da transição para o capitalismo, um enorme medo da perda do *status* imperial e das vantagens inerentes.

O terceiro período histórico, por nós denominado de Independência Imperial-colonial (1822-1889), é quando vai aparecer pela primeira vez em nossa história um processo de democracia, mas com base em voto seletivo e sempre permeadas pela forte e já identificada mentalidade conservadora-autoritária. Ele emerge de três situações objetivas: a) a derrota definitiva de Bonaparte pela Santa Aliança e de uma relativa estabilidade política conservadora para a Europa. Isto no momento em que b) o Rei resolve prolongar sua estada no Brasil, o que significaria para alguns seu abasileiramento, quando a ideia geral era de intensificação de colônias buscando barrar os processos de independência em escala geral. Nesse contexto, c) ocorre uma disseminação global dos ideais republicanos desencadeados pela Revolução Francesa, base da onda de independências principalmente

3 Vide a reflexão de Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* (FREYRE, 1975).

4 Vide a reflexão de Caio Prado Jr. (PRADO JR., 1969; 2004).

5 Vide a reflexão de Murilo de Carvalho (CARVALHO, 2012).

6 Conferir discussão aprofundada em SLEMIAN, A.; PIMENTA, J. P. O “nascimento político” do Brasil: as origens do Estado e da Nação (1808 – 1825). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

na América Latina. Colocamos no centro do poder ao invés de um Presidente, um rei, agora não mais de um Império Português, mas brasileiro (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Carvalho (2012) aborda as características gerais do processo: foi pacífico, com pouca revolta, de cima para baixo, sem uma ruptura revolucionária, como as ocorridas na Europa por exemplo. Enfim, não houve aqui uma guerra e um processo de libertação, como em outros processos de independência que estavam ocorrendo. Assim, o caso brasileiro foi fruto no geral de uma negociação entre a Coroa e a Inglaterra, agora a nação que nos dominava no plano internacional e nacional. O resultado disto foi a manutenção da monarquia no Brasil, ou seja, uma solução conservadora.

Nesse contexto é que vai emergir nossa primeira constituição. O problema central colocado, que novamente identifica o traço conservador, inclusive já na origem de nossas pretensões liberais, era o de substituir as restrições políticas e econômicas do regime colonial pela estrutura de um Estado nacional, que significava liberdade e soberania nacional, mas com uma burguesia mercantil. Nesse sentido, a grande característica da constituição de 1824 foi o poder moderador⁷ que coadunava formas liberais e poder monárquico expresso no poder de formação e dissolução do governo, da indicação dos candidatos e na sanção e apadrinhamento da vida política nacional.

Podemos agora caracterizar o quarto período: a República. É quando o Brasil, durante a fase final do império nacional, começa a experimentar um primeiro processo de modernização (**estrada de ferro, telegrafo etc.**, e a partir disso inicia a desenvolver outro tipo de burguesia no país com base no comércio que tenciona com a burguesia imperial - proprietários rurais).

Este ambiente vai compor o pano de fundo para difusão de um pensamento liberal antiaboliconista a favor do sufrágio universal que sustenta a abolição de 1888 e a passeata, militar, que decreta o fim do Império. Esse processo é condicionado pela guerra do Paraguai que fragiliza a imagem do imperador e, simultaneamente a isto, da consolidação da imagem do exército que inicia a separação com a guarda nacional e a criação de uma elite própria; aliado a isto, o crescimento de simpatizantes para a República e a abolição definitiva e o aumento da dívida interna com a Inglaterra.

No quarto período temos uma grande novidade no cenário sócio-histórico de nossa formação: a entrada dos militares como novos atores responsáveis também por uma transição de cima para baixo:

7 Para aprofundar conferir Skidmore (1998, p. 72).

A República foi produto da ação de um grupo de oficiais social e intelectualmente antagônico a elite civil do Império, insatisfeito com a situação do país e com seu próprio status político. Mas esses oficiais estavam dividindo internamente, e não conseguiram chegar a um acordo sobre o significado do republicanismo ou quanto aos objetivos institucionais do novo regime (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 320).

Entretanto, há aspectos que configuram a continuidade conservadora-autoritária de nossas elites: a implantação, nesse momento somente no papel, de um sufrágio que, porém, era ainda um sistema censitário, uma democracia parcial, na melhor das hipóteses onde ainda eram excluídas as mulheres, também os mendigos, soldados, analfabetos e religiosos. Novamente uma cidadania política limitada com um colégio eleitoral reduzido:

Contudo, certas características vindas de longa data persistiam e foram até aprimoradas. Uma delas era o perfil oligárquico da nação: novas leis eleitorais mantiveram o número reduzido de eleitores e cidadãos elegíveis para cargos públicos (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 320).

Assim, temos o que pode se chamar de primeira ditadura militar nacional, com o advento dos governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto que se caracterizam por uma ditadura da República: fechamento do congresso, ausência de liberdades políticas e muito autoritarismo, ou seja, nossa experiência republicana, caracterizar-se-ia por substituir formalmente uma tradição autoritária colonial-imperial por uma tradição autoritária militar, conservando a posição e os interesses das elites (propriedade rural intocável, privilégios intocáveis...) e a ausência de uma democracia com sufrágio universal.

Somente em 1894 teremos a primeira presidência civil no país com, no mínimo, três preocupações centrais: a pacificação do país, envolto em revoltas regionais, a afirmação dos interesses da elite cafeeicultora paulista, que ansiava por espaços que correspondessem a sua importância econômica e a transição de uma república, digamos jacobina (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 320) – militar para uma oligárquica civil.

Este processo de “empoderamento” das elites regionais, que tem consequências até hoje nas formas de nossa sociabilidade política, se asentava, grosso modo, nas seguintes características: a) confinamento do

conflito político a esfera regional e consequentemente a manutenção intocável de um governo central, ou seja cada elite administrava sua região e garantia a estabilidade, b) reconhecimento da plena soberania estadual, onde a intervenção era mínima, potencializando o poder local e c) a manutenção de sistemas eleitorais fraudulentos que garantiam as posições políticas de tais elites.

Chegamos ao nosso quinto período socio-histórico, de um processo de transição da República para a era dos governos de Vargas, a partir da “Revolução de 30”, que tem sua gênese da divisão das elites e de seus pactos de poder com base na divisão regional, com o fim da alternância entre elites, negociação que sustentava a segunda parte de nossa República. Novamente uma transição conservadora, agora no momento de afirmação de um cenário cada vez mais urbano em nosso país.

Nesse ano, Vargas vem para o poder nacional após governar o Rio Grande, dando início a uma nova era na história do país. O ano de 1930 é geralmente considerado como marco inicial do Brasil moderno, e, na realidade, os anos 30 evidenciaram um aumento significativo de vários índices de modernização (SCHWARTZMAN, 1982, p.106).

Neste processo, que anulou o resultado das eleições e com forte presença do elemento militar que, digamos, coordenou a transição, sempre de cima para baixo, evitando rupturas civis e do *status quo* vigente, tivemos o início de um governo provisório que a partir do fechamento do congresso, censura à imprensa, e que afirmavam uma nítida concepção autoritária, permitiu a elaboração de um novo código eleitoral e a constituição de uma assembleia constituinte, porém com algumas características bem nítidas: não houve um processo de alargamento democrático, a estrutura agrária permaneceu inalterada, as disputas regionais sempre presentes e assim o consequente aumento do patrimonialismo político.

Temos o início da era Vargas que aliando o desenvolvimento social e desenvolvimento do aparato estatal consolidou uma nova fase do capitalismo no Brasil que resultará na industrialização e configuração e fortalecimento dos centros urbanos. Inaugura-se, com isto, uma nova e extremamente forte tendência de centralização política a partir do Estado com vieses da tradição militar gaúcha com preocupações em manter o equilíbrio entre as elites regionais (SCHWARTZMAN, 1982). Mas esta situação de democracia parcial, no sexto período, vai se transformar numa volta a uma situação de não democracia: o “Estado Novo 1937- 1945”, uma

ditadura civil que constitui este período histórico de desenvolvimento sócio-econômico político e cultural do país.

Skidmore (1998) retrata a formula Getulista: articular simultaneamente os militares e da tecnocracia para a obtenção de um Estado forte, mas **não** democrático, ou seja, temos operando uma racionalização em novos moldes históricos, mas que buscam como nos primeiros momentos da colonização algo idêntico: a construção do capitalismo nacional de forma conservadora, mantendo os interesses agrários e oligárquicos e negociando com as elites urbanas e autoritárias, sem o incentivo e ou criação de mecanismos de participação política.

A estratégia de Getúlio durante o Estado Novo (1937-1945) era depender dos militares para a estabilidade política e de seus tecnocratas para a administração. Aqui, Getúlio estava tomando de empréstimo tanto do fascismo europeu (descartando a democracia eleitoral) como do New Deal americano (dependendo de tecnocratas modernizantes). Fundamentalmente, ele e seus apologistas intelectuais, como Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, justificavam a ditadura getulista com base no fato de o Brasil não poder se dar ao luxo da “pequena política” de uma sociedade aberta, por causa dos perigos de seus inimigos, internos e externos (SKIDMORE, 1998, p. 164).

Nesse ambiente é que entramos no sétimo período de transição de regimes no país, por nós identificados, que dá conta da passagem de uma ditadura civil para uma democracia, a partir da eleição de Gaspar Dutra (com apoio decisivo de Vargas) em 1946. Temos assim, com a ressalva de que analfabetos não votavam, um primeiro período democrático (sufrágio universal) 1945-1964 com a participação de amplas massas.

Com exclusão das experiências eleitorais frustradas de 1930 e 1934, o período de 1945-64 foi o único na história política brasileira em que o país experimentou um sistema de participação política de massas. É possível, assim, assumir uma perspectiva histórica de longo prazo e afirmar que este foi um período excepcional, explicado, talvez, pela onda de liberalismo democrático que passou a imperar em toda a América Latina logo após a Segunda Guerra, e que durou, em média, 15 ou 20 anos, conforme o país. Ainda que isto

seja verdade, esta experiência despertou no país um gosto pela liberdade política e a abertura de alternativas de participação, coisas que não poderiam e não deveriam ser esquecidas com facilidade. Conceitualmente, esta experiência coloca o tema de participação no centro da análise do sistema político nacional (SCHWARTZMAN, 1982, p. 115).

Para Schartzman (1982), temos aqui o contato necessário com experiências de democracia, em um contexto geral de desenvolvimento do liberalismo, que propicia os elementos necessários para a afirmação de uma motivação pela busca e afirmação da liberdade e, logo, como meio para isto da busca pela democratização do Estado e da sociedade. Assim, a nova constituição tem como uma de suas ênfases centrais o reforço das instituições e dos processos democráticos, mas ainda com fortes restrições a um sufrágio universal e a uma cidadania política plena: restrição do voto do analfabeto, restrição do direito a greve e ampliação das possibilidades de interferência militar (SCHWARCZ; STARLING, 2015). A partir de 1950 temos a volta de Vargas pelas urnas, seu suicídio, o governo de Juscelino, Jânio Quadros e João Goulart, este interrompido novamente por um período de racionalização conservadora autoritária e não democrático.

Nosso oitavo período traz à tona com pujança nossa característica conservadora-autoritária advinda desde o século XVI, do período da colonização, e atualizado em meados do século XX, pela segunda vez, com a ditadura civil de Vargas e agora uma militar, contra novamente a ameaça dos comunistas e de algum tipo de reforma de base que pudesse atacar as elites e sua estrutura econômica.

A racionalização conservadora-autoritária se manifesta sempre que o *status quo* está ameaçado, quer de forma colonial, imperial, civil ou militar, a partir do rompimento com a democracia, ou seja, o cessamento da liberdade de participar (cidadania política) e das instituições democráticas (voto, parlamento) é sempre a fórmula recorrente das elites e seus apoiadores, de forma padrão aliando formas de crescimento econômico e formas de autoritarismo. Temos, portanto, um regime militar, inconstitucional e antidemocrático:

A área sensível do novo sistema político estava localizada no controle, pelas forças armadas, da presidência da República. Os militares assumiram o governo de forma inconstitucional, conferiram a si próprios poderes de exceção, e cinco generais do Exército se alternaram no comando do

Executivo–Castello Branco (1964 – 67), Costa e Silva (1967-69), Garrastazu Médici (1969–74), Ernesto Geisel (1974–79) e João Figueiredo (1979-85)-além do curto período de uma Junta Militar, composta pelos ministros das três forças, entre agosto e setembro de 1969 (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.449).

Verificaremos a existência de uma intensa ditadura, com atos institucionais e restrições severas aos direitos civis e políticos a partir de forte sistema repressivo, seguida por um logo e gradual processo de abertura, para um novo momento democrático (demonstração das fissuras de concepção entre os militares e das mobilizações populares contra a ditadura). Teremos o congresso aberto, mas com liberdade vigiada e em um sistema bi-partidário (ARENA e MDB). Houve aumento de eleitores, em virtude do milagre econômico (CARVALHO, 2012), que foi um dos grandes responsáveis pelo aumento da desigualdade social no país⁸.

O declínio do crescimento econômico pela forte repressão imposta a sociedade e os movimentos sociais, com o aumento do preço do petróleo aliado ao desgaste das instituições militares, iniciou um processo de abertura política que tem como marco as eleições diretas para governador em 1982 e a montagem do colégio eleitoral.

Nosso nono período de Transição democrática (1984-1989), ele próprio uma forma transitiva para a democracia com sufrágio universal, inicia-se com a eleição de Tancredo, que nem chegou a assumir e foi substituído por Sarney, e chegamos assim na “Nova República” e a constituição de 1988, marco institucional do novo período democrático marcado para 1989. Tal processo tem seu início no seio do processo anterior de racionalização conservadora autoritária, já em 1975 a partir de Geisel e Golbery:

No entendimento da dupla – e de vários comandantes de tropa e líderes de opinião da caserna – os generais precisavam abrir mão do controle da presidência. Primeiro, porque a vida política e a incumbência de zelar pela segurança interna estavam afetando os quartéis e revelando-se um risco para os interesses da instituição. Segundo por que a ditadura envenenara a estrutura interna das forças armadas (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 467).

8 Conferir para aprofundar a discussão de Carvalho (2012).

Assim, esse período reafirma a volta para uma forma de racionalização semi-democrática que parte novamente de cima para baixo e busca uma transição segura ao invés de passar para formas de sufrágio universal, uma forma ainda tutelada que prepara isto de forma gradativa e não obstante, que não mexa no *status quo* de nossas elites.

Chegamos em 1989 ao nosso décimo e atual período de transição sócio-histórica de regime político: de uma situação de democracia parcial, para uma situação de democracia com sufrágio universal, com as primeiras eleições diretas, pós-ditadura, e com uma grande novidade: a inclusão do voto dos analfabetos. Temos então uma transição popular, a partir das urnas e mobilizações sociais e partidárias no interior da sociedade civil, sem a tutela ou repressão civil ou militar, sem voto censitário. Nosso segundo período histórico de sufrágio conseguiu se universalizar.

Mas este início é calcado em frustrações, conforme Schwarcz e Starling (2015, p. 491):

A frustração dos brasileiros teve impacto nas eleições de 1989 – a primeira realizada pelo voto popular desde 1961. Se a população havia se decepcionado com a derrota da emenda Dante de Oliveira e com a morte inesperada de Tancredo Neves, ela se frustrava pela terceira vez. Com a hiperinflação batendo na porta, muita gente começou a achar que não existia mais chance para uma saída convencional na situação econômica e que era preciso salvar o Brasil. O candidato a salvador chamava-se Fernando Collor e era governador de alagoas.

Portanto, o desafio é consolidar a oportunidade do espaço democrático, de uma cultura democrática, que desafie o conservadorismo-autoritarismo. Nesse sentido, tivemos seis eleições diretas regulares: Collor, que teve um impeachment já no seu primeiro ano e foi substituído pelo vice Itamar Franco; Fernando Henrique Cardoso, eleito duas vezes; Luiz Inácio Lula da Silva, também reeleito; e Dilma Rousseff, no início de seu segundo mandato consecutivo. Ou seja, temos, de certa forma, um processo democrático estável, porém, em construção, e em permanente tensão com uma tradição conservadora autoritária que ainda demonstra reflexos e efeitos no desenvolvimento da construção da democracia no país.

2 A emergência de uma democracia contingente

Postulamos que estes períodos encerraram de forma oscilante a configuração de ações estratégicas (racionalidade) e de um processo de especialização da democracia (racionalização) a partir da ação das elites, que a torna um fenômeno contingente do processo de desenvolvimento capitalista do país, como um elemento efêmero e concedido no processo de conflitos inerentes ao desenvolvimento de nosso país, que traduz-se em transições marcadamente de cima para baixo, conservadoras e autoritárias que são difundidas e aceitas culturalmente pelos indivíduos.

Tal racionalização advém, conforme insistentemente temos proposto, das formas de patrimonialismo político enquanto forma de condução estatal dos negócios privados, tendo como *contingência* disto uma *sociedade utilitária* com uma ferramenta de apoio para o objetivo central: liberdade de negociar a sua propriedade privada. Há então um capitalismo orientado, ou seja, com traços da busca do lucro com base na tradição como base legitimadora. Nas palavras de Faoro (1975a, p. 733): “A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente”.

Nesse sentido, Faoro (1975a) demonstra que houve um estamento independente parasitário e constitutivo do Estado que condiciona a ação deste: controlando o acesso as benesses do Estado (concessões estatais, ordenação do trabalho, cargos...), logo, a partir do autor, verifica-se um possível nexos constitutivo de uma democracia contingente:

As formações sociais são, para a estrutura patrimonial estatal, pontos de apoio moveis, valorizados aqueles que mais a sustentam, sobretudo capazes de fornecer-lhes os recursos financeiros para a expansão – daí que, entre as classes, se alie às de caráter especulativo, lucrativo e não proprietário (FAORO, 1975a, p.739).

Portanto, vemos que separação entre estado e nação é proposital e se reproduz cotidianamente: um Estado patrimonial autoritário e uma população dependente e passiva. O estamento, ao ser flexível, é domesticador das parcelas transgressora e vê o Estado como agência de seus negócios particulares. Assim, tem-se a democracia como uma possibilidade contingente (concedida, permitida, como elemento de cálculo e obtenção dos interesses privados) e uma cultura de passividade, mas também de incorporação da ideologia de um estado providente e de soluções mágicas

para os problemas sociais.

Conquanto, a democracia, a monarquia etc., são técnicas utilizadas de acordo com o contexto sócio-histórico e a necessidade imperativa de garantia dos interesses privados do estamento, ou seja, a partir de sua lógica patrimonial. Há, nesse sentido, uma dualidade entre sociedade e Estado, onde a segunda se caracteriza por uma certa passividade: providencialismo do Estado (cultura da corte) que gera a partir de vários aspectos culturais (escravidão, presença da corte, império etc.) uma cultura geral de dependência, e também o aspecto de reforço do patrimonialismo pessoal que se expande como marca cultural individual. Soma-se a cultura estatal de reforço disto, elemento de sua flexibilidade e de seu autoritarismo, vide o processo de Estadania (CARVALHO, 2012) e vide os processos de transições conservadoras, rompida somente em 1989.

Logo, percebe-se que existe uma necessidade da população da presença do Estado, de sua proteção e benesses e isto estimula a dependência não como algo negativo, mas naturalizado e, por esta razão, base de uma motivação autoritária e individualista. Por outro lado, o *modus operandi* do estamento é necessariamente autoritário, pois vê de forma pragmática as relações sociais em geral, privilegiando sua relação com seus interesses, sempre em primeiro lugar.

E, neste cenário, que emerge como produto atual, uma democracia contingente, ou seja, uma síntese não perigosa, a emergência trivial/mecânica, saldo efetivo do processo de dominação patrimonial/autoritária e logo conservador e como vimos racionalmente pragmático e instrumental. Ela teria, conforme refletido acima, quatro grandes características:

- a) Recente, frágil e em construção a partir de uma dinâmica particular de implantação do capitalismo no Brasil;
- b) Tensionada por uma cultura conservadora e autoritária forte enraizada nas elites e nos indivíduos advinda de um estamento parasitário;
- c) Dependente de uma sociedade civil frágil e também em construção;
- d) Existência de um Estado altamente centralizador.

Assim, a forma de racionalização subjacente ao processo de construção da democracia no Brasil parte da sua sinergia especial com o capitalismo, adotando uma versão híbrida que equaliza formas agrárias e urbanas industriais, como visto acima, e que transforma as relações sociais e logo a democracia em um instrumento a serviço de interesses privados. Temos nosso primeiro desafio: desprivatizar o público a partir da confor-

mação de novas formas culturais não utilitárias, que necessita de reflexões profundas sobre quais elas seriam, tarefa como já dissemos para um próximo trabalho.

O segundo elemento, complementar ao primeiro, dá conta da **tensão entre** o interesse particular x universal, e no Brasil predominou o primeiro - mais um elemento de nossa dinâmica conservadora-autoritária - geralmente, de cima pra baixo, a partir do efetivo e forte controle do acesso ao Estado. Assim, temos um Estado antes, acima e muitas vezes independente da nação não como um poder emanado desta, mas seu controlador e, logo, cerceador de liberdades individuais e coletivas, como nosso desenvolvimento histórico bem demonstrou. Novamente, o desafio é desprivatizar o público, ou tornar universal o acesso ao Estado.

O terceiro elemento, consequência dos demais, é o de uma sociedade civil em construção e ainda frágil, marcada pela constante ausência de uma sociedade civil, por uma forte Estadania (CARVALHO, 2012), que confere direitos e também controles de cima pra baixo, por fortes períodos de autoritarismo civil e militar e por curtos, e também em construção, períodos democráticos com sufrágio universal. Assim, temos uma cultura de passividade de um lado, uma não tradição organizativa de outro e, além disso, um forte traço pragmático, fruto da sinergia entre capitalismo e democracia, já demonstrada, que aponta para o reforço de culturas clientelistas e assistencialistas. O desafio, por consequência, é o de fortalecer a sociedade civil, mais uma condição normativa de Bobbio () e *sine qua nom* para a existência da própria democracia como vimos anteriormente. E aí, mais uma longa e necessária discussão.

O quarto e último elemento complementa diretamente o segundo: da cultura autoritária e forte controle do Estado surge um gigante centralizador e dominador que, como vimos em Faoro (1975a; 1975b), reproduz a necessidade de sua dependência e se guia, via de regra, por interesses privados. Novamente, o desafio é desprivatizar o público.

Buscamos até aqui, delinear os traços conservadores autoritários, base das formas de racionalização e de ação racional sobre o processo democrático que envolve a construção de um padrão cultural constituído pela elite, mas também absorvido e reproduzido pelos indivíduos. Assim, a história da construção de nossa democracia, no Brasil, passa pela racionalidade dos interesses privados e suas consequentes transições conservadoras-autoritárias.

3 Aspectos peculiares da racionalização conservadora – autoritária gaúcha da democracia

Nas reflexões anteriores buscamos identificar uma breve genealogia da forma como a democracia foi construída e, nesse processo, como se especializou, foi na maioria das vezes um elemento de cálculo de nossas elites. Em seguida buscamos conceituar tal forma de democracia como contingente. Vamos agora explorar alguns elementos peculiares de como o coronelismo se estruturou, em particular no Rio Grande do Sul, e seu impacto neste processo de racionalização do elemento democrático no Brasil.

O processo de implantação do coronelismo conforme Faoro (1975a; 1975b), não é algo novo, mas têm como coloração diferenciada no Brasil, dois elementos: a estadualização do poder político, a partir da política dos governadores, que se conecta diretamente aos poderes das lideranças agrárias locais, cada vez mais independentes do poder central imperial:

O fenômeno coronelista não é novo. Nova será sua coloração estadualista e sua emancipação no agrarismo republicano, mais liberto das peias e das dependências econômicas do patrimonialismo central do Império. O coronel recebe seu nome da guarda nacional, cujo chefe, do regimento municipal, investia-se daquele posto, devendo a nomeação recair sobre pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza, a medida que se acentua o caráter de classe da sociedade (FAORO, 1975a, p. 621).

Cabe considerar, entretanto, que o termo coronel é polissêmico em seu significado, podendo ser utilizado tanto enquanto referência externa para membros da guarda nacional, que era empossado de forma legal, como para figuras tradicionais da política, geralmente senhores de terra: “Ao lado do coronel legalmente sagrado prosperou o ‘coronel tradicional’, também chefe político e também senhor dos meios capazes de sustentar o estilo de vida de sua posição” (FAORO, 1975a, p. 621), mas também podendo o termo ter internamente diferentes características que o autor divide entre coronéis obedientes à hierarquia estadual e o coronel burocrata, conforme ele, típico do Rio Grande do Sul:

No ponto extremo dessa supremacia estadual está, acima do coronel obediente, o coronel burocrata, particular ao Rio Grande do Sul. Aos caudilhos rurais, repetidos ao tempo de Silveira Martins, flores da riqueza agrária, o Partido Republicano Rio – Grandense opôs os chefes investidos e fortalecidos pela confiança do poder estadual. Com esse siste-

ma, as camadas médias, funcionários públicos, oficiais da Brigada Militar, pequenos comerciantes, advogados e médicos conquistam posições políticas (FAORO, 1975a, p. 629).

Assim, o coronel burocrata é o chefe investido pelo poder Estadual que reforça, mas suplanta de forma geral a liderança agrária local e seus conflitos de interesses, constituindo uma centralização partidária centrada na estrutura agrária regional. Temos uma situação específica no Rio Grande do Sul que pode ser expressa em uma frase (anedota) atribuída a Borges de Medeiros: “Engano, coronel, o senhor pensa que pensa, mas quem pensa sou eu..” (FAORO, 1975a, p. 630).

Nesse contexto, nossa forma específica de coronelismo teve um impacto significativo na constituição das relações políticas do Brasil, ocupando e hegemonizando espaços significativos quer no exército, quer na estrutura estatal. No primeiro, vemos nitidamente a prevalência estratégica na participação do exército, vide a já discutida função de defesa da fronteira, quando, durante a guerra do Paraguai, possuía 3/4 da participação do efetivo total e após, durante o período da República mantinha a constância de 1/3 a 1/4, além dos principais postos de comando da hierarquia militar, esta influência é configurada pela mentalidade militar gaúcha.

Participação no exercito		Participação no executivo federal*			
Período	Participação	Período	RGS	MG	SP
1852	3/4 do efetivo	1889 - 1910	2,56	12,64	9,02
Após	De 1/4 a 1/3	1910-1930	18,13	16,09	12,37

Fonte: Quadro montado com base em Love (apud SCHWARTZMAN, 1982, p. 67-101).

* Em anos

Em relação à participação na estrutura federativa, temos a comparação entre o período antes e pós a presidência do general gaúcho Hermes da Fonseca, que são significativos como demonstração da hegemonia gaúcha a partir de sua estrutura coronelista. Em aproximadamente 11 anos o Rio Grande sai da média de 2,56 anos para 18,13, superando os mineiros e os paulistas.

A experiência gaúcha, conforme Scharztzman (1982), e os dados acima reforçam isto, será ímpar em nosso processo de formação sócio-histórica, quando o coronelismo representa uma expressão concreta e efetiva com duas características centrais vistas em particular no Rio Grande do Sul o

militarismo e o privatismo⁹.

O primeiro é a influência generalizada da experiência militar na psicologia, estrutura econômica e organização social do Sul. As pressões psicológicas de um estado de beligerância continuam combinadas com as características específicas da guerra de fronteira, levariam a necessidades de lideranças fortes, dotadas de coragem e audácia pessoais bem definidas (SCHWARTZMAN, 1982, p. 66).

Portanto, na primeira característica identificada, nosso “coronel” é de natureza militar, alimentado por uma situação fática de defesa da fronteira que necessitam de lideranças fortes e carismáticas: “A consequência teria sido a existência de uma ordem militar que não era necessariamente rígida, já que não se burocratizava, mas que se centrava em caudilhos fortes e personalistas.” (SCHWARTZMAN, 1982, p. 66).

Assim, focar o Rio Grande significa explorar uma parte do processo de ocupação do território nacional que teve peculiaridades únicas e que deram suporte a uma forte influência desta região no cenário político nacional. Temos a emergência de uma forma de mentalidade militar configurando uma sociedade guerreira, que pelo fato estratégico de defesa da fronteira e de enfrentamento de um “inimigo objetivo”, os espanhóis, caracteriza uma situação de naturalização do uso da violência e da defesa do território nacional:

O quadro de ocupação do território brasileiro deve ser completado com a história do estabelecimento de entrepostos militares nas fronteiras. O mais importante destes estabelecimentos foi, sem dúvida, a Colônia do Sacramento, criada no Rio da Prata em 1680. Ela foi o início de uma longa e intermitente guerra com os espanhóis de Buenos Aires, dando a população do Rio Grande do Sul uma experiência única, no Brasil, de um estado contínuo de violência e mobilização militar (SCHWARTZMAN, 1982, p. 65).

Nesse sentido, se partimos de Weber (2014), identificamos os dois elementos constitutivos do seu conceito de Estado, centro da ação política moderna, onde frisa ter este o monopólio legítimo da violência, ou seja, a

9 Elementos que ele vai resgatar de Fernando Henrique Cardoso, vide páginas 65 em diante.

capacidade reconhecida e inclusive solicitada pela sociedade de exercício da força, que aponta correlatamente para outro componente do conceito: a dimensão territorial, ou seja, o âmbito de alcance do seu poder. Isto permite pensar a organização do poder a partir de um *lôcus* objetivo constituído pela busca e defesa dos limites geográficos, que caracteriza sintética e objetivamente a experiência gaúcha.

O Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território – o “território” faz parte da definição de Estado –, reivindica para si (com êxito) o monopólio da violência física legítima (WEBER, 2014, p. 391).

Isso pode servir como ponto de partida para pensar o coronelismo no Rio Grande do Sul que se constitui a partir da defesa das suas fronteiras com o uso legítimo da violência e logo enquanto autoridade reconhecida pelo poder nacional. Freund (2003), aprofundando a discussão weberiana, centra na questão que o território é o lugar onde se desenrola a atividade política, pois configura um determinado agrupamento. Dentro deste é que teremos um tipo de autoridade constitutiva das relações de poder.

A atividade política se define, em primeiro lugar, pelo fato de se desenrolar no interior de um território delimitado. Não é necessário que as fronteiras sejam fixadas rigorosamente; podem ser variáveis, entretanto, sem a existência de um território que particularize o agrupamento *não se poderia falar de política*. Disto decorre a *separação* característica entre interior e exterior, qualquer que seja a forma de ordem interior ou exterior. Esta separação é inerente ao conceito de território. Em segundo lugar, os que habitam no interior das fronteiras do agrupamento adotam um comportamento que se orienta significativamente segundo esse território e a comunidade correspondente, no sentido que sua atividade se acha condicionada pela autoridade encaminhada da ordem, eventualmente pelo uso do constrangimento e a necessidade de defender suas necessidades. (FREUND, 2003, p.160-161).

O coronelismo é então uma forma de poder, entendido como uma relação social que busca a obediência legítima à sua forma de dominação, fixando necessariamente fronteiras, que no seu caso são as responsáveis

diretas pela sua existência, conformando neste processo de constituição territorial laços de lealdade para com tal função e suas necessárias formas de uso da autoridade, por mais violenta que necessite ser, enquanto forma de atendimento às necessidades do agrupamento local.

A segunda característica identificada por Schwartzman (1982) é o elemento do privatismo, que é genética do coronelismo em si, pois é ele que substitui a forma de relação política entre poder central e estados federados:

O segundo elemento que surge com a militarização de todos os aspectos da vida é a privatização das diversas formas de autoridade civil ou militar. Caudilhos militares tinham suas próprias tropas, usadas em ataques privados a jesuítas, espanhóis ou outros, em tempos de paz, mas que podiam ser mobilizadas pela coroa portuguesa em tempos de guerra formal. A terra era distribuída de acordo com a influência e o poder militar, tanto quanto os privilégios de taxaço e de administração da justiça (SCHWARTZMAN, 1982, p. 66).

Temos assim, na figura do coronel a transferência por parte do poder central das principais funções do Estado, a partir da defesa das fronteiras, possibilitando a administração a partir de interesses privados em uma relação fluida prejudicando diretamente a afirmação de valores democráticos e de autonomia individual e, logo da própria construção de uma sociedade civil, como de resto no conjunto do Brasil, processo relatado na primeira sessão:

Quebrada a armadura estamental, de tendência burocrática, do Império, não emergiriam na superfície social os elementos autônomos, sempre evocados pelos liberais. A supremacia tuteladora do poder público, agora seccionado nos principados e ducados estaduais, continuou a operar num molde próximo ao regime colonial, no qual o particular exercia, por investidura ou reconhecimento oficial, funções públicas. Obviamente a linha entre o interesse particular e o público, como outrora, seria fluida, não raro fins privados (FAORO, 1975, p. 631).

O centro de tais relações no caso gaúcho advém da estrutura agrária e de seus decorrentes interesses privados. Portanto, vimos em Leal (2012)

que o seu centro constitutivo é o de um poder privado, como veremos a partir de uma conexão direta com o poder público, porém usando-o a seu favor, transformando -o em seu patrimônio pessoal¹⁰:

É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa (LEAL, 2012, p. 22).

Há, portanto, uma forma de sinergia entre público e privado, onde o segundo domina o primeiro, assim como se expande a partir deste. O centro constitutivo desta relação se dá pela demanda efetiva de voto desencadeada pela implantação do sufrágio universal que oportunizará uma prática deformada de democracia onde o processo eleitoral vira uma arena de defesa de interesses particulares:

Paradoxalmente, entretanto, esses remanescentes de privatismo são alimentados pelo poder público, e isso se explica justamente em função do regime representativo, com sufrágio amplo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ainda é inconteste (LEAL, 2012, p. 22).

Assim, a constituição do Estado Brasileiro e de seu território é paradoxal, pois se constitui não pela afirmação de interesses gerais da nação, mas de uma parte desta, a elite territorial que tem a função de garantia das fronteiras e isto leva a práticas políticas antidemocráticas tais como:

Desse compromisso fundamental resultam as características secundárias do sistema “coronelista”, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais (LEAL, 2012, p. 22).

Nesse sentido, podemos identificar na constituição do coronelismo dois fatores, conforme Faoro (1975a; 1975b), configurados em uma situação

10 Para aprofundar esta discussão conferir Faoro (1975a; 1975b) e Holanda (2004).

de duplo prestígio, ou de uma troca entre dois atores: o privado e o público, uma reciprocidade entre ambos que afirma os traços mais gerais, conservadores, da propriedade privada rural e autoritária a partir de práticas paternalistas, clientelistas e corruptas:

É claro, portanto, que os dois aspectos — o prestígio próprio dos “coronéis” e o prestígio de empréstimo que o poder público lhes outorga — são mutuamente dependentes e funcionam ao mesmo tempo como determinantes e determinados. Sem a liderança do “coronel” — formada na estrutura agrária do país —, o governo não se sentiria obrigado a um tratamento de reciprocidade, e sem essa reciprocidade a liderança do “coronel” ficaria sensivelmente diminuída (LEAL, 2012, p. 34).

Buscamos de forma sintética demonstrar as peculiares contribuições gaúchas ao processo identificado de racionalização da democracia a partir da maneira como se realizou a dinâmica coronelista que colaborou ativamente para a constituição das quatro características contingenciais já apontadas na sessão anterior: i) o reforço do patrimonialismo, a partir do reforço do poder privado dos coronéis; ii) a afirmação de uma forte cultura conservadora e autoritária a partir da condução centralizada de processos eleitorais com base no “voto a cabresto” e na política do favor; iii) a inexistência de uma sociedade civil autônoma, mas altamente dependente da ação do coronel e o iv) reforço a tendência a um Estado centralizador, onde as funções estatais eram realizadas pelo próprio coronel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos propomos, na perspectiva colocada pelos pontos anteriores, demonstrar que não temos então um país atrasado, inconcluso, ou até tardio, mas o produto mais avançado de um processo sócio-histórico no qual houve por aqui três fenômenos articulados, no mínimo:

- a) uma forma específica e lucrativa de exploração colonial predatória que se demonstrou lucrativa e sustentou o mercado mundial por quase 400 anos, porém com base na escravidão, como já mencionado, se sustentou pelos seus resultados;
- b) uma forma diferenciada de integração ao sistema capitalista, com base primeiro no mercantilismo e depois com uma adesão aos princípios econômicos do liberalismo, mas não a seus princípios

políticos (direitos individuais) e;

c) a permanência exaustiva de transições conservadoras de regime político, como, por exemplo, em tempos de Revolução Francesa não montar uma república, mas um Império, como interromper os períodos democráticos tanto por uma ditadura civil, como com uma ditadura militar e somar de forma interrompida e temporalmente curta somente dois períodos democráticos;

d) traços de uma democracia contingente, como algo concedido e, ao mesmo tempo, fragilizado pela ação consciente de nossas elites a partir do reforço constante de traços conservadores e autoritários de nossa formação social: o patrimonialismo, o coronelismo, de forte influência gaúcha que tensionam com as tentativas de construção democrática com base em valores universais.

Tais fatos demonstram uma ação racional que acompanha o processo de racionalização capitalista, mas adapta-o a seus interesses e sentido próprio. Assim, estamos, em se tratando de Brasil, não em um estágio, fase ou ciclo atrasado, mas em momento histórico dos mais avançados a partir das possibilidades existentes que advém de nossa formação sócio-histórica e da hegemonia de uma racionalidade conservadora- autoritária sobre uma democrática, frágil e em construção.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político Brasileiro**. v. 1. São Paulo: Globo/USP, 1975a.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político Brasileiro**. v. 2. São Paulo: Globo/USP, 1975b.
- FREUND, Julien. **A sociologia de Max Weber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1975.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Schwarcz S.A, 2012.

- MERCADANTE, Paulo. **A Consciência conservadora no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- PRADO JR., Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SKIDMORE, Thomas Elliot. **Uma história do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SCHARTZMAN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1982.
- WEBER, Max. **Escritos Políticos**. São Paulo: Martins fontes, 2014.

Recebido em 16/2/2016

Aprovado em 5/4/2016

MISSÃO DE PESQUISAS FOLCLÓRICAS DE LUIZ HEITOR
CORRÊA DE AZEVEDO AO RIO GRANDE DO SUL (1946):
MOTIVAÇÕES, TRATATIVAS E NEGOCIAÇÕES INSTITUCIONAIS E
INDIVIDUAIS

*FOLKLORIC RESEARCHES MISSION OF LUIZ HEITOR
CORREA DE AZEVEDO TO RIO GRANDE DO SUL (1946):
INSTITUTIONAL AND INDIVIDUAL MOTIVATIONS, DEALINGS,
AND NEGOTIATIONS*

Reginaldo Gil Braga¹

RESUMO

Este trabalho discute as motivações, tratativas e negociações para a vinda de Luiz Heitor Corrêa de Azevedo ao Rio Grande do Sul (1946) como parte do conjunto de missões de pesquisas folclóricas realizadas também em Goiás (1942), Ceará (1943) e Minas Gerais (1944). Para isso, foram analisadas as cartas, trocadas entre Luiz Heitor e o professor do Instituto de Artes, Enio de Freitas e Castro, também presidente da Associação Rio-grandense de Música, nas quais aparecem os interesses e acordos firmados entre esta instituição e o governo do estado para tornar possível a vinda do pesquisador a partir de convite feito por Enio. Foram feitas buscas em jornais de Porto Alegre, onde encontramos notícias que destoavam dos interesses manifestados por Azevedo nas cartas e do que foi realizado pela missão. Nelas, ele expõe o desejo de gravar no RS, em discos, também músicas de caráter “negro-fetichista”, porém, nos jornais são citados apenas registros luso-brasileiros. Esta questão foi levantada por Braga (2004) e, posteriormente, retomada por Aragão (2006) e Prass (2009). A fim de confrontar as informações existentes e levantar novos materiais, realizamos pesquisas no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, detentor do arquivo pessoal do professor Enio e da ARM. É a partir dessas novas fontes de arquivo e jornais, que buscamos compreender as motivações da vinda de Luiz Heitor ao estado, relacionada a um inventário da paisagem folclórico-musical do país inaugurado por Mário de Andrade. Além disto, buscamos situar especificamente a missão do RS no contexto histórico da década de 40, do século passado: ao governo nacionalista de Getúlio Vargas, bem como às diretrizes adotadas durante a segunda guerra mundial no âmbito internacional, nacional e regional, de maneira a compreender as tratativas e negociações que possibilitaram sua realização.

Palavras-chave: Missões de Pesquisas Folclóricas; Luiz Heitor Corrêa de Azevedo; Música Popular do Rio Grande do Sul

1 Etnomusicólogo, professor do Departamento de Música e PPG Música da UFRGS.

ABSTRACT

This paper intends to discuss motivations, dealings, and negotiations for the coming of Luiz Heitor Corrêa de Azevedo to Rio Grande do Sul (1946), as part of folkloric research missions held in Goiás (1942), Ceará (1943), and Minas Gerais (1944), too. For this, it were analyzed the letters exchanged between Luiz Heitor and Enio de Freitas e Castro, professor at Institut of Arts and president of Riograndense Association of Music, which revealed the motivations, and the dealings between RAM and the government of Rio Grande do Sul in order to facilitate the arrival of Luiz Heitor since Enio's invitation. Researching in Porto Alegre's newspapers, we found news that conflicted with the interests expressed by Azevedo in the letters and what was done by the mission. In them he expressed his will to record in Rio Grande do Sul, on albums, also afrobrasilian religion music, but on the newspapers are mentioned only his will to record lusobrazilian music. This question was raised by Braga (2004), and later continued by Aragão (2006) and Prass (2009). In order to compare the available information and to find new materials, we researched on the Historic and Geographic Institut of Rio Grande do Sul, the owner of the personal archives of Enio de Castro and RAM. Based on these different materials we intend to understand the goals of Luiz Heitor's travel to Rio Grande do Sul, motivated by Mário de Andrade's researches on folklore. In addition, we seek to specifically locate the Rio Grande do Sul's mission in the historical context of the 40's of the last century: in the nationalist government of Getulio Vargas, as well as in the guidelines adopted during the Second World War in the international, national, and regional levels, in order to understand the discussions and negotiations which enabled its realization.

Keywords: folkloric research missions; Luiz Heitor Corrêa de Azevedo; Popular music of Rio Grande do Sul

INTRODUÇÃO

A missão de pesquisa folclórica desenvolvida no Rio Grande do Sul em 1946 fez parte do mapeamento musical do território brasileiro realizado por Luiz Heitor Corrêa de Azevedo, iniciado no estado de Goiás (1942) e, posteriormente levado aos estados do Ceará (1943) e Minas Gerais (1944). Destas três primeiras é possível encontrar análises feitas pelo pesquisador (Centro de Pesquisas Folclóricas, 1950, 1953 e 1956). Sobre aspectos metodológicos e as preocupações teóricas de Luiz Heitor na construção das pesquisas, dispomos de alguns trabalhos acadêmicos: Aragão (2005 e 2006), Mendonça (2007) e Barros (2008 e 2009). Porém, em relação ao que foi registrado no RS, existem pouquíssimas referências, sendo o único material publicado, o catálogo *Relação de Discos Gravados no Estado do Rio Grande do Sul*, organizado pelo Centro de Pesquisas Folclóricas por Dulce Lamas (1959)². Quanto a trabalhos acadêmicos, encontramos 'recortes' a partir dos batiques de Porto Alegre em Braga (2004) e dos Maçambiques de Osório

2 A coleção, inventariada e seguida de breves análises assinadas por Dulce Lamas, está dividida em: Cantos dos Troveiros, As Danças do Fandango, Danças e Cantares Diversos, Música Tradicional de Autos e Celebrações Religiosas e Cantos Negros-Fetichistas.

em Prass (2009a, 2009b). Os únicos materiais que permitem reconstituir em detalhes a vinda de Luiz Heitor, bem como o desenrolar da missão no estado, seriam documentos como cartas, balancetes financeiros e relatórios, documentos pessoais dos envolvidos, além de jornais da época.

Este texto visa a apresentar resultados da pesquisa referente às gravações realizadas por Luiz Heitor em 1946 no estado³ que investigou os meandros da vinda do musicólogo carioca, intermediada pelo professor do Instituto de Artes da UFRGS, Enio de Freitas e Castro. Ao reconstruir a Missão de Pesquisas Folclóricas ao RS, esperamos desvendar as motivações da iniciativa, a qual teve o apoio e incentivo do professor Ênio de Freitas e Castro e da Associação Rio-grandense de Música (ARM) e reconstituir o planejamento e realização da mesma, buscando assim compreender os aspectos políticos, pessoais e musicológicos envolvidos, bem como contribuir para o entendimento do conjunto de missões realizadas pelo pesquisador no Brasil.

Para tal, foram realizadas pesquisas em acervos públicos de Porto Alegre, na busca de documentos e jornais que tratassem da missão desenvolvida por Luiz Heitor e da participação de Enio F. e Castro e outros nomes do movimento folclórico local. Tive acesso, ainda em 2003 (vide Braga, 2004), a documentos, tais como: relatórios, balancetes financeiros e cartas trocadas entre Luiz Heitor e Enio, depositados no Laboratório de Etnomusicologia da UFRJ, instituição guardatária do acervo do Centro de Pesquisas Folclóricas, criado pelo professor Luiz Heitor, que foram, digamos assim, a motivação da busca por materiais no RS.

Iniciamos pelo Arquivo do Instituto de Artes-UFRGS, onde o professor Enio exerceu sua carreira acadêmica. Outros acervos, tais como: Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, Jornal Correio do Povo, Discoteca Pública Natho Henn, Biblioteca Pública do Estado, Biblioteca José Otão-PUCRS e Biblioteca Municipal de Vacaria, foram importantes para a pesquisa de jornais e bibliografia de/ e sobre Enio F. e Castro. A leitura desses artigos e livros, bem como de materiais na worldwideweb, foram úteis na indicação segura da vinculação do referido professor à área do Folclore e, em especial, no reconhecimento da divulgação de suas pesquisas por meio da Comissão Gaúcha de Folclore e dos Congressos Brasileiros de Folclore. A revisão de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses, indicadas anteriormente, forneceram aspectos mais gerais das missões, e baseados estritamente na documentação existente no Laboratório de Etnomusicologia da UFRJ, depositária das coleções.

3 Projeto de pesquisa vinculado ao Programa de Iniciação Científica da UFRGS.

1 MOTIVAÇÕES POLÍTICAS E PESSOAIS

Em notícia veiculada pelo jornal porto-alegrense *Correio do Povo*, de 27/01/1946, foi divulgada a presença no estado de Luiz Heitor e sua equipe, recentemente chegados do Rio de Janeiro, formada pelo técnico Egídio de Castro e Silva da Escola Nacional de Música e Mary Rowell⁴, encarregada da documentação fotográfica da missão e mais tarde, da sua esposa. Diz a nota: “Esse musicólogo (...) está gravando em disco as variações inúmeras e mais características do musicar da gente sul-rio-grandense”.

No entanto, a presença de Enio de Freitas e Castro, ainda no planejamento da missão, foi condicionante para a efetiva realização do empreendimento, conforme atesta o próprio Luiz Heitor, anos mais tarde na introdução da publicação dedicada ao estado: “Coube a iniciativa dessa excursão à Associação Rio-grandense de Música (ARM), de Porto Alegre, que em fins de 1944 manifestou desejo de promovê-la, sob o patrocínio e com auxílio do Governo do Estado” (CPF, 1959, p. 7). Ou ainda, como enfatizou o mesmo jornal citado: “O professor Luiz Heitor vem ao nosso estado a convite da Associação Rio-grandense de Música e representando o Centro de Pesquisas Folclóricas da Escola Nacional de Música, proceder pesquisas de folclore” (*Correio do Povo* 06/01/1946).

Musicólogo, professor do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul nas cadeiras de Harmonia, Contraponto e Fuga, além de Folclore, Ênio de Freitas e Castro (1911-1975) teve ainda carreira como compositor e pianista. No campo político, foi o primeiro Superintendente de Educação Artística e o primeiro Diretor da Divisão de Cultura da Secretaria de Educação do estado. Fundou e dirigiu a ARM e integrou a cadeira n. 29 na Academia Brasileira de Música. Ainda por sua iniciativa, foram criadas a Discoteca Pública do Estado e o Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, além de outras instituições na área da cultura.

Da Associação Rio-grandense de Música, o pouco que sabemos é que foi fundada por Enio em 1937 com o intuito de promover a atividade cultural em Porto Alegre, e que: “Fundou e presidiu por durante 25 anos a ARM, através da qual proporcionou a vinda a Porto Alegre e a apresentação pública de grandes nomes do virtuosismo musical brasileiro e internacional” (*Correio do povo*, 21/6/1977). Como presidente da Associação, ajudou a impulsionar o movimento musical na cidade, convidando músicos de destaque internacional como Magdalena Tagliaferro, Arthur Rubinstein e outros pianistas, violinistas e cantores solistas de destaque para se apresentarem nas principais salas da capital. Os programas consultados com-

4 Esposa de funcionário da embaixada americana no Rio de Janeiro.

provam estas atividades da Associação que tiveram importante impacto na vida cultural do estado e da capital, a exemplo da realização do inventário folclórico no estado.

A atividade de folclorista, estudioso da música popular rio-grandense, parece que começa em 1942 quando publicou o estudo, *Música Popular do Rio Grande do Sul*, na coletânea *Rio Grande do Sul, Imagem da Terra Gaúcha*. Com Dante de Laytano, historiador e folclorista destacado no movimento folclórico local e nacional, e que fez parte do Departamento de Folclore da ARM, trabalhou conjuntamente e no ano de 1945 publicaram por meio dela (Laytano, 1945), interessante documentação sobre o Maçambique de Osório, objeto de interesse de Luiz Heitor no ano seguinte, quando da viagem ao estado. Conforme consta na publicação, Enio ocupou-se das transcrições dos exemplos musicais. Outra obra do pesquisador, *As Cavalhadas de Vacaria*, foi publicada pela Comissão Gaúcha de Folclore no ano de 1954 e apresentada no I Congresso Brasileiro de Folclore, realizado no Rio de Janeiro em 1951. Fatos que demonstram sua forte vinculação ao movimento folclórico regional (como membro da Comissão Gaúcha de Folclore) e pelas notícias de participações em Congressos Nacionais.

Como Superintendente de Educação Artística do estado, captou o auxílio logístico e o patrocínio financeiro da Secretaria Estadual de Educação e Cultura para realização de uma missão de pesquisas de grande porte. Como amigo pessoal de Luiz Heitor⁵, intermediou a negociação, que ao que parece partiu do interesse deste, porém, como pontuado, Enio já vinha realizando pesquisas no estado. Há, pelo menos, um registro seguro de que, ainda em 1943, por meio do Departamento de Folclore da ARM, pretendia "(...) realizar uma ampla e completa pesquisa em torno do nosso folclore musical, por intermédio de representantes em cada município do estado" (DF, 1943). Para tanto, foram enviadas correspondências a possíveis representantes no interior. Por meio da notícia de jornal intitulada *Departamento do Folclore da ARM* (Correio do Povo, s/d), sabe-se que a iniciativa contou com o apoio do Instituto Histórico e Geográfico do RS para onde deveriam ser enviadas por correspondência, todas as contribuições, bem como faria o arquivamento do material. Ao que parece a campanha não se efetivou, de fato.

5 Em uma das cartas trocadas com ele, Enio demonstrou esta intimidade quando disse: "Não é nada demais que, numa viagem longa, você traga sua esposa. Garanto-lhe que ninguém reclamará se ela realmente vier. Pelo contrário ... ficarão todos encantados. E naturalmente, você correrá o risco de levar uma surra de Ylah se vier solteiro. E não garanto nada que não auxilie ..." (Carta 183/ 864). No arquivo pessoal de Enio encontramos registros de cartas trocadas com Luiz Heitor mesmo depois que este se mudou para Paris a serviço da UNESCO.

Luiz Heitor pretendia com as quatro missões de pesquisas que empreendeu pelo Centro de Pesquisas Folclóricas, fundado por ele em 1943 na Escola de Música da Universidade do Brasil (onde também foi professor de Folclore desde 1939), enriquecer, intencionalmente, o quadro traçado por Mário de Andrade de mapear as principais regiões folclóricas do país.

Na viagem ao estado o pesquisador carioca, buscou registros que pudessem aproximar o fazer musical gaúcho aos materiais coletados em outras regiões do país. Este interesse ficou explícito quando disse no preâmbulo da *Relação dos Discos Gravados no estado do Rio Grande do Sul* (CPF, 1959, p. 4), único texto seu do volume: “O Rio Grande do Sul Clássico, logo evocado pela imaginação de cada um de nós, é o da região fronteira, dos pampas e da peonada.” E justificou mais adiante a escolha pela região serana do estado, assim:

(...) foi o desejo de conhecer até que ponto a tradição musical genuinamente brasileira, pertencente a um ciclo que não podia ser o das danças e canções de cunho gauchesco, cultivadas nos confins do estado e do Brasil havia podido penetrar e ser aceita pelas populações (Ibidem, p. 4).

As cartas trocadas entre ambos, em 1944, quando do planejamento da missão, demonstram as vicissitudes e os encaminhamentos necessários para a efetivação desta. Em carta enviada a Luiz Heitor, Enio disse:

Por mim, mostrar-lhe-ia todo o Estado e faríamos gravações nas mais diversas regiões, para termos depois um verdadeiro mapa folclórico-musical do Rio Grande do Sul (Carta 192/ 873).

Na verdade, sugeriu na carta uma lista das regiões a serem visitadas, a fim de se ter um panorama do contexto folclórico local e se colocou à disposição para dar continuidade aos registros caso não conseguissem fazê-lo em uma só tomada. No entanto, alertou em outra carta, das vicissitudes do apoio do governo do estado:

Temos que orientar o trabalho para o que for genuinamente riograndense. Essa questão dos negros talvez não esteja nesse caso [grifo meu]. Segundo me declarou o Secretário da Educação o seu ideal é a defesa da cultura ‘lusobrasilei-

ra'. E por estar a pesquisa de folclore proposta dentro desse ideal é que ele aceitou. Enfim, depois de iniciados os trabalhos poderemos ver o que mais convém (183/ 864).

2 TRATATIVAS E NEGOCIAÇÕES MUSICOLÓGICAS

A escolha pela zona serrana e, em especial, no entorno do município de Vacaria (Lagoa Vermelha e Bom Jesus) parece ter ficado por conta da familiaridade de Enio com a região que passou a infância ao lado dos pais. Com relação a isso disse Luiz Heitor: “Não houve uma razão; houve, como sempre, em circunstâncias análogas, várias razões, inclusive de ordem prática” (CPF, 1959, p. 4). O que de certa forma explica a escolha. Porém, fica claro que, ambos desejavam documentar “a tradição genuinamente brasileira” (Ibidem, p. 4), da qual fazia parte, também, as manifestações afro-brasileiras, à revelia do interesse do secretário de Educação e Cultura pela “cultura luso-brasileira”. Isto fica explícito quando Enio adverte Luiz Heitor de quando deveria chegar: “Não se esqueça que seria oportuno estar aqui antes de 6 de janeiro, pois as Congadas de Osório se realizam nesse dia” (Carta 192/873).

Como visto anteriormente, razões político-ideológicas, de interesse do estado e de direcionamento das pesquisas de L.H. fizeram com que o foco das pesquisas fosse direcionado para a região serrana tida como “luso-brasileira” ou “genuinamente brasileira”, respectivamente, em detrimento da fronteira identificada como de forte influência castelhana. No entanto, gravações dos batuques de Porto Alegre e do Maçambique de Osório, foram feitas em comum acordo entre os pesquisadores, contrariando as indicações do governo, porém, satisfazendo a meta de espelhar o que compunha o mosaico brasileiro de contribuições de europeus, indígenas e negros.

Consta que a equipe saiu de São Paulo, dia 30 de dezembro de 1945, chegando a Porto Alegre dia 2 de janeiro. Estiveram em Osório em 5 de janeiro. Em Porto Alegre, entre os dias 7 e 14 e partiram para a Serra no dia 15 de janeiro, conforme carta escrita por L.H. endereçada à professora Joanídia Sodré, diretora da Escola Nacional de Música (CPF, 1959, p.8). As últimas gravações foram realizadas no dia 1º de fevereiro, sendo que de 3 a 25 do mesmo mês, a equipe carioca ficou retida em Porto Alegre por constantes greves que paralisaram o porto e a Viação Férrea Rio-grandense.

O acordo firmado entre o governo do estado (por meio da iniciativa da ARM e do protagonismo de Enio) e a Escola Nacional de Música (por meio do Centro de Pesquisas Folclóricas coordenado por Luiz Heitor)⁶, pre-

6 Na época a Escola Nacional de Música era dirigida pelo professor Sá Pereira.

viu a responsabilidade financeira do estado e ao Centro o fornecimento de pessoal e equipamentos técnicos, bem como de cópias de todos os discos gravados, a fim de serem arquivados na Secretaria de Educação e Cultura do RS (Ibidem, p. 7-8).

Com exceção da missão desenvolvida no estado, todas as demais, foram realizadas com o apoio da Biblioteca do Congresso Norte-Americano, que forneceu equipamentos, por meio da parceria firmada por Luiz Heitor e na contrapartida exigiu cópias das gravações para seu acervo. As gravações do estado são as únicas que não constam deste acervo.

O estado forneceu, ainda, suporte logístico de carro e motorista para as viagens desde o seu início: uma camionete de 12 lugares que transportou o “grupo electrógeno” (gerador de eletricidade) de propriedade da Escola, bem como uma “máquina gravadora” e outra de Washington, emprestada ao Centro, acessórios e bagagens pessoais (Ibidem, p. 8).

Graças a esse gesto do Governo do Estado, pudemos realizar uma colheita sem precedentes entre as que já temos feito em outros estados [grifo meu], pois ficávamos habilitados a realizar gravações nos povoados mais remotos, suprimindo a falta de energia elétrica com o nosso grupo electrógeno e dispensando meios de comunicação muitas vezes inexistentes. Assim é que pudemos obter documentação de alto valor em fontes puríssimas, como os povoados de Pinhal, no município de Vacaria, ou Governador, no município de Aparados da Serra, localidades onde não chegam as linhas telegráficas, onde não há agências postais, nem estradas de ferro, nem linhas de ônibus e cujas estradas de acesso tornam-se, com o mal tempo, impraticáveis (Ibidem, p. 8-9).

Enio de Freitas representou o governo na missão. Ao seu lado, nas viagens, esteve sua esposa, Ylah de Freitas e Castro.

Quando solicitado o auxílio (1945) o Rio Grande era então dirigido pelo interventor federal Coronel Ernesto Dornelles. A despesa calculada em réis, de Cr\$15.480,00 foi aceita pelo governo e a ARM recebeu a importância em 28 de maio do mesmo ano (Castro, s/d, p. 1). Quando da viagem, portanto em janeiro de 1946, havia mudado o governo, e a frente da Secretaria de Educação estava o médico e professor Ivo Correia Meyer, que segundo Enio

deu integral apoio ao empreendimento (Ibidem, p.1)⁷.

O saldo das gravações somou um total de 117 discos, sendo 30 deles gravados em Porto Alegre, 07 em Osório, 40 em Vacaria, 23 em Lagoa Vermelha e 17 em Bom Jesus. O número de documentos sonoros chegou a 269, uma vez que houve registros na mesma face de um disco, assim classificados: folguedos tradicionais (14), cerimônias negro-fetichistas (25), canto dos trovadores (28), cantos infantis (22), cantos diversos (78), música de gaita (45), música de bandônio (16), música de gaita de boca (3), música de violão (15), música de viola (1), música de cavaquinho (3), música de rabeca (2), conjuntos instrumentais diversos (16) e “inquérito com informadores” (1) (Ibidem, 9-12).

Enio, em *Notícias sobre uma pesquisa de folclore musical no Rio Grande do Sul* (s/d), diz que estavam bem equipados e com pessoal suficiente para trabalhar. Avaliando a estada nos diferentes municípios, chama atenção o comentário em relação a Osório e Porto Alegre, segundo ele, “coroadas do melhor êxito” (p.2). No entanto, realizadas com certa dificuldade, conforme disse:

Em Osório foram feitas gravações das ‘Congadas’, mas não se conseguiu grande êxito porque os negros se mostravam muito desconfiados. Entretanto temos bons discos, embora em pouco número (Ibidem, p. 2).

Situação análoga parece ter enfrentado nas gravações dos batuques de Porto Alegre:

Primeiro tivemos que assistir uma sessão. Depois convencer o pai ou mãe de santo da seriedade de nossas intenções (...), assim como de seus seguidores, até convocar uma sessão especial, só de música, para podermos gravar. E isso sempre pela noite a dentro (Ibidem, p. 2).

Nos municípios da Serra, munidos de recomendações para os prefeitos municipais do secretário do interior, desembargador João Alves Nogueira, viajaram com certa tranquilidade e realizaram ótimas gravações segundo o relatório (Ibidem, p. 3-4). Esta região somou o maior número de fonogramas, de fato.

7 Os *Balancetes da viagem ao Rio Grande do Sul* (1946), assinados por Luiz Heitor trazem a contabilidade detalhada dos gastos da equipe.

Sobre a qualidade das gravações realizadas Luiz Heitor disse que, de modo geral, eram “um tanto precárias”. Enfatizou as dificuldades impostas pelo período da guerra na obtenção do material para as gravações (CPF, 1959, p. 3): discos à base de vidro e gravadores portáteis, bem como a dificuldade de transporte relacionado aos mesmos. Segundo Enio, pretendia-se enviar cópias dos discos também para a Discoteca Municipal de São Paulo, para disponibilizá-los fora de Porto Alegre e Rio de Janeiro (Castro, s/d p. 3), o que ao que parece não ocorreu. Na verdade, as cópias do RS foram todas perdidas, fazendo com que a única coleção existente hoje se encontre no Rio de Janeiro⁸.

Finalizando sua avaliação, o professor Enio F. e Castro, reafirmou o valor do empreendimento:

Foi essa a primeira recolha de folclore musical no Rio Grande do Sul. Abrangeu uma área relativamente pequena do estado, mas pela sua importância, pelo resultado útil que dela tiramos, deve servir de estímulo e exemplo para que outras se realizem. Poderemos assim defender melhor uma parte importante de nosso legítimo patrimônio cultural (Ibidem, p. 3-4).

Luiz Heitor, por sua vez, em agradecimento à acolhida no estado, finalizou seu relatório à direção da Escola de Música dizendo⁹:

Estimaria que V.S., como diretor desta Escola manifestasse a essas altas autoridades o reconhecimento de nossa instituição pelo tratamento dispensado a dois de seus membros, que tiveram a fortuna de colaborar com o Governo do Rio Grande do Sul em pesquisas destinadas conhecer o povo e as tradições populares desse grande Estado (CPF, 1959, p. 13).

8 O descaso fez com que os últimos exemplares se encontrassem no Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore.

9 Quando do relatório a Escola estava sendo dirigida por Joanídia Sodré. A data indicada por L.H. é 27 de fevereiro de 1946.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As motivações para as pesquisas de Luiz Heitor no estado partiram de um marco conceitual nacionalista, uma vez que, além dele, Mário de Andrade também realizou viagens visando registrar a paisagem folclórico-musical do país. Além disto, é preciso situar estas iniciativas no contexto histórico das décadas de 30/ 40 do século passado e relacioná-las ao governo nacionalista de Getúlio Vargas, bem como às diretrizes adotadas durante a segunda guerra mundial em um âmbito internacional, de maneira que possamos compreender as tratativas e negociações que possibilitaram de serem realizadas. Aqui, em especial, a missão ao estado do RS, foco do nosso interesse.

O Brasil e o mundo, a partir dos anos 30, viveram um período ideológico propício aos empreendimentos nacionalistas. Desde a década de 30, com a posse de Getúlio Vargas, surgiram iniciativas como a reforma universitária que trouxe aos cursos de música, a disciplina de folclore e o apoio às pesquisas do folclore nacional. Na música, colaboraram nomes como Villa-Lobos, engajado no governo Vargas e Mário de Andrade, que à frente do Departamento de Cultura de São Paulo, iniciou projetos de coletas de folclore no nordeste ainda em 1937. Luiz Heitor, pela Escola de Música, realizou suas viagens ao Ceará, Goiás, Minas Gerais e o Rio Grande. Seus contatos anteriores na Biblioteca do Congresso, com Alan Lomax, o instruiu nos métodos e técnicas de documentação em arquivo e encaminhou o convênio da instituição com a parceira no Brasil. Com M. Herskovits surgiu o interesse pelo universo musical afro-brasileiro (Zamith, 2008, p. 43-7). Porém, quando esteve no RS, o convênio com a Biblioteca de Washington já havia finalizado ante a crise financeira americana, entretanto, um dos gravadores da instituição estava sob a guarda do Centro de Pesquisas (Aragão, 2005, p. 138). Quanto às abordagens todos os folcloristas de formação musical se aliaram ao chamado “movimento folclórico nacional” (Vilhena, 1997), baseado nos ideais nacionalistas.

Na época, os pensadores Oliveira Vianna, Gilberto Freire, entre outros, destacavam-se na análise social do país e no desejo de modernização. O período pós 1930 foi rico em instaurar essa modernização e o sociólogo Oliveira Viana foi o principal mentor do governo Vargas. Como membro dele, apoiou uma série de ações corporativistas e paternalistas de ordem social, bem como, de difusão de sentimentos republicanos e nacionalistas (Englander, 2009). No livro *Populações Meridionais do Brasil*, de 1920 (2 vol.), Viana (1973, 1974) analisa a formação social do centro-sul brasileiro, baseada no tipo social do matuto, base do pensamento de Luiz Heitor e de suas ações.

O Rio Grande do Sul, anteriormente a essa época, era visto como uma espécie de prolongamento da Região do Prata, inclusive pelo próprio Viana que, com *Populações Meridionais* reformula seu pensamento. Outros intelectuais como Capistrano de Abreu, João Ribeiro e Basílio de Magalhães também o fizeram (Reverbel, 1984, p. 11-2). Esse viés de ligação do estado às tradições herdadas do centro-sul brasileiro é que vai redimi-lo da excomunhão dentro do ideário nacionalista.

Segundo as próprias palavras de Luiz Heitor: “Com esta quinta publicação dedicada aos trabalhos realizados em 1946 no estado do RS, fica encerrado o inventário das gravações obtidas pelo Centro em várias regiões do país, durante a primeira fase de sua existência” (CPF, 1959, p. 3). Ou seja, o plano de mapeamento começado por Mário de Andrade no nordeste, e continuado por ele no Ceará, ampliado pela região centro oeste (Goiás) e sudeste (Minas Gerais) deu-se por concluído. Aliás, esse sentimento de continuidade fica claro quando noutra publicação do Centro, disse (CPF, 1944, p. 6): “E hoje cabe à Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil a iniciativa de renovar essas coletas e ampliá-las (...)”.

Assim, por exemplo, concluindo sobre a tese da brasilidade do estado, comparou a região da serra visitada à experiência dividida com Renato de Almeida em Goiás:

A zona da serra que percorremos é essencialmente uma continuação do que abrange São Paulo, parte de Minas, Sul de Goiás e Mato Grosso, vindo (pensava eu), até o Paraná. Vejo agora que ela cobre todo o planalto, e morre com ele. A viola já desapareceu, a Moda não é conhecida, mas o canto a duas vozes é de rigor, fazendo a segunda a parte superior, com ênfase especial nas terminações e intercalação de sons vogais, como uai, uai (muito comum); enfim tudo como se tratasse daquelas Modas goianas que ouvimos cantar (CPF, 1959, p. 4-5).

Por isso escolheram a região serrana, que como disse, poderia parecer estranha (e parece que provocou reações, mesmo) pela inexpressividade ante o “Rio Grande clássico” da região fronteira. Porém, a aposta foi na busca de um Rio Grande brasileiro acima de tudo, em detrimento de outro acastelhado. Também a sua apreciação do estudo das décimas, feito por Dulce Lamas, enfatizou a origem brasileira e paulista, principalmente, desses cantos improvisados e não pelo contato com argentinos ou uruguaios. Para ele, a décima seria “(...) com efeito, a réplica rio-grandense da moda

de viola paulista” (Ibidem, p.5). Enio de Freitas irá dar continuidade a essa busca “pelos caminhos das tropas” em pelo menos dois trabalhos posteriores (Castro, 1942 e 1954).

Da mesma forma, assim se referiu às gravações dos “folguedos ou ritual religioso das comunidades negras de Osório e de Porto Alegre” (CPF, 1959, p. 5) e, em especial, sobre as gravações do batuque de Porto Alegre, quando disse que: “(...) mostram como foi acertado realizar essas gravações, que à primeira vista podiam parecer paradoxais: música negra em território gaúcho” (Ibidem, p. 6).

Apesar de tudo, é evidente o descaso dos jornais porto-alegrenses aos roteiros afro-brasileiros do pesquisador. Em notícia na coluna “Notas de Arte”, do Correio do Povo de 06 de janeiro de 1946, um dia após a equipe ter estado em Osório gravando os Maçambiques, a matéria mencionou sua chegada e de que o mesmo veio “(...) para a colheita de cantos e música instrumental brasileira em suas fontes mais puras”, nenhuma menção ao fato. Antes da sua chegada, o mesmo jornal (01/01/ 1946) citou a pesquisa realizada por Dante de Laytano, a respeito das Congadas em Osório (1945) e da importância dessa pesquisa sem, no entanto, mencionar o interesse de Luiz Heitor em realizar pesquisas na região. Assim também o fizeram (desinteressadamente) outras matérias, de caráter geral, publicadas no período da missão (Diário de Notícias, 06/ 01/1946; Correio do Povo, 27/01/1946). Seria o roteiro afro-brasileiro, segredo mantido entre Enio e Luiz Heitor para o bom andamento da documentação, ante as recomendações do financiador da missão? Ou “essa questão dos negros talvez não estivesse nesse caso” (como disse o secretário), na pauta de interesse e expectativa da opinião pública de fato?

Em: *Notícias sobre uma pesquisa de folclore musical no Rio Grande do Sul* (Castro, s/d), espécie de relatório da missão, Enio deixa claro que “(...) um dos objetivos da coleta eram as ‘Congadas’ de Osório, por isso os técnicos da Escola só vieram nas férias de 1946, a tempo de estar em Osório no dia 5 de janeiro (...)” (p.1). O mesmo interesse em relação às “cerimônias negro-fetichistas”, que segundo outro relatório, agora de Luiz Heitor, indicou que gravaram os batuques por recomendação do antropólogo Melville Herskovits (CPF, 1959, p. 8). Parece que as duas perguntas apontam uma única resposta: a “questão dos negros” não estava na pauta da sociedade gaúcha e brasileira da época, apesar da efervescência dos estudos afro-americanos no Brasil e mesmo no estado, por meio de figuras como Dante de Laytano e Enio F. e Castro (1945), e outros sob o impacto de M. Herskovits e Alan Lomax.

Ambos os pesquisadores, concordaram quanto às metas alcança-

das, afora todas as dificuldades enfrentadas, e me parece que Enio F. e Castro sintetizando o que representou as motivações, tratativas e negociações do ideário nacionalista praticado na missão gaúcha, disse por meio da pergunta a seguir que se fez e tratou logo de responder:

Será a música popular riograndense um fator de integração nacional? Certamente que sim, embora divergindo bastante da música popular brasileira. É fator de integração nacional, porque, como vimos, se está moldando sobre a vida gaúcha, e o Rio Grande do Sul é bem um pedaço do Brasil. Fator de integração nacional, ainda, pela diferenciação internacional. Nada encontramos, por exemplo, que se aparente ao tango argentino, e ainda um dia destes ouvi música típica do Paraguai – inteiramente diversa da nossa. **É a força de encontrar o que é nosso que faz com que a música riograndense seja brasileira** [grifo meu] (Castro, 1942, p. 391).

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, Pedro de Moura. Luiz Heitor Corrêa de Azevedo e o mapeamento musical brasileiro. In: CONGRESSO DA ANPPOM, XV., Rio de Janeiro, 2005. *Anais ...* Rio de Janeiro, 2005, p. 1402-07.
- _____. *Luiz Heitor Corrêa de Azevedo e os estudos de folclore no Brasil: uma análise de sua trajetória na Escola Nacional de Música (1932-1947)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Música) - PPG Música da UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.
- BARROS, Felipe de. Metodologias de Luiz Heitor Corrêa de Azevedo: construindo um acervo fonográfico. In: CONGRESSO DA ANPPOM, XVIII., Salvador, 2008. *Anais ...* Salvador, 2008, p. 270-274.
- _____. *Construindo um acervo etnográfico musical. Um estudo etnográfico sobre o arquivo de Luiz Heitor Corrêa de Azevedo, seu método de campo e documentação produzida durante suas viagens a Goiás (1942), Ceará (1943) e Minas Gerais (1944)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Música) - PPG Música da UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.
- BRAGA, Reginaldo Gil. Luiz Heitor Corrêa de Azevedo e a primeira gravação etnográfica do batuque do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, II., Salvador, 2004. *Anais ...* Salvador, 2004.

CASTRO, Ênio de Freitas e. *Música Popular do Rio Grande do Sul*. In.: *Rio Grande do Sul: Imagem da Terra Gaúcha*. Porto Alegre, Editora Cosmos, 1942. p. 386-391.

_____. *Notícias sobre uma pesquisa de folclore musical no Rio Grande do Sul* (material não publicado), s/d. 4 p.

_____. *As Cavalhadas de Vacaria*. Porto Alegre, Comissão Estadual de Folclore do RS, 1954.

CENTRO DE PESQUISAS FOLCLÓRICAS. *Publicação nº 1. A Escola Nacional de Música e as pesquisas de folclore musical no Brasil*. Rio de Janeiro, Escola Nacional de Música, 1944.

_____. *Publicação nº 2. Estado de Goiás*. Rio de Janeiro, Escola Nacional de Música, 1950.

_____. *Publicação nº 3. Estado do Ceará*. Rio de Janeiro, Escola Nacional de Música, 1953.

_____. *Publicação nº 4. Estado de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Escola Nacional de Música, 1956.

_____. *Publicação nº 5. Relação dos Discos Gravados no Estado do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Escola Nacional de Música, 1959.

ENGLANDER, Alexander D. Anton Couto. *O Pensamento Social de Oliveira Vianna e a Cidadania no Brasil – 1920 ao fim da década de 1940*. *Revista Habitus* (revista eletrônica), Rio de Janeiro, v. 7, n.2, p. 5-23, dez. 2009.

LAYTANO, Dante de. *As Congadas do Município de Osório*. Porto Alegre, Associação Riograndense de Música, 1945.

MENDONÇA, Cecília de. *A Coleção Luiz Heitor Corrêa de Azevedo e os Estudos de Folclore no Brasil*. 2007. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em Memória Social) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

PRASS, Luciana. *Maçambiques, Quicumbis e Ensaios de Promessa: um re-estudo etnomusicológico entre quilombolas do sul do Brasil*. 2009. Porto Alegre, Tese (Doutorado em Música) - PPG Música da UFRGS, Porto Alegre, **2009a**.

_____. *Ouvindo Luiz Heitor: primeiras gravações em áudio realizadas em campo na década de 40 retornam aos maçambiqueiros de Osório, RS, Brasil*. *Revista Música e Cultura*. Revista On-line de Etnomusicologia n 4. 2009b.

REVERBEL, Carlos. *Pedras Altas. A vida no campo segundo Assis Brasil*. Porto Alegre, LPM, 1984.

VIANA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*, volume 1. Petrópolis, Paz e Terra, 1973.

_____. *Populações Meridionais do Brasil. O Campeador Rio-Grandense*, volume 2. Petrópolis, Paz e Terra, 1974.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro, FUNARTE-FGV, 1997.

ZAMITH, Rosa Maria. Arquivos de Música de Tradição Oral. In.: ARAÚJO, Samuel e CAMBRIA, Vincenzo (orgs.). *Música em Debate: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro, Mauad X: FAPERJ, 2008.

Jornais

Correio do Povo: 01/01/ 1946; 06/01/1946; 27/01/1946; 21/6/1977.

Diário de Notícias: 06/01/ 1946.

Correspondências

Carta 183/ 864 de Enio F. e Castro para Luiz Heitor (30 de novembro de 1944).

Carta 192/ 873 de Enio F. e Castro para Luiz Heitor (5 de dezembro de 1944).

Departamento de Folclore. Circular nº 1 (Porto Alegre, março de 1943).

Documentos

Balancetes da viagem ao Rio Grande do Sul. Centro de Pesquisas Folclóricas. Escola Nacional de Música, Universidade do Brasil. 1946.

Recebido em 10/2/2016

Aprovado em 18/6/2016

ÍNDIOS NA CONSTRUÇÃO CULTURAL DO BRASIL

INDIANS IN THE CULTURAL CONSTRUCTION OF BRAZIL

Moacyr Flores¹

RESUMO

Estudo da construção cultural do Brasil centrada em pesquisa das práticas e representações sociais, por meio de mitos, símbolos e idealizações de uma identidade, estabelecendo as relações e os conflitos que se efetuam e acontecem na sociedade como um todo. O objetivo desta reflexão é propor uma história cultural do social, tendo como objeto as representações construídas por meio de complexos processos de apropriações e resignificados de identidades regionais, religiosas, políticas, étnicas e nacionais.

Palavras-chave: Conflito. Identidade. Mito.

ABSTRACT

This paper studies the cultural construction of Brazil with a research focused on the practices and social representations, through myths, symbols, and idealizations of an identity, establishing the relationships and the conflicts that are carried out and take place in the society as a whole. The aim of this reflection is to propose a cultural history of the social, having as objective the representations constructed through complexes processes of appropriation and resignification of regional, religious, political, ethnic, and national identities.

Keywords: Conflict. Identity. Myth.

INTRODUÇÃO

Em 1844, Karl von Martius publicou na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o artigo “Como se deve escrever a História do Brasil”, tendo como identidade brasileira a fusão das chamadas raças branca, negra e índia, resultando o mestiço indolente, traiçoeiro e místico. De acordo com o cientificismo da época os grupos da mesma cor de pele formavam as raças. A união entre homem e mulher de diferente cor da pele, originava o mestiço, a união entre europeus, de raça branca superior, não geravam a mestiçagem que degradava a raça.

Hans Staden, que esteve no Brasil em 1557, refere que havia muitas raças selvagens de diferentes línguas e que eram muito hábeis em praticar o mal, inclinados a perseguir e a devorar os inimigos. (STADEN, p. 32 e 33). De que cultura viria nossa mãe indígena? No Brasil existem atualmente mais

¹ Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1964) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1993). Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

de 200 línguas indígenas registradas, das quais 180 são faladas atualmente. O maior agrupamento linguístico é o tupi-guarani, com 21 línguas. O grupo tupi, dividido em tupinambá, tupiniquim, temiminó, caeté, portiguara e carijó, permaneceu ao longo do litoral brasileiro, em contato direto com os colonizadores portugueses, reunidos em missões, como soldados ou como escravos. Formou-se uma Língua Geral, falada por índios e colonos portugueses, usada pelos missionários, que a fixaram gramaticalmente. Em 1758, o Marquês de Pombal proibiu seu uso, tornando oficial o idioma português no Brasil, mas até então os acidentes geográficos, nomes de plantas e de animais, bem como grande número de termos da Língua Geral estavam incorporados ao falar do cotidiano brasileiro.

O grupo guarani iniciou uma longa caminhada para o Oeste, atingindo a Amazônia, fletindo para o Sul, atingiu Mato Grosso, entrou no Paraná, Paraguai, Rio Grande do Sul, chegando grupos guarani ao estuário do rio da Prata. Em sua longa peregrinação os guarani abriram trilhas, raptaram mulheres de outros grupos, devoraram seus prisioneiros e seguiram as visões de seus pajés do Ivy Maray, a terra sem males.

O grupo guarani-mbyá entrou no Rio Grande do Sul na região entre os rios Ibicuí e Ijuí, entrando em conflito com os gês do planalto e com os charrua e minuano. As parcialidades dos coroados e de botocudo se massacravam mutuamente pelo domínio de um pinheiral ou para submeter mais uma aldeia a determinado chefe.

Como recuperar a imagem dos índios de diferentes culturas que formaram uma das raízes da identidade brasileira, segundo Karl von Martius? Até que ponto os massacres exterminaram com os bons selvagens e também com os terríveis canibais? Já esquecemos a Língua Geral dos tupi-guarani, adotamos oficialmente o português contaminado pelo idioma francês, substituído atualmente pelo inglês.

Ao longo do tempo nosso imaginário foi elaborado pela literatura romântica, pois os primeiros cronistas referiam-se a índios canibais, vingativos, preguiçosos e traiçoeiros, que não serviam de modelo de herói formador. A literatura cria a identidade de um povo por meio do imaginário herdado por elementos que povoam a memória coletiva. Essa memória possui lacunas, que são preenchidas pela criação de mitos, por testemunhos do folclore e da tradição reelaborada a cada geração.

O romancista, cronista e teatrólogo José de Alencar, no romance *O Guarani*, criou o índio Peri à semelhança do cavaleiro medieval, personagem do romantismo da época, com seu amor cortês em relação à branca e casta Ceci. No final, o casal se afasta da civilização, levado numa palmeira, pela cheia de um rio. Era imoral a mulher branca unir-se a um índio, portanto, o romance mitifica o índio Peri, ignorando que é um canibal, um

selvagem que cobiça uma mulher, que poderia, de acordo com sua cultura, estuprá-la, ao invés de satisfazer suas criancices de adolescente mimada, tão a gosto dos românticos.

No romance *Iracema*, Alencar cria o anagrama da palavra América, para dar o título ao livro e à personagem índia, a “virgem dos lábios de mel”. Poderia ter os lábios de mel, mas depois da primeira menstruação as índias, desde o Canadá até a Patagônia, gozavam de liberdade sexual, costume que facilitou a união com os navegantes europeus que no Novo Mundo arribavam.

Gonçalves Dias, no poema “Y Juca Pirama”, com licença poética, narra em versos o canto de morte do índio Tupi, que caiu prisioneiro dos Timbiras. Destinado ao sacrifício, o Tupi chora ao lembrar o velho pai cego, abandonado na mata. O chefe Timbira solta o prisioneiro, porque não quer “com carne vil enfraquecer os fortes”.

Conforme os costumes dos indígenas, caçadores e coletores em toda a América, os velhos, doentes, aleijados e cegos eram abandonados na mata, à espera da morte. Em seu ritual antropofágico ou canibalesco, os índios devoravam homens, mulheres e crianças, segundo testemunho dos missionários Ruiz de Montoya, Antônio Sepp e do artilheiro Hans Staden. O objetivo do canibalismo era de aterrorizar as aldeias vizinhas e de vingar-se de seus inimigos.

Portugueses dominavam a ciência de navegar, graças ao preparo de seus pilotos e dos cartógrafos. Conheciam o regime dos ventos e das correntes marítimas, usando tabelas de correção de declinação da bússola em relação ao norte verdadeiro. O idioma português era falado na África, na Índia e na China. O primeiro tratado entre holandeses e japoneses foi escrito em português. O catolicismo estava na fase guerreira, lutando para converter os gentios e hereges que eram manipulados pelo Demônio, que conspirava para destruir o cristianismo.

Com os constantes naufrágios de navios das frotas de além-mar e com as mortes dos soldados em terras conquistadas, despovoou-se o Reino, pois as mulheres já não tinham com quem casar. Para sobreviverem muitas se refugiavam em convento, outras se prostituíam no porto de Lisboa, porta de entrada das mercadorias que vinham da África, da Índia e da China.

Sem força militar para manter a conquista, o governo português recebeu bulas papais reconhecendo o direito dos lusos sobre as terras descobertas, em troca da catequese e batizado dos nativos, para construção do Imperium católico, isto é, universal.

Durante o período das feitorias para exploração do pau-brasil, predominou o degredado e o naufrago português, que entraram em contato com os índios que habitavam junto ao litoral. Os portugueses traziam

uma nova tecnologia do ferro, com machados e facas, tesouras, alfinetes, agulhas e anzóis. Conforme observou um missionário, por um machado de ferro o índio entregava a mulher, filhos e até sua alma. Chefes, pais e maridos trocavam mulheres por um objeto de ferro ou por contas de vidro, conforme narra o padre Antônio Vieira, que fora nomeado para fiscalizar se a escravidão dos índios fora causada por guerra justa ou injusta.

Inicialmente os índios foram vistos como belos, principalmente “as mulheres que não ocultavam suas vergonhas”, segundo Pero Vaz de Caminha. A visão que os índios tinham dos portugueses era a de homens sujos, barbudos, vestidos com trapos e fedorentos por causa da longa viagem.

No período colonial eram raras as mulheres brancas e o casamento era muito caro porque havia necessidade de documentos enviados pela paróquia em Portugal. O padre Manuel da Nóbrega informa em carta de 6.1.1550 que “Se El-Rei determina aumentar o povo nestas regiões, é necessário que venham para se casar aqui muitas órfãs e quaisquer mulheres ainda que sejam erradas”. (NOBREGA, p. 109).

Os portugueses vinham de uma sociedade católica, onde o sexo era considerado pecado quando não fosse praticado para gerar filho. Para escândalo dos missionários, os portugueses aderiram ao costume indígena de ter várias mulheres. O mestiço, embora falando a língua materna, era o mameluco, espécie de soldado dos brancos que renegava seus parentes indígenas. Assim, elementos da cultura indígena foram incorporados à sociedade colonial por meio da mulher índia e do filho mestiço.

O índio foi mão de obra para extração do pau-brasil, caçador e soldado do branco para combater outras aldeias que não aceitavam a inclusão na nova sociedade cristã.

1 A cristandade e a colonização

Em 1532, com a fundação da vila de S. Vicente, iniciou a organização municipal. Em 1534 o litoral foi dividido em capitanias, chegando os primeiros colonos para servirem de funcionários, militares, artesãos e clérigos. Iniciaram os empreendimentos agrícolas da cana-de-açúcar, plantações de algodão, fumo, arroz e a produção de aguardente. Introduziram o gado no litoral do Brasil, que logo avançou para o sertão com a distribuição de sesmarias. A fim de baratear a produção de açúcar trouxeram o escravo africano para trabalhar na lavoura e no engenho.

Distantes do reino e com gente de mau costume, a população branca e mestiça abandonou os valores morais da cristandade. Foi necessário reorganizar o espaço sagrado e profano de acordo com os preceitos da cristandade. Em 1549 chegou o governador geral Tomé de Sousa para fundar a

cidade de Salvador, na capitania da Bahia, a fim de centralizar o governo colonial. Junto com ele também vieram os missionários jesuítas, que criaram colégios e missões entre os índios.

A cidade (*civitas*) era o símbolo da civilização, dentro de seus muros sobressaía a igreja no ponto mais elevado, com uma praça na frente, marcando com a cruz no alto da torre a presença do catolicismo. As ruas foram organizadas para circulação de veículos e de pessoas, de acordo com a função: rua do comércio, rua dos artesãos, rua de habitações e nos becos escuros e fétidos as tavernas, antros de vícios e de pecados, que só abriam à noite. Os pobres moravam no arrabalde, isto é, fora dos muros protetores. A cidade marcava a presença da religião e o temor de Deus. O pelourinho era local de castigos e símbolo da existência da justiça.

Os engenhos formavam pequenos núcleos de habitações. Em frente da casa grande ficava um grande cruzeiro, marcando o espaço cristão. A capela servia para os rituais religiosos e para a catequese dos negros e índios. Em volta da casa grande erguiam-se outras habitações do capataz, dos trabalhadores livres, dos feitores e a senzala dos escravos.

Além do espaço cristão existia a selva, onde morava o selvagem. O espaço indígena foi considerado como um vazio porque o índio não conhecia a Deus. A ausência de Deus significava a presença do Diabo. Assim, o índio que se recusava em se tornar cristão, isto é, ser inserido na sociedade colonial, era infiel e soldado do Demônio. Neste caso, justificava-se a guerra justa para capturar, escravizar ou matar o índio infiel, porque assim diminuiria o exército de Lúcifer.

Basta examinar nosso folclore para notar que nossas raízes teatrais são muito antigas, mergulham na Idade Média, com a representação dos autos e do teatro de bonecos. Os colonizadores trouxeram esse teatro marcado pela alma popular, do que, infelizmente, não restou textos, a não ser alguns anotados por meio da reprodução de memória, como o *Bumba-meu-boi*, *Nau Catarineta*, *Chegança* e *Cavalhada*.

No Brasil colonial existiu o teatro popular e burlesco que ainda sobrevive nos circos mambembes; o erudito que era moralista; e o de catequese, que pretendia convencer o espectador. Os jesuítas encenaram autos e milagres no pórtico das igrejas para a catequese de índios e de colonos, à semelhança do teatro medieval. Escreveram em português, língua materna da maioria, em espanhol por ser o idioma dos dominadores políticos e em tupi, às vezes na mesma peça.

Atribuem-se oito peças a José de Anchieta (1534-97), entre elas o *Auto representado na festa de São Lourenço*, padroeiro da vila de Niterói, com índios que faziam os papéis de anjos, santos e demônios.

Por meio de mímica representava-se o sacrifício de São Lourenço queimando numa grelha, enquanto o coro de meninos índios cantava em espanhol a oração final do santo martirizado. Guaixará, o rei dos diabos, recita em tupi as delícias de gozar a vida indígena e de beber cauim. Nota-se aqui a intenção educadora do monólogo: bebida e costumes nativos são coisas do Diabo.

Nesse auto pode-se analisar o discurso do colonizador, pois os diabos falam em tupi e agem conforme o costume indígena, simbolizando o espaço indígena como pertencente ao Demônio. Os santos e anjos falam em português, portanto tudo que é de Deus vem de Portugal. Os missionários portugueses se consideravam um povo messiânico que vinham à América fundar uma nova sociedade cristã, ampliando assim o Imperium religioso. O teatro jesuítico é um teatro de oratória que tem a finalidade de comover para convencer, convencer para educar. É um teatro de catequese.

A oeste da linha de Tordesilhas, os espanhóis também se uniram com índias, dividindo os mestiços por categorias quanto à porcentagem de sangue europeu, para fins de impostos. Os cargos públicos e a carreira eclesiástica destinavam-se aos godos, brancos espanhóis, e aos criolos, brancos filhos de espanhóis.

Os espanhóis ocupavam lentamente o território com *pueblos*, povoações. Com a falta de homens brancos, o governo colonial espanhol criou os *pueblos* com índios guarani, sob a orientação dos missionários da Companhia de Jesus, formando a Província Eclesiástica do Paraguai, com *pueblos* ou reduções em Guairá, Chiquitos, Paraguai, na Mesopotâmia Argentina e no atual Rio Grande do Sul. O direito internacional de *uti possidetis*, que significa “como possuis” reconhecia como território de um rei, a região onde habitassem seus súditos. Os índios das missões passaram a ser súditos do rei de Espanha, prestando serviço de milícia, guarnecendo a região de fronteira, combatendo os índios infiéis e construindo prédios públicos, fortificações em Buenos Aires e Montevideu. Cada *pueblo* missionário organizava-se à semelhança das aldeias e cidades espanholas, com as mesmas funções do *cabildo*: administração do *pueblo* e distribuição de justiça.

Os luso-brasileiros construíram núcleos urbanos junto ao litoral, ocupando rapidamente o sertão com a concessão de sesmarias transformadas em fazendas de criação de gado, utilizando o índio como peão, tropeiro ou domador, enquanto o africano era usado nas lavouras de cana de açúcar, plantação de algodão, de tabaco ou de pimenta, em derrubadas da Mata Atlântica.

Os jesuítas portugueses construíram 25 reduções com índios. As aldeias eram abertas, permitindo a moradia de brancos e mestiços, diferente

das reduções da Província do Paraguai, que eram fechadas com proibição de entrada de brancos e de mestiços. As reduções jesuíticas, tanto no território colonial português como espanhol, reuniram índios de diferentes culturas, urbanizando-os dentro da civitas cristã, transformando-os em missionários tupinizados ou guaranizados. Não seria este o massacre de que tanto falam e fazem “*mea culpa*”?

Massacre é palavra francesa que significa carnificina, morticínio ou chacina. Massacrar não era privilégio dos franceses, povos em diferentes épocas, bárbaros ou civilizados, europeus, africanos, asiáticos ou americanos praticaram morticínio de seus inimigos em nome da religião, por ordem de um rei distante, por simples pirataria, para conquista de novas terras agricultáveis, em busca de ouro, por sanguinária vingança ou por canibalismo como praticavam os cabindas e os jagas na região do rio Congo, na África e os índios do Caribe, os guarani, os tupi, os aimoré e tanto outros, na terra achada pelos portugueses.

Atualmente há uma simplificação: os índios das Missões, do Pampa e de Cima da Serra foram massacrados pelos brancos.

2 O espaço missioneiro

As Missões jesuíticas do Paraguai ocuparam um espaço que se direcionava em três dimensões: geográfica, social e temporal. Só fixando o índio numa área urbana seria possível desenvolver a alteração da ordem existente entre os guarani, dimensionando-a nos valores do cristianismo. Os trinta *pueblos* ou povoados formaram a maior área urbana, circundada por área rural, com maior densidade demográfica na Região Platina, atingindo em 1728, mais de 125 mil habitantes. Os chamados Sete Povos chegaram a 30 mil habitantes.

A dimensão geográfica era de interesse da Coroa de Espanha, empenhada, no século XVII, em conquistar e colonizar a Região Platina. A colonização espanhola realizou-se por meio de *pueblos*, ou povoados, contando com 30 homens capazes de pegar em armas e de instalarem um *cabildo* para a administração, chamada de república, e para distribuição de justiça. Como havia falta de homens brancos na América, a Coroa Espanhola determinou a fundação de *pueblos* com índios, com o objetivo de ocupar terras e deter o avanço português, este muito mais rápido, porque feito por meio de doação de sesmarias, transformadas em fazenda de criação de gado.

A dimensão humana e civilizada foi dada pelo jesuíta ao indígena, que organizou o espaço social missioneiro garantindo a evangelização, a subsistência e a liberdade do índio. As reduções tornaram-se autossuficien-

tes pela pecuária e produção agrícola, que também mantiveram a fixação dos índios no espaço reducional.

Os missionários jesuítas conservaram a Língua Geral dos guarani como meio de melhor se comunicarem com os nativos, mantendo assim a continuidade cultural relativa, pois substituíram a religião e modificaram o uso do tempo indígena. O índio é prático, ocupa o tempo presente para viver, não se preocupa com o futuro, não tem ideia do acúmulo de riquezas. Os missionários, partindo do princípio de que a ociosidade é mãe de todos os vícios, regularam o tempo para manter os missionários ocupados com trabalho, orações, missas, cantos, teatro religioso e lazer orientado.

O Tratado de Madrid de 1750, entre Portugal e Espanha, rompeu com o espaço organizado das reduções jesuíticas, forçando os índios a abandonarem suas terras, colocando-os em serviço militar, até marginalizá-los como bêbados e preguiçosos. A decadência dos 30 povos se acentuou com a expulsão dos jesuítas em 1767-1768, substituídos por religiosos que desconheciam o idioma indígena.

O artigo 16º do Tratado de Madrid estipulava a transmigração dos Sete Povos para a margem ocidental do rio Uruguai, bem como a saída dos jesuítas por medida de segurança para evitar futuras rebeliões contra os colonos portugueses, que deveriam se estabelecer nessas terras.

No século XVIII mudou a política internacional, as fronteiras passaram a ser estabelecidas por meio de tratados e não unicamente por povoamento.

Faltava mão de obra nas colônias espanholas, principalmente nos ervaais da serra de Maracaju. As reduções jesuíticas dos Sete Povos, com uma população estimada em mais de 30 mil índios, era um novo estoque de mão de obra especializada, pois todo o índio conhecia agricultura e tinha mais de uma profissão. Assim não havia mais interesse para a Espanha na continuidade das reduções, pois as estâncias espanholas já avançavam em direção às cabeceiras do rio Negro, onde começavam os campos de criação de gado dos missionários.

O domínio de ambas as margens do rio da Prata era mais importante que a manutenção dos Sete Povos, considerados pelas autoridades espanholas como simples aldeias indígenas, pois desconheciam os tipos de construções existentes.

A execução da transmigração encontrou forte oposição dos índios, tanto da margem esquerda como os da margem direita do rio Uruguai, estes alegando que não havia mais terras disponíveis para novos povoados, lavouras, chácaras e estâncias.

Os índios missionários usaram de todos os meios para evitar a

transmigração. Havia confusão nas ordens transmitidas. Os habitantes de S. Miguel e S. Nicolau se recusaram a preparar algodão, erva mate, lã e gado para a migração. Os índios de S. Borja concordaram com a mudança, mas com malícias protelaram ao máximo a viagem. Os guarani de S. Luís se recusaram a se fixar em terras dos charrua, que receberam fumo, erva-mate e ponchos para se acalmarem e não atacarem os missioneiros. Os de S. João iniciaram a mudança, mas fugiram em grupos durante o percurso até a margem do rio Uruguai, abandonando as carretas ao longo do percurso. Os de S. Lourenço espalharam o boato de que os padres iriam vendê-los em Buenos Aires aos bandeirantes paulistas. Em Santo Ângelo os índios deixaram de obedecer ao cura.²

A tentativa de execução do Tratado de Madrid provocou o desequilíbrio no espaço missioneiro e gerou o conflito bélico que trouxe a destruição, a fome para os Sete Povos, porque os índios deixaram de semear e de plantar, suas estâncias foram pilhadas pelos soldados portugueses, espanhóis e índios vagos.

Rompido o espaço fechado das reduções, os guarani passaram a percorrer suas estâncias e a Campanha, tentando formar um novo espaço semelhante ao que ocupavam antes da organização missioneira. O retorno à vida primitiva não era mais possível, os espaços geográficos eram ocupados rapidamente com fazendas de criação por espanhóis e portugueses. Não havia mais lugar para a formação de uma aldeia indígena organizada como antes da chegada dos europeus. A maioria dos missioneiros permaneceram nas reduções, prontos para enfrentarem os invasores.

Portugal e Espanha mandaram seus exércitos subjugar os índios missioneiros, que impediam o prosseguimento da demarcação das fronteiras. O massacre de Caiboaté, em 10.2.1756, onde morreram mais de 1.500 índios e três europeus, demonstra que os missioneiros não contavam com preparo militar suficiente para enfrentar os invasores bem armados e treinados. Os ataques de guerrilhas foram insuficientes para deter o avanço dos lusos e espanhóis que entraram a 16 de março em S. Miguel. Os portugueses estabeleceram acampamento em Santo Ângelo e os espanhóis em S. João. (PORTO, p. 27 e 241).

Ao tomarem conta dos Sete Povos, os portugueses e espanhóis romperam também com a dimensão social.

O padre jesuíta Juan de Escandón escreveu em 1760 que os índios cheios de pavor fugiam para os matos, debandavam desesperados pelos campos, ninguém pensava em outra coisa senão salvar suas vidas. Das 30.600 almas restavam apenas 15.000 nos Sete Povos, com esperança que

2 Documento 8-2-25, Coleção de Angelis, Biblioteca Nacional.

seriam perdoados, seguiam com os padres e se apresentavam aos generais vencedores, menos os de S. Miguel que continuavam refugiados nos matos. Os espanhóis agiram com violência, confiscando tudo, principalmente o que se encontrava nos armazéns, desrespeitando os padres. (ESCANDÓN, p. 332 a 338).

Os soldados espanhóis usaram de força para levar os missioneiros para a outra margem do rio Uruguai. Auxiliados pelo padre Balda conseguiram juntar pouco mais de 300 famílias, que logo repassaram o rio de regresso às terras de S. Miguel. Apesar da inclemência do inverno, os miguelistas vagueavam pelos campos, até que se reuniram no lugar chamado de Apicazuró, que significa Serra dos Tapes, em terras de sua estância. (ESCANDÓN, p. 349).

Os soldados portugueses, instruídos por Gomes Freire de Andrada, trataram bem os guarani desde o acampamento de Rio Pardo, em 1754, quando funcionava um posto de troca diária entre índios e soldados. Gomes Freire renunciou em favor dos índios parte dos despojos que deveria tocar aos portugueses. Os lusos visitavam os índios em suas casas, dando presentes, pagando tudo que recebiam e expressavam o desejo de casar com as índias. Os padres espanhóis não permitiam estes casamentos porque os portugueses queriam voltar para Rio Pardo, levando a mulher índia e seus parentes. (ESCANDÓN, p. 350).

Os espanhóis apoderaram-se de todos os bens dos missioneiros, inclusive daqueles que os lusos deixaram aos índios. Os espanhóis trataram os índios com altivez, desprezo e sem compaixão por suas desgraças. Em 1757, o procurador das Missões informou que os Sete Povos não podiam pagar tributos por causa da penosa transmigração e porque Don Joseph Andonaegui, comissário espanhol da demarcação da linha do Tratado de Madrid, ordenou em 1753 o confisco do gado existente nas estâncias dos Sete Povos, para alimentar os exércitos espanhol e português, deixando os índios na miséria.³

Em sua simplicidade os índios se convenceram que os castelhanos só queriam retirá-los de seus povoados. A fama de bom tratamento dispensado pelos lusos, fez com que os missioneiros de outros povoados seguissem para Santo Ângelo, de onde partiam em grupos para Rio Pardo.

Em fins de 1757, Dom Pedro de Ceballos, novo governador espanhol, chegou às Missões e mudou o relacionamento com os índios, recebendo homenagens e obediência por parte dos missioneiros e padres. Depois de dois anos, os espanhóis conseguiram mudar cerca de 12 mil índios para os povos entre os rios Uruguai e Paraná.

3 Documento I-29-5-5, Coleção de Angelis, Biblioteca Nacional.

Quando Dom Pedro de Ceballos tentou efetuar a troca dos Sete Povos pela Colônia do Santíssimo Sacramento, no estuário do rio da Prata, o general Gomes Freire de Andrade alegou que não havia segurança para trazer 300 famílias açorianas, que estavam em diversos pontos da capitania do Rio Grande, para as Missões enquanto existissem índios e jesuítas. Gomes Freire retirou-se para Rio Pardo, levando 700 famílias guarani, além de vacas e cavalos.

O comandante espanhol conseguiu recuperar cerca de 200 famílias em Rio Pardo. Com a desorganização do espaço missioneiro, os campos passaram a ser percorridos por guarani, minuano, desertores e vagabundos.

Como não foi efetuada a troca dos Sete Povos pela Colônia do Santíssimo Sacramento, os inicianos tentaram reconstruir o espaço missioneiro, até serem expulsos em 1767-1768.

3 Organização do novo espaço indígena

Durante a guerra guaranítica, 1753-1756, famílias de missioneiros buscaram abrigo junto à vila de Rio Grande. Os moradores, com receio dos índios junto à vila, pressionaram as autoridades para mudá-los para a aldeia de Estreito, com a assistência de dois padres.

Em 1758, arrancharam os índios guarani na aldeia de S. Nicolau, junto a Rio Pardo e na aldeia de S. Nicolau, na outra margem do rio Jacuí, dando origem à vila de Cachoeira. Na mesma época criaram outra aldeia na Guarda Velha de Viamão (hoje Santo Antônio da Patrulha), que logo se despovoou.

Em 1762 eclodiu nova guerra entre Portugal e Espanha. Dom Pedro de Cevallos conquistou a Colônia do Santíssimo Sacramento e invadiu a vila de Rio Grande, limitando o espaço português aos Campos de Viamão e à margem esquerda do rio Jacuí.

Tentando conquistar este espaço luso-brasileiro, o capitão Dom Joseph Gomez reuniu índios a cavalo para atacar Rio Pardo. Em janeiro de 1763, Rafael Pinto Bandeira atacou o acampamento dos índios dos Sete Povos e tirou-lhes a cavallhada, frustrando o ataque.⁴

Diga-se de passagem, que Rafael Pinto Bandeira era casado com uma índia missioneira e deve ter contado com a ajuda dos parentes da mulher para capturar a cavallhada da milícia missioneira.

Receando que os guarani aldeados em S. Nicolau de Rio Pardo se

4 Documento I-29-5-18, Coleção de Ângelis, Biblioteca Nacional.

colocassem ao lado dos espanhóis, o governador José Custódio de Sá e Faria ordenou a mudança de famílias para os Campos de Viamão.

Em 1762 foram transferidas para a nova Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, junto ao rio Gravataí, conforme registro em livros de batismos da Igreja de Viamão, pesquisados por monsenhor Ruben Neis. (NEIS, p. 70 a 99).

Não encontramos documentação sobre a maneira como transferiram os índios para junto do rio Gravataí, mas no Livro de Matrícula dos índios de Nossa Senhora dos Anjos, com data inicial de 20.6.1768, há vários dados que nos permitem reconstituir o espaço em suas dimensões geográficas, sociais e temporal.

A invasão espanhola de 1762 provocou uma redivisão do espaço, porque constantemente famílias de refugiados chegavam aos Campos de Viamão, fugindo da Colônia do Santíssimo Sacramento, do Chuí e da vila do Rio Grande. Desde 1752, famílias açorianas em Viamão, Porto dos Dorneles, Taquari e Rio Pardo aguardavam terras prometidas. Os recém-chegados queriam terras, provocando medidas ordenadoras do governador José Custódio de Sá e Faria, que em edital de 8.9.1764 mandou que efetuassem a medição e demarcação das terras.

O edital de 1765 alertava sobre o prejuízo dos moradores com a província infestada de ladrões facinorosos, matadores, desertores e índios dispersos em toda parte e obrigava a entregar os índios na Aldeia dos Anjos, ao capitão Antônio Pinto Carneiro.

A terra destinada aos índios junto ao rio Gravataí foi cobiçada pelos brancos, que sugeriram a mudança dos aldeados para a enseada das Garoupas, onde poderiam viver de farinha e peixe.

O objetivo da transmigração de índios para a Aldeia dos Anjos e Aldeia de São João Batista, no sopé da serra, era para afastar os índios guarani dos espanhóis, que sempre os utilizaram como soldados em suas milícias e também enfraquecer o lado espanhol, levando parte da população, que no dizer de Juan Escandón, atingiu mais de 10 mil índios.

O espaço geográfico da Aldeia dos Anjos iniciou em 1762, com ½ légua da margem do rio Gravataí, parte tirada da estância de João Lourenço Veloso. Não houve necessidade de desapropriação, porque de acordo com a lei de concessão de sesmaria, ½ légua junto a rio navegável pertencia a El Rei. Não havia preocupação de dar continuidade à Aldeia, os índios eram alimentados com o gado requisitado das estâncias vizinhas, que o governo não pagava, e animais roubados pelos índios, provocando conflito com os fazendeiros. Em troca da ração de carne, os índios serviam como mão de obra nas estâncias, na condução de gado, na construção de fortificações e

de quartéis.

O índio era considerado pelo branco como preguiçoso, bêbado e ladrão de gado, sem condições de tirar seu sustento da própria terra. As fugas constantes diminuía o total demográfico. Não havia interesse de manter para sempre os guarani nestas terras, cobiçadas por brancos. Era apenas uma fixação provisória, enquanto durasse a guerra com os espanhóis.

A mudança ocorreu somente durante o governo de José Marcelino de Figueiredo, de 1769 a 1780. O espaço geográfico foi ampliado e ordenado em busca da autossuficiência dos índios. O edital de 1769 determinava recolher a S. Nicolau de Rio Pardo e à Aldeia dos Anjos os índios vagos. No mesmo ano foi regulamentada a jornada de trabalho dos índios, contratados por estancieiros e charqueadores, proibindo a pena de açoites.

Em 1770 ampliou-se o espaço geográfico com a compra do restante da estância, que agora pertencia a Francisco José da Costa, num total de légua e meia de comprimento, por duas de largura, para aumentar as roças dos índios até o morro Itacolomi.

Foi nomeado um administrador das lavouras para cultivar trigo, mandioca, algodão e fumo. Nos quintais das casas plantaram laranjeiras e pessegueiros. O administrador dividiu os índios em grupos para trabalharem na terra da comunidade, sem prejuízo das roças particulares.

Em 1771, José Marcelino nomeou capataz e deu instruções para organizar a estância dos Povos, localizada no rincão de Cristóvão Pereira, entre a Laguna dos Patos e o oceano. O gado foi retirado das estâncias dos Sete Povos com alegação de que pertenciam aos índios que fugiram para o lado português. Quarenta peões indígenas cuidavam da estância, tropeando o gado até o açougue da Aldeia dos Anjos, onde era repartida a ração de carne. A estância fornecia queijo, manteiga, graxa, sebo, velas e couro.

A Aldeia recebeu ruas com alinhamento dos ranchos, ergueram a igreja matriz em 1774. No ano de 1776, brancos organizaram a Irmandade do Santíssimo Sacramento, que também recebeu índios como irmãos. O cemitério inaugurado em 1777 pertencia à Irmandade de S. Miguel e Almas. A ordem foi mantida pelas Milícias Guaranis, com uma companhia a pé e outra a cavalo. Os faltosos eram punidos no tronco ou na prisão.

A Caixa dos Índios, mantida pela venda de carne, do couro e de produtos agrícolas, pagava os cirurgiões, leito no hospital e os remédios da botica.

A Escola de Meninos, criada em 1770, chegou a ter 60 crianças, formando quatro rapazes que estudaram no Rio de Janeiro, onde dois se tornaram padres, registrados como portugueses. A Escola de Meninos foi

transformada em internato em 1776.

No Recolhimento das Meninas, estabelecido em 1777, se ensinava a falar em português, tecer, fiar e costurar. Apesar de serem prendadas não conseguiram casamento com brancos por falta de dote. No Livro de Matrícula dos Índios, num total de 2.619 nomes, só encontrei uma índia que casou com pardo e três que casaram com brancos.

No livro de registro de batizados da Aldeia dos Anjos encontram-se dados que mostram as relações dos missioneiros cristianizados com os brancos, bem como a mestiçagem, pois o pai branco raramente reconhecia o filho com a índia. Os padrinhos são brancos, pois em 1766 os missioneiros conservavam nome e sobrenome em guarani:

1766, 22 de fevereiro - **Matheus** – filho natural de Maria Rosa Poje-nhi, de S. Miguel Velho. Padrinhos: Antônio de Souza e Anna Cláudia de Lima. (Livro 1, p. 3).

1766, 12 de março – **Joze** - filho natural de Thereza Javahai. Padrinhos: Irmão Francisco Xavier da Pax e Joana da Trindade. (livro 1, p. 3 verso).

O mais comum é o registro de pai, mãe e padrinhos com nomes indígenas. Por serem batizados, o primeiro nome é cristão:

1766, 8 de março – **Maria** – filha de Eugênio Yvyreje e de Anastacia Paransopa, naturais de São Lourenço. Padrinhos Matheus Guarambora e Eugênia Nhegacatu. (Livro 1, p. 3 verso).

Os escravos também participavam como padrinhos de crianças índias. Convidava-se como padrinho alguém de confiança ou amigo que ficava encarregado da salvação da alma do afilhado.

1766, 2 de agosto – **Ignácio** – filho de Custódio Vasivao e de Maria Buatti. Padrinhos: Miguel, escravo, e Maria, escrava

1766 - **Manoel** – filho de Thomas Parovê e de Izabel Xambuhi, de S. Miguel Velho. Padrinho Francisco Cardopeju e Maria, escrava. (livro 1 p. 44)

Há também registro de batismo de brancos, o que mostra as relações sociais com os índios:

1766, 17 de agosto – **Ignácio** – filho de Matheus Monteiro da Cruz e de Micaela Maria da Conceição. Padrinhos: Ignácio da Costa Lima e sua mulher Rosa Maria. (Livro 1, p. 6 verso).

Na mesma data Ignácio da Costa Lima e sua mulher Rosa Maria batizaram a criança de nome **Ignácio**, filho de Miguel Mairan e de Serafina

Boija.

A administração geral da Aldeia ficava sob as ordens de um comandante militar, auxiliado pelos caciques que comandavam as companhias de milícia guarani. O primeiro comandante foi o capitão Antônio Pinto Carneiro.

O novo governador, Sebastião da Veiga Cabral, em 14.1.1781, instruiu o novo comandante da Aldeia, Antônio José Machado, prevenindo que a população estava dividida em parcialidades por causa dos caprichos, ódios e vinganças de seus moradores, composta principalmente por índios bêbados, fujões e preguiçosos. As famílias brancas eram honradas, pouco trabalho davam ao comandante.

O governador Veiga Cabral reclamava que os índios ainda não tiravam da terra o seu sustento e que índias iam à rua vestidas com camisa de algodão, devido à extrema pobreza. Também determinava que não andassem com os cabelos soltos, parecendo mais com animais do que com gente racional e pertencentes à sociedade civil.

Nos Sete Povos os missionários romperam com a religião indígena, substituindo-a pelo catolicismo. Os grupos como tape, minuano, iaró, chaná e charrua foram guaranizados nas reduções jesuíticas, mas mantiveram seus ódios e suas vinganças entre si, conforme Montoya e Sepp. Sem a tutela dos jesuítas os conflitos entre os guaranizados se intensificaram nas Aldeias de Cachoeira, Rio Pardo e dos Anjos.

Veiga Cabral informou que em 1781 os índios da Aldeia dos Anjos não sabiam mais rezar e que eram indiferentes em cumprir os preceitos da Quaresma, ouvir a missa e a doutrina cristã.

Com a fundação da Real Feitoria do Linho Cânhamo, no Faxinal do Courita, em 1788, levaram 13 índios para trabalhar com seus bois e carretas a 200 réis por dia. Em dezembro mais 20 índios, a 100 réis por dia, que derrubaram um trecho de mato para a sementeira.

Abandonados, marginalizados, novamente os índios cristãos guaranizados tiveram seu espaço destruído, porque não havia mais interesse em conservá-los no lugar, mesmo com a ampliação do território rio-grandense com a conquista de terras ao Sul do rio Jacuí, a partir de 1777. A demografia indígena manteve-se estável durante o governo de José Marcelino, mas caiu rapidamente com as fugas da Aldeia e posterior a liberação dos índios, em 1801, conforme o quadro abaixo:

Ano	Índios da Aldeia
1762	3.500
1770	2.619
1779	2.563
1784	1.362
1814	300

A destruição do espaço indígena continuou na Aldeia dos Anjos. Em 1781, o engenho, a olaria e o potreiro de gado, que pertenciam à Caixa dos Índios, foram arrematados pela Irmandade do Santíssimo Sacramento. Em 1783, brancos arrendaram o açougue e a Estância dos Povos por seis anos. No início do século XIX, o rei doou a estância do Rincão de Cristóvão Pereira ao intendente de polícia Paulo Fernandes, com 10.000 cabeças de gado. A portaria de 18.11.1796 concedeu licença a Antônio Soares de Paiva para retirar da Aldeia dos Anjos os índios que fossem necessários para sua charqueada. Em 1.4.1800 encerraram as atividades no Recolhimento das Meninas e no ano seguinte o prédio do Colégio dos Meninos foi vendido.

Finalmente em 1803, os índios foram liberados para irem aonde quisessem, pois a Junta da Real Fazenda, em Porto Alegre, terminou com a administração da Aldeia dos Anjos.

Em 1801 os luso-brasileiros conquistam a região dos Sete Povos, provocando novo êxodo dos índios missioneiros. As forças invasoras se estabelecem em S. Borja, onde havia forte mistura de índios mbyás com índios guaranizados.

De 1816 a 1820, novo conflito atinge as Missões, o caudilho José Gervásio Artigas arregimenta missioneiros para suas tropas, entre eles os célebres Andrésito Artigas, Matías Abacu, Vicente Tiraparé, Pantaleón Sotelo e Francisco Xavier Sití. (PADRÓN FAVRE, p. 99).

As mulheres jovens acompanham os milicianos. Permaneceram nos Sete Povos as mulheres com mais idade e com filhos pequenos. Os missioneiros se estabelecem em vários pontos da Campanha.

Em 1820, na região de Santa Maria da Boca do Monte, Saint-Hilaire recebeu acolhida na estância de um índio.

Dom Frutuoso Rivera invadiu as Missões em 1828, sendo acolhido pelos índios missioneiros, milicianos, contrabandistas e estancieiros brasileiros. Nas reuniões para a Convenção Preliminar da Paz, realizada no Rio de Janeiro, de 17 a 27.8.1828, o governo imperial exigiu a retirada imediata

do caudilho Frutuoso Rivera, da região missioneira. As tropas de Rivera saquearam as propriedades da região missioneira. Rivera retirou-se levando 60 carretas carregadas de produtos dos saques, levando seis mil índios com os quais fundou a povoação de Bella Unión, ao sul do rio Quaraí. Pelos maus tratos e abandono, os índios se revoltaram e foram atacados pelas tropas de Barnabé Rivera. Os índios que conseguiram escapar para o lado brasileiro, juntaram-se às tropas do coronel Bento Manuel Ribeiro. Estes índios formaram o Corpo de Lanceiros que lutaram ora ao lado dos farrapos, ora ao lado dos imperiais, acompanhando Bento Manuel Ribeiro.

Após a retirada de Frutuoso Rivera a região missioneira ficou despovoada.

O guarani por ser horticultor, possuir religião em muitos aspectos semelhantes ao cristianismo e por achar que o povoado missioneiro fosse a terra sem males, deixou-se conduzir para as reduções jesuíticas aonde participou de uma nova sociedade organizada conforme a doutrina cristã, com escola, oficinas, igreja, praça central e habitação exclusiva para marido e mulher com os filhos. Nova religião com outro deus e rituais diferentes modificaram as relações sociais entre os índios.

No Rio Grande do Sul, a primeira fase das reduções ou povoados guarani foi de 1626 a 1638, quando os paulistas com expedições em bandeira atacaram, pilharam e escravizaram os índios das missões do Tapê. A segunda fase, chamada de Sete Povos, inicia em 1682 com a fundação de São Francisco de Borja, findando em 1801, com a conquista da região missioneira pelos luso-brasileiros.

O segundo período foi perturbado pelo Tratado de Madrid, de 1750, entre Portugal e Espanha que determinava a transmigração dos Sete Povos, para a outra margem do rio Uruguai. Os missioneiros se rebelaram, desencadeando a Guerra Guaranítica de 1754-56, contra os espanhóis e luso-brasileiros. Embora tenha sido um comandante de missioneiros do povoado de São Miguel, súdito do rei de Espanha, e que tenha lutado contra a invasão da estância daquele povoado, Sepé Tiaraju foi transformado em mito e colocado no Panteão da Pátria como herói brasileiro.

José Marcelino de Figueiredo, ao ser denunciado o Tratado de Madrid, retirou-se das missões com dez mil índios e seus pertences, fundando com eles as aldeias de São Nicolau de Cachoeira, São Nicolau de Rio Pardo e Aldeia dos Anjos, hoje Gravataí.

Os guaranis missioneiros formaram uma nova sociedade na Aldeia dos Anjos, com ruas, chácaras, açougue, potreiro e cemitério. Em 1770 o governo da capitania criou a Escola de Meninas e em 1777 a Escola de Meninos. Inseridos na Irmandade do Santíssimo Sacramento e de São Miguel,

construíram a igreja entre 1774 e 1776, em torno da qual surgiu o núcleo urbano de Gravataí. Os guarani missioneiro foram matriculados na igreja com nome e sobrenome em português. (ARQUIVO Histórico do RS, p. 50-73).

Em 1801, os guarani abandonaram os Sete Povos e as três aldeias organizadas por José Marcelino de Figueiredo, esparramando-se pelo Rio Grande do Sul e pela República do Uruguai, formando a população rural.

Na linguagem coloquial do Rio Grande do Sul há vários termos de origem guarani, como aguapé, araçá, araponga, aroeira, biboca, biriba, boçoroca, caboclo, capão, capim, capivara, capoeira, chamamé, che, cutucar, cipó, cuia, goiaba, gravatá, guaraxaim, guri, jacaré, jaguar, jararaca, jirau, joá, lambari, mambira, maricá, micuim, nhandu, perereca, perau, peteca, piá, pitanga, tamanduá, tapera, taquara, tatu, tiririca, umbu, urubu...

Outra herança cultural é o uso da erva-mate, na forma de chimarrão (caá-iguá), do aipim, mandioca, batata-doce e amendoim.

Se examinarmos os mapas do Paraguai, Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul, veremos que predominam topônimos guarani: Ibicui, Itacolomi, Itapuã, Jacuí, Jaguarí, Mirim, Taquari, Tarumã, Uruguai.

Por meio da mestiçagem, descendentes de índios inseriram-se na sociedade luso-brasileira, mantendo no esquecimento a memória coletiva da origem étnica, sem relações com os eventos de seu passado. Grupos indígenas, que vivem em reservas, mantêm parte de sua memória coletiva, que se modificam conforme os objetivos que a ela inferem, principalmente de interesse políticos de grupos da sociedade maior.

Pela mistura com portugueses e africanos, os índios desenraizados perderam, esqueceram e mergulharam num sono letárgico, enquanto era criado o mito do índio espoliado, massacrado. Até o mito de Yasi Yateré, o moleque índio que fazia estripulia, queimava a comida, rompia a corda da rede, foi transformado no Saci Pererê, negrinho de uma perna só e com um barrete vermelho.

A Mboi-tatá, cobra de fogo que percorre os campos em forma de fogo fátuo já consta em livro didático como um boi que ninguém consegue laçar.

Pondo em prática a Constituição de 1988, que considera o índio como cidadão brasileiro, o governo do Rio Grande do Sul está providenciando sua inserção na sociedade, dando um primeiro passo com a confecção de documentos, que facilitem o desempenho pleno de sua cidadania por meio do estudo e do emprego na sociedade maior.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA Y LARA. *La guerra de los charruas em la Banda Oriental*. Montevideo: Libreria Linardi y Risso, 1989.
- ANCHIETA, José de. *Auto representado na festa de S. Lourenço*. Rio de Janeiro: SNT, 1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO RS. *Os índios d´aldeia dos Anjos. Gravataí, século XVIII*. Porto Alegre: EST, 1990.
- BECKER, Ítala. *El índio y la colonización – charruas y minuanes*. S. Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1982.
- CANDOGAN, León. *Textos míticos de los Mbyá-guarani del Guairá*. Assunción del Paraguay: CEADUC – CEPAG, 1997.
- CLASTRES, Hélène. *Terra sem mal, o profetismo tupi-guarani*. S. Paulo: Brasiliense, 1978.
- ESCANDÓN, Juan de. *História da transmigração dos Sete Povos Orientais*. S. Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1983.
- FLORES, Moacyr. *Colonialismo e Missões Jesuíticas*. Porto Alegre: EST, 1996.
- GÂNDAVO, Pero Magalhães de. *Tratado da Terra do Brasil – História da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte, Itatiaia; S. Paulo: USP, 1980.
- GONZÁLEZ, Luís Rodolfo/VARESE, Susana Rodriguez. *Guaranies y paisanos*. Montevideo: Nuestra Tierra, sem data.
- IGLESIA, Cristina/SCHVARTZMAN, Júlio. *Cautivas y misioneros. Mitos blancos de la conquista*. Buenos Aires: Catálogos Editora, 1987.
- MABILDE, Pierre F. A. Booth. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação coroados dos matos da província do Rio Grande do Sul. (1836-1866)*. Rio de Janeiro: INL, 1983.
- MELIÁ, Bartomeu. *Una nación, dos culturas*. Asunción: CEPAG, 1988.
- NEIS. Ruben. *A aldeia de Nossa Senhora dos Anjos*, in Gravataí: História e Cultura, 1987.
- NIMUENDAJU, Curt. *104 mitos indígenas nunca publicados*. In Revista do Patrimônio Histórico, nº 21, 1986, p. 64 a 112.
- _____. *Mapa etno-histórico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia ; S. Paulo: USP, 1988.
- PADRÓN FAVRE, Oscar. *Censo Guarani Misionero de 1832*. [Separata do B. H. E, nº 283-286], Montevidéu, 1991.

- PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. II volume. Porto Alegre: Selbach, 1954.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. *O homem índio sobrevivente do Sul*. Porto Alegre: Garatuja, 1978.
- SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. S. Paulo: Edusp, 1974.
- SEPP, Antonio. *Relación de viaje a las misiones jesuíticas*. Tomo I. *Continuación de las labores apostólicas*. Tomo II. *Jardín de flores paracuário*. Tomo III. Buenos Aires: Editorial Universitária, 1974,
- STADEN, Hans. *Suas viagens e cativo entre os índios do Brasil*. S. Paulo: Nacional, 1945.
- THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*. Belo Horizonte: Itatiaia; S. Paulo: USP, 1978.
- VIDART, Daniel. *El mundo de los charruas*. Montevideo: Banda Oriental, 1996.
- VIEIRA, Antônio. *Obras escolhidas*. Volume III – obras várias II. Lisboa: Sá da Costa, 1951.
- WAGNER, Carlos, et alli. *A guerra dos bugres*. Porto Alegre: Tchê!, 1986.

Recebido em 9/6/2016

Aprovado em 9/6/2016

MAPEAMENTO DE COMUNIDADES BOÊMIAS NO RIO GRANDE DO SUL

MAPPING OF BOHEMIAN COMMUNITIES IN RIO GRANDE DO SUL

Jussara Maria Habel¹

RESUMO

Os estudos relacionados aos imigrantes de origem alemã permitem resgatar e registrar a história, a cultura e a língua que resistiu por aproximadamente 200 anos no Brasil. Com isso, o presente artigo tem como objetivo central mapear comunidades que possuem indícios de imigrantes boêmios (Bo), no Rio Grande do Sul (RS). O conceito de *boêmio* remete à matriz de partida dos imigrantes na Boêmia, atual República Tcheca, que na época da emigração pertencia ao antigo Império Austro-húngaro (1867-1918). Esta origem geográfica, ao lado da origem linguística de base dialetal bávara, justifica a sobreposição desse conceito com correlatos como *austriaco*, *tcheco* e *bávaro*. Soma-se a essa diferenciação interna das línguas de imigração uma série de contatos linguísticos com falantes de outras variedades, em especial do *Hunsrückisch* (pt. *hunsriqueano*), do alemão *standard* local, e ainda, do português como língua majoritária. Para o mapeamento utiliza-se entrevistas realizadas pelo Projeto ALMA-H (*Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata: Hunsrückisch*, coordenado por C. Altenhofen e H. Thun), as quais seguem o modelo teórico-metodológico da geolinguística pluridimensional e contatual (THUN, 1998). Devido à relevância dos dados, o foco deste trabalho se restringe apenas a três pontos de pesquisa, do total de sete comunidades que possuem fortes marcas da migração boêmia (HABEL, 2014). Este mapeamento é importante para possibilitar um futuro estudo sociolinguístico e, também, para documentar as variedades de fala das comunidades boêmias que vivem em contextos de contato linguístico.

Palavras-chave: Imigrantes boêmios. Hunsriqueanos. Línguas de Imigração no Brasil.

ABSTRACT

Studies related to the immigrants of German origin allow to rescue and register the history, culture, and language that resisted for about 200 years in Brazil. Thereby, this article aims to map some communities which give evidences of Bohemian immigrants (Bo), in

¹ Mestranda em Letras no Instituto de Letras da UFRGS, na área de Sociolinguística. Graduada em Licenciatura, Português-Alemão (2014) na UFRGS. Atualmente vinculada ao Projeto ALMA-H (*Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata - Hunsrückisch*. Projeto coordenado pelo Prof. Dr. Cléo Altenhofen (UFRGS) e Prof. Dr. Harald Thun (Uni-Kiel, Alemanha) objetiva pesquisar as variações e contatos linguísticos com ênfase em línguas brasileiras de imigração, em especial a língua hunsriqueana (*Hunsrückisch*).

Rio Grande do Sul (RS). The concept of Bohemian refers to the immigrants with origin in Bohemia, currently Czech Republic. By the time of the emigration, Czech Republic was part of the ancient Austro-Hungarian Kingdom (1867-1918). This geographical origin, besides the linguistic origin with a Bavarian dialect base, justifies the overlapping of the Bohemian concept with correlates, such as Austrian, Czech, and Bavarian. It is added to this internal differentiation of immigration languages a series of linguistic contacts with speakers of other German varieties, especially Hunsrückisch, local standard German, and also Portuguese as the majoritarian language. For the mapping we employ interviews carried out by the ALMA-H Project (Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata: Hunsrückisch), coordinated by Altenhofen and Thun. Those interviews were collected according to the method of multidimensional and contactual geolinguistics (THUN, 1998). Owing to the relevance of the data, the focus of this work is limited to only three points of research, from the total of seven communities that have strong marks of bohemian migration (HABEL, 2014). This mapping is relevant in order to enable a future sociolinguistic study and also to document the language varieties of bohemian communities living in linguistic contact contexts.

Keywords: Bohemian immigrants. Hunsrückisch. Immigration languages in Brazil.

INTRODUÇÃO

O presente estudo busca mapear grupos de imigrantes boêmios (Bo) que vivem entre variados contatos linguísticos e em diferentes comunidades do Rio Grande do Sul (RS), Brasil. Por boêmios entende-se um grupo de imigrantes com uma base dialetal bávara que emigrou do Sul da Alemanha para a região da Boêmia entre os séculos XII e XVII em busca de trabalho e de novas terras para cultivar (BAUER, 1907). Atualmente, a Boêmia pertence à República Tcheca onde ainda se encontram falantes da variedade alemã em contato com as línguas tcheca e eslava. Durante a segunda metade do século XIX os boêmios migraram para o Sul do Brasil, época em que a Boêmia pertencia ao antigo Império Austro-húngaro (1867-1918). Esta origem topodinâmica² dos boêmios, ao lado da origem linguística de base dialetal bávara, justifica a frequente sobreposição, realizada pelos falantes, do conceito *boêmio* com correlatos como *austriaco*, *tcheco* e *bávaro*.

No Brasil, o contato linguístico com os falantes da variedade boêmia acontece diretamente com a variedade hunsriqueana, com o português local, e muitas vezes, até com o alemão *standard* local (*Hochdeutsch local*). A língua de variedade alemã considerada com maior número de falantes no Brasil é o *Hunsrückisch* (pt. hunsriqueano) e a que, possivelmente, foi melhor documentada e descrita em termos de variação e de contatos linguísticos até o momento. O hunsriqueano, conforme Altenhofen (1996, p. 27), é uma

2 O termo se refere aos falantes de uma língua em estudo que mudaram de domicílio (cf. THUN, 2010, p. 7) e entraram em contato com outras variedades linguísticas.

variedade suprarregional de língua alemã de imigração no RS constituída por um contínuo dialetal que remete a uma base de origem francônio-rena-na e francônio-moselana, à qual se incorporaram elementos específicos do contato linguístico com a língua portuguesa. Em algumas regiões colonizadas por boêmios também pode haver o contato linguístico com imigrantes italianos (FROSI, 2000) ou com imigrantes westfalianos (HORST, 2014).

O grupo dos boêmios no RS ainda é pouco reconhecido no meio acadêmico e científico, o qual também não foi especificado no Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS)³. As poucas informações acadêmicas que encontramos em relação aos ascendentes de boêmios levantam os seguintes questionamentos: *a)* existe a falta de interesse em estudar grupos minoritários? *b)* os boêmios vivem bem mais isolados do que outros grupos étnicos mapeados pelo ALERS ou eles se enquadram no grupo dos imigrantes alemães? *c)* O que esta percepção em relação à identificação destes imigrantes pode revelar?

A hipótese mais evidente dos boêmios serem identificados como austríacos ou bávaros ou alemães (hunsriqueanos) se refere à origem geográfica (referência de pertencimento ao antigo Império Austro-húngaro) e às semelhanças linguísticas (variedades da língua alemã). Até mesmo em cartórios eles eram registrados como austríacos. Portanto, estudos mais aprofundados sobre a identificação destes grupos e, inclusive, em relação aos bávaros (Ba), bucovinos (Bu) e suábios precisam ser realizados com urgência para não continuarmos com a ideia de que se trata de um grupo que fala a mesma língua.

Com o propósito de dar mais visibilidade às línguas brasileiras de imigração é de suma importância compilar os estudos acerca do contato linguístico entre hunsriqueano e boêmio, a fim de chegar a um levantamento mais representativo da pesquisa nesta área. Para tanto, colocam-se as seguintes perguntas de pesquisa:

- a) Onde se localizam as comunidades de imigração boêmia?
- b) Com quais grupos de fala os imigrantes boêmios entram em contato?

Com base nestas perguntas, o artigo nos permite contribuir com estudos linguísticos que possuem o foco nas línguas brasileiras de imigração e com o resgate da história de um grupo minoritário que também contribuiu para a formação cultural do RS. Ainda vale destacar a importância

3 Conferir ALERS: Cartas Semântico-lexicais (2011, p. 62), mapa IV. No ALERS a área em estudo aponta os seguintes grupos étnicos: italianos, alemães, poloneses, ucranianos, russos, eslavos, japoneses, espanhóis, holandeses, franceses, árabes e indígenas.

desta pesquisa a fim de compreender melhor a situação e o contexto em que se dão os contatos linguísticos.

Neste sentido, será apresentado, com base nos dados do Projeto ALMA-H⁴ (*Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata: Hunsrückisch* – coordenado por Cléo Altenhofen, UFRGS e Harald Thun, Uni-Kiel, Alemanha), um mapeamento de localidades com a presença de imigrantes boêmios. Portanto, segue-se o modelo teórico-metodológico da geolinguística pluridimensional e contatual (THUN, 1998) que consiste em contrastar dados variacionais no espaço geográfico (dimensão diatópica⁵) com a variação social (dimensão diastrática [Ca: grupo mais escolarizado, ensino superior, e Cb: grupo menos escolarizado, ensino escolar básico ao ensino médio] e dimensão diageracional [GII: geração mais velha, acima de 55 anos de idade, e GI: geração mais jovem, entre 18 e 36 anos de idade]).

A experiência com as pesquisas no Projeto ALMA-H tem demonstrado a pertinência e funcionalidade de realizar entrevistas com a técnica da pluralidade simultânea de informantes (cf. THUN, 1996). Com esta técnica tem-se em cada ponto de pesquisa, ou seja, em cada localidade, em torno de 08 informantes, incluindo homens e mulheres. Por exemplo, o ponto de pesquisa RSo6, que corresponde à Nova Petrópolis, RS, possui quatro duplas de informantes (ou até mesmo trios) que são distribuídas segundo os parâmetros acima explicados (CaGII, CbGII, CaGI e CbGI). Esta pré-seleção dos informantes (sexo masculino e feminino) com as mais diversas características sociais, nos proporcionam maior pluralidade de análises linguísticas e maior confiabilidade nos dados.

Das quatro entrevistas realizadas no ponto RSo6 selecionei apenas duas (CaGII e CbGII) que foram relevantes para esta análise. Já no ponto RS12, que corresponde à Venâncio Aires, fiz o recorte das entrevistas CaGII e CbGI. Estes dois pontos de pesquisa (RSo6 e RS12) do Projeto ALMA-H correspondem aos pontos Boo1 e Boo4 (ver fig. 01) que foram sobrepostos ao mapa-base do Projeto para um futuro ALMA-B's⁶.

Na sequência também veremos o mapeamento de outros pontos de pesquisa (por exemplo, Paverama, RS) onde há presença de boêmios (conferir fig. 1, na seção 4), no entanto, ainda não se tem registros de fala no ALMA-H sobre a variedade hunsriqueana e boêmia. Por fim, espera-se, com este trabalho, contribuir com futuras pesquisas sobre as línguas brasileiras

4 Para mais informações acessar: Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/projalma/oqueeh/apresentacao.html> >. Acesso em: 20 abr. 2015.

5 Dimensão que se refere ao ponto de pesquisa, à localidade de coleta do dado a ser analisado.

6 Este novo atlas linguístico (*Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata: bávaro, boêmio e bucovino*), assim que aprovado, analisaria as línguas bávara (Ba), boêmia (Bo) e bucovina (Bu) conforme a fig. 1, na seção 4.

de imigração, abrindo ainda mais espaço para uma sociedade plural e aberta ao reconhecimento de minorias linguísticas e culturais.

1 A comunidade de Paverama, RS

A imigração dos boêmios para o Vale do Taquari iniciou a partir da segunda metade do século XIX, mais especificamente na Colônia Teutônia⁷. Historiadores locais (LANG, 1995) apontam que o processo de ocupação dos boêmios se iniciou em 1873 a partir da Picada Hermann (hoje conhecida por Linha Germana Fundos, Teutônia, RS). Inicialmente, poucas famílias formavam a 'colônia de austríacos'⁸, mas foram colonizando as terras até a chegada de outros grupos. Em seguida, esses colonizadores foram em busca de mais terras e se instalaram na Picada *Neu Österreich* (Nova Áustria, hoje conhecida por Linha Brasil, Paverama, RS).

Com base na toponímia *Eestreich* 'Österreich', pt. Linha Brasil, e *Rus-land*, pt. Santa Manoela (ALTENHOFEN & MORELLO, 2013, p. 22) e em observações de inscrições nos cemitérios locais têm-se o indicativo de que se trata de uma comunidade fundada por imigrantes provenientes da região da Boêmia, embora sejam nomeados de *austríacos* pelos próprios moradores. No entanto, na comunidade de Santa Manoela, tem-se um grupo de falantes do hunsriqueano (*Hunsrückisch*). Esse contato linguístico entre os boêmios e hunsriqueanos, além do contato mais tardio com os falantes do português, fez com que surgisse uma *coiné*⁹ para a comunicação e o entendimento nas relações sociais e comerciais.

Um processo decorrente do contato linguístico alemão-português é a substituição da língua-teto, em alemão '*Dachsprachenwechsel*' (ALTENHOFEN, 2014). Esse é um estágio inicial de perda linguística, ou seja, a língua *standard* (*Hochdeutsch*) é substituída por outra, no caso pelo português para a função de língua escrita em situações formais. Durante anos, o acesso ao ensino de alemão na escola e à imprensa em língua alemã garantiu ao alemão *standard* local suprir as funções de uma língua-teto, sendo ensinada nas escolas e utilizada para celebrar cultos e escrever atas. Com o declínio da competência escrita (*Schriftsprache*), o português, cada vez mais domi-

7 Colônia pertencente, inicialmente, ao município de Taquari e mais tarde ao município de Estrela. Teutônia emancipou-se em maio de 1981.

8 Inicialmente os boêmios eram identificados como austríacos devido a sua matriz de origem.

9 A variedade linguística do *Hunsrückisch* possui *status* de *coiné* justamente por assumir a função de língua comum entre os falantes das demais variedades de língua alemã. Os boêmios, por exemplo, se comunicam tanto na variedade boêmia, como na variedade hunsriqueana, além do português (ver SIEGEL, 1985, para mais informações sobre o termo *coiné*).

nante como língua da escola e da administração, ocupou o lugar de língua-teto.

A proximidade com grandes centros urbanos, por exemplo, aumentou o uso da língua majoritária considerada padrão, neste caso o português. Os grupos de falantes de boêmios e hunsriqueanos que constituem os usuários principais da variedade minoritária são, não por acaso, a população rural. Apesar de o português ter assumido essa importância, Wallauer (2013) conseguiu coletar algumas variáveis linguísticas do boêmio e do hunsriqueano presentes na comunidade interiorana de Paverama. O autor transcreveu alguns exemplares, conforme o quadro adaptado abaixo, por meio de entrevistas realizadas com um informante da geração mais velha (GII)¹⁰. Inicialmente, estas variáveis são bem representativas para dar continuidade em futuros estudos da área de sociolinguística e dialetologia. A coleta de dados linguísticos (da variedade boêmia) realizada por Wallauer (2013) com um falante boêmio foi a única fonte encontrada até o momento. Por isso, o quadro abaixo é um importante registro histórico para as duas variedades (tanto para o boêmio como para o hunsriqueano), o que pode ser bastante útil na elaboração de um questionário para as futuras saídas de campo.

QUADRO 01
Comparação de variantes da fala dos boêmios

Variantes da fala dos boêmios	Variantes da fala dos hunsriqueanos	Tradução para o alemão <i>standard</i>	Tradução para o português
Verbs (<i>Verben</i>)			
assen	Esse	essen	comer
halen	Halle	halten	segurar
hieren	Here	hören	ouvir
kaifen	Koofe	kaufen	comprar
loufen	Loofe	laufen	caminhar
worten	Woote	warten	esperar
zammlehen	Sammalehe	zusammenlegen	juntar / aproximar

¹⁰ Segue-se neste artigo o método da pluralidade de informantes utilizada pelo Projeto ALMA-H, no qual cada ponto de inquérito possui como informantes, homens e mulheres, ambos os sexos representados pela geração mais velha (GII) e pela geração mais jovem (GI), além da escolaridade superior (Ca) e básica (Cb). Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/projalma/metodologia/informantes.html>>. Acesso em: 20/04/2015.

Substantivos (Substantive): singular e <plural>			
der Boum <die Baime>	de Boom <die Beem>	der Baum <die Bäume>	a árvore <as árvores>
das Brut <die Brute>	das Brot <die Brot>	das Brot <die Brote>	o pão <os pães>
der Dag <die Dage>	de dooch <die Dooche>	der Tag <die Tage>	o dia <os dias>
das Fanster <die Fanster>	das Fenster <die Fenster>	das Fenster <die Fenster>	a vidraça <as vidraças>
die Koatze <die Koatzen>	die Katz <die Katze>	die Katze <die Katzen>	o gato <os gatos>
der Kochufen <die Kochufen>	de Kochowe <die Kochowe>	der Kochofen <die Kochöfen>	o fogão <os fogões>
die Kuh <die Kuhe>	die Kuh <die Kih>	die Kuh <die Kühe>	a vaca <as vacas>
die Kutte <die Kutten>	das Kleid (der Kittel) <die Kleider>	das Kleid <die Kleider>	o vestido <os vestidos>
das Madel <die Madel>	das Medche <die Medcher>	das Mädchen <die Mädchen>	a moça <as moças>
die Naicht <die Naichte>	die Nacht <die Nachte>	die Nacht <die Nächte>	a noite <as noites>
der Parrer <die Parrer>	de Farra <die Farra>	der Pfarrer <die Pfarrer>	o pastor/o padre <os pastores/padres>
der Schnitt <die Schnitte>	de Schnitt <die Schnitte>	der Schnitt <die Schnitte>	a fatia (de pão) <as fatias>
die Stroasse <die Stroassen>	die Stross <die Strosse>	die Strasse <die Strassen>	a estrada <as estradas>
das Uhr <die Uhren>	das Ohr <die Ohre>	das Ohr <die Ohren>	a orelha <as orelhas>
der Waig <die Waige>	de Weech <die Weeche>	der Weg <die Wege>	o caminho <os caminhos>
Substantivos com seu respectivo artigo			
der Rahn	de Rehn	der Regen	a chuva
der Rahnworm	de Rehnworm	der Regenwurm	a minhoca
der Tou	de Tau	der Tau	o orvalho
der Toarm	de Turm	der Turm	a torre
Advérbio e adjetivo			
bale	Ball	bald	logo
kaalt	Kalt	kalt	frio
Dias da semana			
Mountich, Denstich, Mitt- woch, Durschtich, Freitich, Sämt, Suntich	Montach, Dienstach, Mittwoch, Donerstach, Freitach, Sam- stach, Sonntach	Montag, Dienstag, Mittwoch, Donnerstag, Freitag, Samstag, Sonntag	segunda, terça, quarta, quinta, sexta, sábado domingo

Números de 01 a 10			
Ens, zwä, dreie, viere, fünfe, sech- se, sieben, achte, neune, zahne	Eens, zwoi, drei, vier, finnef, sechs, siwe, acht, neun, zehn	Eins, zwei, drei, vier, fünf, sechs, sieben, acht, neun, zehn	Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez

Fonte: WALLAUER, 2013, p. 164-165.

O quadro acima mostra que alguns verbos e substantivos da fala dos boêmios possuem o uso recorrente de ditongos, como em *hieren* (dt. *hören* / pt. *ouvir*), *der Waig* (dt. *der Weg* / pt. *caminho* ou *estrada*), *der Toarm* (dt. *der Turm* / pt. *torre*), entre outros. A ditongação também ocorre em estudos do dialeto dos Sudetos, a oeste da Boêmia (HABEL, 2014, p. 58). Na fala dos boêmios, os ditongos 'ie' (*hieren*) e 'ou' (*der Tou*) mantêm, em certo sentido, sua forma original do *Mittelhochdeutsch* (médio alto-alemão). Os verbos também possuem a terminação '-en', assim como no alemão *standard*, diferenciando-se do hunsriqueano. A formação do plural possui a terminação '-e' (*das Brut – die Brute*) ou '-(e)n' (*die Stroasse – die Stroassen* / *das Uhr – die Uhren*) na maioria dos casos. A outra marca do plural é o morfema zero (*das Fanster – die Fanster*), onde a marcação fica explícita pelo artigo *die* (pt. *as/os*).

Esta é apenas uma amostra pequena, mas de grande valor para futuros estudos comparativos. A hipótese que se forma a partir destes exemplares é que ainda existem marcas linguísticas bem específicas da língua boêmia que podem ser comparadas com estudos realizados na Alemanha e República Tcheca, ou seja, na matriz de origem devido às várias semelhanças com os dialetos falados nos Sudetos e nas fronteiras da Boêmia.

Esta coleta de dados também nos permite refletir e formar uma série de questionamentos sobre possíveis influências adquiridas a partir da convivência com os hunsriqueanos, e após, com a forte inserção da língua portuguesa nesta comunidade por meio da escola, onde se proibia o uso de línguas ou variedades estrangeiras em público¹¹.

A crescente diminuição do uso da variedade de fala dos boêmios na comunidade de Linha Brasil, em Paverama, se expressa com os poucos informantes da GII que ainda estão ativos e tentam manter a língua. Estudos mais aprofundados ainda devem ser realizados nesta comunidade para conseguirmos um levantamento mais elaborado e que possa descrever melhor a situação linguística, não só da GII, mas também da geração mais jovem (GI).

11 Com a Campanha de Nacionalização do Estado Novo no Brasil (1937-1945) ocorreu a proibição da fala de línguas de imigração (alemã, vestfaliana, italiana, e outras) em público. Esta Campanha almejava um ideal nacional exigindo que todos os brasileiros falassem somente o português (CAMPOS, 2006).

2 A comunidade de Nova Petrópolis, RS

Sabe-se também da presença de boêmios em Nova Petrópolis, onde existe desde 2008 a “Associação dos Descendentes de Imigrantes da Boêmia”, nas localidades de Linha Brasil e Linha Imperial. Além de Nova Petrópolis ter a cidade de *Gablonz* (República Tcheca) como cidade coirmã, também possui grupos de danças que representam a tradição dos imigrantes boêmios, como o “*Böhmerlandtanzgruppe*” e o “*Sonnenschein*”.

Conforme os dados coletados pelo Projeto ALMA-H, tem-se famílias com origem boêmia também na comunidade de Linha Araripe. Somam-se três comunidades em Nova Petrópolis que ainda possuem falantes dessa variedade. Como podemos visualizar no quadro abaixo, tem-se na transliteração dos dados – os quais foram coletados pelo Projeto ALMA-H no ponto de pesquisa RSO6 com o grupo CaGII – uma série de informações relevantes sobre a situação dos boêmios. Conforme o informante de número três (I3) ainda há alguns falantes da língua boêmia, e provavelmente, só a GII tenha conseguido manter esta variedade de fala. O mesmo informante lamenta a morte de um ascendente de boêmios, o que pode revelar que há também uma consciência sobre a “morte da língua falada” por este grupo minoritário. A preocupação entre os entrevistados é justamente o número cada vez mais reduzido de familiares e amigos para falar a língua que aprenderam no âmbito familiar. Para finalizar, o informante I3 diz que sua avó também tinha origens de boêmios.

QUADRO 02

Imigrantes boêmios: entrevista RS06_CaGII do Projeto ALMA-H¹².

RS06_CaGII_AIII	RS06_CaGII_AIII
E1: Entrevistador	E1: Entrevistador
I1, I2 e I3: Informantes	I1, I2 e I3: Informantes
E1: do hier in Linha Imperial unn Nove Colônias - Nove Colônias is uff Deutsch Neun Kolonien?	E1: aqui em Linha Imperial e Nove Colônias - Nove Colônias é <i>Neun Kolonien</i> em alemão?
I1: ja, Neun Kolonien.	I1: sim, Nove Colônias.
E1: do sinn die Böhmer?	E1: aqui têm boêmios?
I2: jow, sinn viel Behmer.	I2: sim, têm bastante boêmios.
I1: éhh, ja, ganz viel.	I1: é, muitos.
E1: in Linha Imperial ooch?	E1: em Linha Imperial também?
I1: ja! [...]	I1: sim! [...]

12 Os dados utilizados neste artigo foram transliterados e traduzidos pela autora deste trabalho, conforme o modelo ESCRITHU (ALTENHOFEN et al., 2007).

I2: die Behmer sinn in Linha Imperial, Linha Brasil unn in Linha Araripe, hauptsechlich auch. E1: spreche die noch denen, seinen Dialekt? I1: ja, all. I3: sinn welche, awer sinn noch. Awer <i>não sei</i>, die Junge jo ninme, awer die Eltre, ja. Awer wieviel sinn do noch wo do Behmisch spreche, <i>né</i>?! Hier der is vor kortzen gestorb, [...]. I3: mein Uhrgrösmutter war von denne. I2: <i>como é que tu diz festa em alemão</i>? [...] I3: Fest I1: Fest I2: joh, die soon <i>Fescht</i>. <i>Esta é uma diferença</i>. I1: jah ... I2: die hoon jo soon <i>sch</i>, este <i>sch</i>, <i>weschte</i>, <i>siehschte</i>, [...] <i>bem carregado</i>. I1: jah... E1: in Tannenwald? In Tannenwald mehr <i>Fescht</i>? I2: joh. E1: unn wie seeht dir “<i>eu estou enjoado disso</i>?” Ich seehn das?... I2: Ledig I1: ich sinn das leidich, ledig. I3: Leidich. Ich soon leidich. E1: Das is ooch soon unnerchied sicher, in Tannenwald meh ledig? I1: jah, ledig. [...]	I2: os boêmios estão em Linha Imperial, Linha Brasil e, principalmente, em Linha Araripe. E1: eles ainda falam o dialeto deles? I1: sim, todos. I3: tem alguns, mas ainda tem. Mas não sei, os jovens não, mas os mais velhos sim. Mas quantos ainda têm que falam boêmio, né? Este ali faleceu há pouco tempo, [...]. I3: minha avó tinha ascendência. I2: <i>como é que tu diz festa em alemão</i>? [...] I3: Fest I1: Fest I2: sim, eles falam <i>Fescht</i>. Esta é uma diferença. I1: sim ... I2: eles têm um <i>sch</i>, este <i>sch</i>, <i>weschte</i>, <i>siehschte</i>, [...] bem carregado. I1: sim... E1: em Tannenwald? Em Tannenwald mais <i>Fescht</i>? I2: sim. E1: e como vocês dizem <i>eu estou enjoado disso</i>? Ich seehn das?... I2: Ledig I1: ich sinn das leidich, ledig. I3: <i>Leidich</i>. Eu digo <i>leidich</i>. E1: Isso provavelmente também é uma diferença, em Tannenwald mais <i>ledig</i>? I1: sim, <i>ledig</i>. [...]
--	---

Fonte: Banco de dados do ALMA-H

Praticamente ao final da entrevista deste recorte, o informante de número dois (I2) assume o papel de entrevistador, provavelmente movido pela curiosidade em tentar entender este complexo variacional das línguas em contato, e pergunta para os demais informantes sobre a tradução da palavra “festa”. Neste momento, podemos perceber que os informantes possuem uma noção bem esclarecida sobre as variedades linguísticas presentes em seu entorno. A resposta de I3 não destoa das demais na palavra *festa*, mas alguma marca fica evidente quando o entrevistador questiona

a palavra “enjoado/a” no contexto frasal. Este informante responde uma variante e reafirma “eu digo *leidich*”, o que pode ser entendido como um resquício do aprendizado que foi herdado da avó que tinha ascendência de boêmios.

Outro informante (I1) da GII, mas agora do grupo menos escolarizado (Cb), também reforça e confirma a presença de falantes boêmios em Linha Brasil, Nova Petrópolis, como podemos verificar no quadro 03. Outro fato curioso é que a avó deste informante também tinha ascendência boêmia. Embora as entrevistas do Projeto ALMA-H tenham seu foco voltado ao levantamento de dados que se referem aos hunsriqueanos, também aparecem dados referentes a outras línguas ou variedades existentes no entorno.

O que também se torna relevante para as pesquisas sociolinguísticas está registrado na fala dos informantes I2 e I3 ao se referirem à “um tipo de sotaque” ou “outra pronúncia”. Esta referência é fundamentada na comparação entre as variedades linguísticas presentes no entorno desta comunidade de fala. Quando I3 relata “eles têm outras expressões” entende-se que este informante fala a variedade hunsriqueana, pois na concepção dele, os boêmios são os que falam “diferente”, ou utilizam outra variedade.

QUADRO 03

Imigrantes boêmios: entrevista RS06_CbGII do Projeto ALMA-H.

RS06_CbGII_AIII	RS06_CbGII_AIII
E1: entrevistador	E1: entrevistador
I1, I2 e I3: Informantes	I1, I2 e I3: Informantes
I1: ja, do sinnre wo Hunsrickisch spreche unn anre dann Behmer.	I1: sim, aqui tem os que falam hunsriqueano e outros que falam boêmio.
E1: ah, Behmer. Do hier riwer noh, wo?	E1: ah, boêmio. Aqui, onde?
I1: noh Linha Brasil, riwazus [...]. Mein Grosmutter war ooch Behmer.	I1: na Linha Brasil, nesta direção [...]. Minha avó também era dos boêmios.
I2: Die spreche awer bissche anaschte, die hann so ein anre ausprache...	I2: Eles falam um pouco diferente, eles têm outra pronúncia...
I3: Die hoon so ein <i>sotaque</i> .	I3: Eles têm um tipo de sotaque.
E1: unn wie ist der <i>sotaque</i> ? Was tet dea sohn?	E1: E como é este sotaque? O que vocês diriam?
I3: jah, die honn so anre ausdrucker	I3: Uhm, eles têm outras expressões.
I2: so weeter die anaschte sinn.	I2: palavras que são diferentes.
I3: Ich wees net wie, [...] wenn die hier were dann wist‘man was das wea.	I3: Eu não sei como, [...] se eles estivessem aqui, aí saberíamos como eles falam. [...]
[...]	

Fonte: Banco de dados do ALMA-H

O objetivo da parte AIII do questionário do ALMA-H é identificar quais línguas existem na comunidade de fala e no entorno de cada ponto de pesquisa e quais ainda possuem vitalidade linguística. Com este questionamento sobre as variedades linguísticas locais, conseguimos coletar dados bastante significativos para estudos de contatos linguísticos, como podemos observar nos dados transliterados.

Para fomentar comentários metalinguísticos que revelem atitudes e percepções sobre variantes linguísticas, utiliza-se, no projeto ALMA-H, a técnica das respostas em três tempos: 1º) resposta espontânea, 2º) insistência e 3º) sugestão (cf. ALTENHOFEN, 2013b). Um exemplo destas técnicas utilizadas, principalmente a da pluralidade de informantes, está na concordância ou discordância entre os informantes em relação às informações prestadas. Isso pode ser visto, por exemplo, na entrevista do quadro dois do ponto de pesquisa RSo6_CaGII, no qual o I1 afirma que “todos os boêmios ainda falam a variedade boêmia” e, com isso, I3 corrige dizendo que apenas “alguns moradores locais ainda falam o dialeto”.

Estes dados representam apenas uma pequena amostra sobre a existência de falantes boêmios e de outras variedades linguísticas em Nova Petrópolis. No entanto, eles são extremamente relevantes para identificarmos as comunidades boêmias que são o nosso principal objeto de estudo neste artigo. Para afirmar se ainda há uma competência dialetal preservada ou se apenas restaram resquícios ou marcas da variedade boêmia, necessitamos realizar um levantamento de dados mais detalhado e específico sobre a língua deste grupo minoritário.

3 A comunidade de Venâncio Aires, RS

Em Venâncio Aires, por meio da literatura consultada, tem-se que os boêmios, em sua maioria, eram trabalhadores livres e artesãos. Eles se estabeleceram no ano de 1874 na comunidade de Linha Cecília e de Linha Isabel (FLORES, 1981; FINKLER, 1999; UMANN, 1997; VOGT, 2005). Nesta cidade localiza-se o museu *Heimattmuseum* (SCHOLL-SCHNEIDER, 2013), que reúne estudos sobre os imigrantes vindos da região norte da Boêmia.

A comunidade de Alto Sampaio teria recebido, principalmente, lapidadores de vidro do norte da Boêmia (HÜBNER, 2010). Em um levantamento de Flores (1983, p. 76) sobre a origem étnica dos membros da Sociedade de Leitura e Canto Jovialidade de Alto Sampaio, no ano de 1977, observa-se uma diversidade bastante grande, sendo que, o grupo étnico majoritário com 44% de participantes era formado por boêmios. A origem étnica dos membros alemães atingiu 22% e em seguida viriam os suíços,

poloneses e saxões.

A autora também cita importantes registros do álbum cinquentenário de Linha Isabel, o qual apresenta os seguintes dados referentes ao ano de 1873 sobre a entrada de imigrantes boêmios: i) inicialmente chegaram 170, ii) em seguida, mais 500 teriam entrado em Venâncio Aires, iii) e nos anos seguintes, mais algumas levadas (FLORES, 1983, p.76). Estas informações nos revelam um número bem significativo de imigrantes se compararmos com outros locais como, por exemplo, Paverama.

Nos dados do Projeto ALMA-H, referentes à Venâncio Aires, temos informações importantes de um grupo CbGI (grupo menos escolarizado e da geração mais jovem). Além do grupo ter confirmado a presença de falantes boêmios na comunidade de Linha Brasil, eles ainda citam variantes e as comparam com a variedade hunsriqueana. Neste caso, tudo indica que o informante I1 apresenta marcas da variedade de fala dos boêmios. No entanto, o informante I3 reforça a hipótese de que a GII (geração mais velha) teria marcas linguísticas mais salientes do que os da GI (geração mais jovem).

No entanto, esta informação do informante I3 que afirma “os mais velhos falam um pouco diferente do que os mais jovens” pode revelar uma perda ou mudança linguística por parte da geração jovem. Com isso, surgem alguns questionamentos: por exemplo, porque os jovens falam “diferente” dos mais velhos em Venâncio Aires? Este “falar diferente” realmente está relacionado às diferentes variedades ou já está ocorrendo devido à substituição destas variedades alemãs pelo português? No momento, não teremos como dar uma resposta a estas perguntas e as que eventualmente surgirem com a leitura deste trabalho porque precisamos ouvir mais falantes e realizar novas observações em campo.

QUADRO 04

Imigrantes boêmios: entrevista RS12_CbGI do Projeto ALMA-H.

RS12_CbGI_AIII	RS12_CbGI_AIII
E1 e E2: entrevistador 1 e 2	E1 e E2: entrevistador 1 e 2
I1, I2 e I3: informantes	I1, I2 e I3: informantes
E1: welche Dialekt spricht man hier? Ist das Hunsrückisch oder Böhmisch, hab ich schon geheat?	E1: qual dialeto se fala aqui? Isto é hunsriqueano ou boêmio?
I1: ja, wie die sahn kopweh, ich sahn koopweh. Die sahn spoder und ich sahn spooder. <i>Sabe, é bem diferente.</i>	I1: sim, como eles falam <i>kopweh</i> , eu falo <i>koopweh</i> . Eles falam <i>spoder</i> e eu falo <i>spooder</i> . Sabe, é bem diferente.
I2: die sahn Leet und mea sahn Let.	I2: Eles falam <i>Leet</i> und mea sahn Let.
	E1: interessant.

E1: interessant. E2: hot dea noch anre weeter so? I3: mehrschzeit die eltre Leit spreche bissche anaschte wie die Jingschte jetzt schon. E1: interessant. [...] I2: mea wohne unner in Santa Emília unn die wohne doh in Linha Brasil. E2: aham. [...]	E2: Vocês ainda têm outras palavras (exemplos)? I3: na maioria das vezes os mais velhos falam um pouco diferente do que os mais jovens. E1: interessante. [...] I2: nós moramos em Santa Emília e eles moram em Linha Brasil. E2: sim. [...]
--	---

Fonte: Banco de dados do ALMA-H

Na próxima entrevista (cf. quadro 05) temos um informante (I1) do grupo CaGII (mais escolarizado e da geração mais velha) que afirma ter boêmios em Linha Isabela (Linha Isabel) e reforça que são da Áustria. Percebe-se que para a GII os boêmios são considerados austríacos, o que não pode ser confundido com a Áustria atual.

QUADRO 05

Imigrantes boêmios: entrevista RS12_CaGII do Projeto ALMA-H.

RS12_CaGII_AIII	RS12_CaGII_AIII
E1: entrevistador I1: informante	E1: entrevistador I1: informante
E1: Welche Sproche gibt's hier?	E1: Quais línguas têm aqui?
I1: Da sinn mehrschte deutschsprachige, die Behmer do in Linha Isabela, [...] do sinn die mehrschte Behmer hinn gewannert, von <i>Áustria</i> . Unn die anre Gegend do woa schon mehr alles schon von Deutschland her komm sinn.	I1: a maioria fala alemão, os boêmios aqui em Linha Isabela, [...] ali a maioria dos boêmios foi morar, da Áustria. E do outro lado já eram todos que vieram da Alemanha.
E1: uhum. [...]	E1: uhum. [...]

Fonte: Banco de dados do ALMA-H

Para ter acesso a mais informações sobre a vitalidade e o uso da variedade dos boêmios em Venâncio Aires, RS, torna-se necessário a realização de novas entrevistas sociolinguísticas. Deveria-se observar se os falantes utilizam a variedade boêmia ou hunsriqueana em espaços públicos, ou se apenas utilizam o português. Assim como, questionar se os falantes sabem ou lembram da história, da cultura e de onde vieram os grupos que falam outras línguas. Estas informações também são importantes para pensarmos em manutenção ou perda linguística.

Sobre a manutenção das línguas de imigração, De Heredia (1989, p.178) leva em conta “o peso das atitudes que tem os locutores em relação a sua língua, à língua da maioria, ao bilinguismo, ao purismo linguístico, mas também aos valores à identidade cultural de origem, ao biculturalismo, etc”. Segundo a autora, se os falantes das comunidades de minorias conservarem uma boa ligação com sua língua e manifestarem o uso nos espaços familiares e sociais, a transmissão automaticamente estaria garantida. Em resumo, é isso o que desejamos enquanto linguistas e pesquisadores de línguas minoritárias. Estas línguas não podem continuar sendo rotuladas como “certo” e “errado” devido à falta de consciência e de conhecimento linguístico por parte da sociedade.

4 Outras comunidades

Umann (1997) relata que alguns imigrantes boêmios saíram de Venâncio Aires para Conde D’Eu e Campo dos Bugres (hoje Garibaldi e Caxias do Sul). Amstad (1999, p. 98) afirma que houve várias tentativas de povoar a região da serra gaúcha. A primeira ocorreu para ocupar e colonizar Caxias em 1872 com os alemães russos do Volga. Estes não aceitaram o local e foram enviados para a Argentina. A segunda tentativa de colonizar a região da serra foi com um assentamento de 50 famílias da Boêmia, dos quais muitos se dispersaram pela região devido às más condições do solo. Após poucos anos, o Governo Imperial recrutou imigrantes italianos para colonizarem essa região.

Frosi (2000) também menciona o grupo de imigrantes boêmios. Ela cita a comunidade de Linha Boêmios, a qual pertence ao distrito de Nova Milano (Farroupilha), situada ao extremo-sul da área de colonização italiana, divisa com o município de Feliz, RS. Segundo a autora, a Linha Boêmios foi assim denominada pelo fato de algumas famílias de boêmios terem fixado moradia naquela localidade. Esse assentamento provocou um contato linguístico direto entre boêmios e imigrantes italianos.

Uma publicação do Instituto Hans Staden¹³ aponta alguns sobrenomes de famílias emigradas da região da Boêmia para o Brasil. O estudo também informa as cidades do RS, como Arroio do Meio, Imigrante, Colinas e Crissiumal, onde estes imigrantes boêmios se instalaram e, possivelmente, ainda hoje possamos encontrar descendentes nestes locais. Os livros que descrevem as histórias das famílias Prediger e Wünsch¹⁴ também

13 Para mais informações acessar: <<http://martiusstaden.org.br/files/conteudos/0000001-0000500/55/98894c6d5b1a2ba59f7ec32cadad286c.pdf>> Acesso em 21/09/2015.

14 Artigos sobre a família podem ser acessados em: <http://www.wunsch.com.br/wunsch_

foram importantes para localizar alguns pontos a serem investigados para as pesquisas linguísticas futuras.

Umann (1997) relata brevemente a formação da comunidade de Linha Boêmios, em Agudo, RS. No entanto, o estado atual da pesquisa nos limita a esboçar um mapa, conforme podemos visualizar abaixo, com apenas algumas comunidades de boêmios, pois sabemos que este é um tema que merece pesquisas bem mais aprofundadas e que possivelmente tenha mais comunidades boêmias fixadas pelo RS.

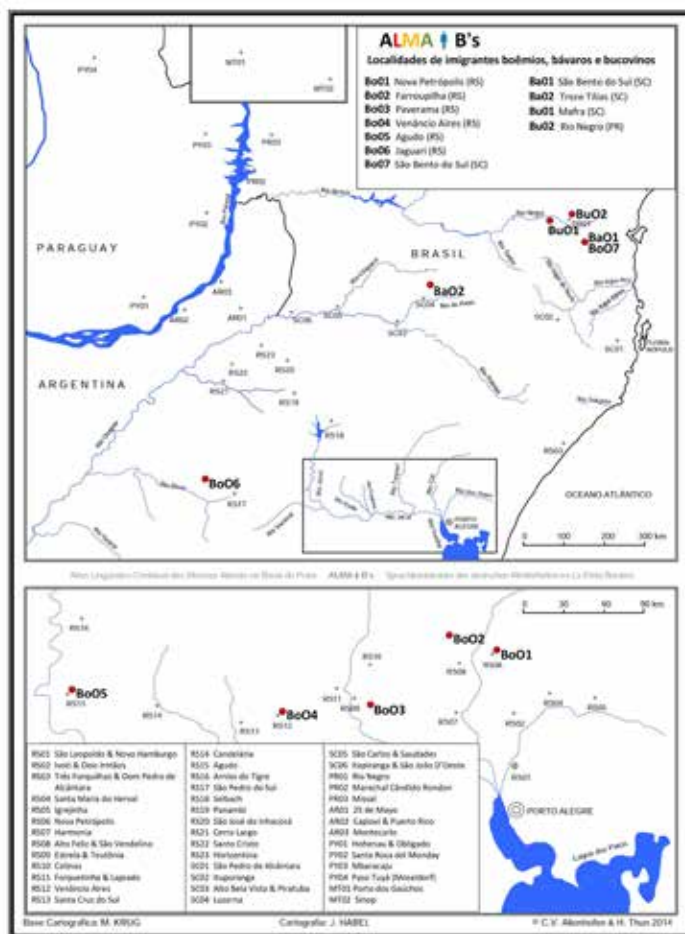


Figura 1 - Cartografia da localização de imigrantes boêmios no Sul do Brasil.¹⁵

Fonte: HABEL, 2014, p. 51.

genealogia.pdf> e <http://www.wunsch.com.br/wunsch_historia.pdf> Acesso em: 24/09/2015.

¹⁵ Cartografia desenvolvida pela autora deste trabalho sobre o mapa-base do Projeto ALMA-H.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como as entrevistas dos pontos de pesquisa do Projeto ALMA-H, presentes no RS, possuem o foco na variedade hunsriqueana, conseguiu-se, até o momento, relatos realizados por falantes de hunsriqueano sobre a variedade boêmia em apenas dois pontos de pesquisa (RS06 e RS12), os quais também correspondem aos pontos Boo1 e Boo4. Alguns dos novos pontos de pesquisa com presença de boêmios (Boo2, Boo3, Boo5, Boo6 e Boo7, cf. a cartografia acima) foram descobertos por meio da literatura consultada. Neste contexto de diversidade, necessitamos de mais pesquisas empíricas para um levantamento mais específico das variedades boêmias ou dos resquícios da fala que se sobressaíram em meio aos contatos linguísticos. No momento, temos muito mais questionamentos do que respostas referentes à língua, à história e ao atual comportamento dos boêmios em comunidades de fala do RS.

Na concepção da sociolinguística, as línguas devem ser vistas como variáveis instáveis e em constante desconstrução e reconstrução. Este processo variacionista acontece tanto com a língua portuguesa, que é considerada padrão e majoritária, como com as línguas brasileiras de imigração como as variedades do alemão, italiano e outras. Por isso, é natural que os falantes percebam as mudanças na sua fala e na fala das comunidades vizinhas, conforme os dados transliterados nos quadros 02, 03 e 04. Nestes exemplos, os informantes fizeram a comparação de palavras nas duas variedades (boêmio e hunsriqueano) e citaram exemplos de pronúncia em ambas as variedades de fala.

No entanto, de certa forma nos parece haver uma falta de interesse por parte dos linguistas em pesquisar as variedades de grupos minoritários, como a exemplo dos ascendentes de boêmios que vivem bem mais isolados do que outros grupos étnicos. O que também dificulta o estudo sobre a localização deste grupo e da identificação da variedade linguística dos mesmos é a classificação equivocada de que são austríacos, ou um grupo que simplesmente fala alguma variedade de alemão mais *Standard*.

Embora tenhamos que reconhecer que os boêmios são descendentes de alemães da Bavária, não podemos, de forma generalizada, identificá-los como alemães que possuem a mesma língua e cultura, dado as diferentes migrações e diferentes contatos linguísticos que fizeram parte da história deste grupo minoritário desde o século XII. Outro desafio importante é saber diferenciar os imigrantes austríacos dos que vieram do antigo Império Austro-húngaro.

Também já encontramos muitas informações no Brasil sobre grupos identificados como “*tchecos*”. Isso exige uma pesquisa muito mais apro-

fundada para que possamos afirmar com mais propriedade sobre quais as cidades que já tiveram ou ainda possuem boêmios. As discussões com a finalidade de encontrar uma denominação única e justa em relação à comunidade de boêmios e à língua por eles falada também ocorrem nas matrizes de origem, Alemanha e República Tcheca (BERGER, 2005).

Apesar dos imigrantes boêmios serem o foco principal deste estudo, não poderíamos deixar de mencionar outros grupos minoritários de origem próxima, representados pelos bávaros (Ba) e bucovinos (Bu), tendo em vista sua origem comum no então Império Austro-húngaro (cf. fig. 1 acima). As origens topodinâmica (THUN, 1998) e linguística dos bávaros, boêmios e bucovinos estão na base dialetal da Bavária (*Bayern*).

Por fim, o presente estudo buscou suprir algumas lacunas existentes no mapeamento das línguas brasileiras de imigração, mais especificamente sobre os descendentes de boêmios. No entanto, sabemos que ainda precisamos registrar e analisar a fala dos boêmios, enquanto existirem falantes dessa variedade linguística. Uma ação linguística importante nas próximas etapas da pesquisa será “ouvir os falantes” da variedade boêmia, como afirmou o informante I3 do quadro 03: “se eles estivessem aqui, aí saberíamos como eles falam”. Tendo em vista o número reduzido de falantes do boêmio nas comunidades cartografadas, vemos que se torna urgente realizar o levantamento de dados linguísticos e a descrição da fala, salvaguardando mais este bem cultural e imaterial que possuímos em território brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ALTENHOFEN, Cléo V. & KLASSMANN, Mário (Orgs.). *Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS): Cartas Semântico-Lexicais*. 2ª. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.
- ALTENHOFEN, Cléo V. *Hunsrückisch in Rio Grande do Sul. Ein Beitrag zur Beschreibung einer deutschbrasilianischen Dialektvarietät im Kontakt mit dem Portugiesischen*. Stuttgart: Steiner, 1996.
- _____. Migrações e contatos linguísticos na perspectiva da geolinguística pluridimensional e contatual. In: *Revista de Letras Norte@mentos*, Sinop, v. 6, 2013b, p. 19-43.
- _____. Dachsprachenwechsel und Varietäten Abgrenzung im Kontakt zwischen hunsrückisch und portugiesisch in Brasilien. In: *Festschrift für Harald Thun zum 60. Geburtstag*. Kiel Westensee-Verlag, 2014b.
- ALTENHOFEN, Cléo V.; FREY, Jaqueline; KÄFER, Maria L.; KLASSMANN,

- Mário S.; NEUMANN, Gerson R.; SPINASSÉ, Karen Pupp. *Fundamentos para uma escrita do Hunsrückisch falado no Brasil*. Revista Contingentia, v. 2, 2007, p.73-87.
- ALTENHOFEN, Cléo V.; MORELLO, Rosângela. Rumos e perspectivas das políticas linguísticas para línguas minoritárias no Brasil: entre a perda e o inventário de línguas. In: *Encontro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas* (6.: 2013 nov. 23-25: Porto Alegre, RS). FARENZENA, Nalú (org.). Porto Alegre: UFRGS, 2013, p. 19-26.
- BAUER, Otto. *Die Nazionalitätenfrage und die Sozialdemokratie*. Vienna: Pasing and especially. 1907.
- BERGER, Tilman. Böhmisches oder Tschechisch? Der Streit über die adäquate Benennung der Landessprache der böhmischen Länder zu Anfang des 20. Jahrhunderts. In: *Sprache und nationale Identität im öffentlichen Raum der Kafka-Zeit*. Hrsg. von NEKULA, M.; FLEISCHMANN, I.; und GREULE, A., 2005.
- CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.
- DE HEREDIA, Christine. Do bilingüismo ao falar bilíngüe. In: Vermes, Geneviève & Boutet, Josiane [orgs.]. *Multilingüismo*. Trad. Celene M. Cruz et al. Campinas (SP): Ed. da UNICAMP, 1989, p.177-220.
- FINKLER, Arthur. Os imigrantes alemães em Venâncio Aires. In: *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 4, n. especial (ago. 1999), 1999, p. 25-33.
- FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Canção dos imigrantes*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes / Universidade de Caxias do Sul, 1983.
- FROSI, Vitalina Maria. Os dialetos italianos no Rio Grande do Sul: convivência e mescla linguística. In: CARBONI, Florence e MAESTRI, Mário. *Raízes Italianas do RS (1875-1997)*. Passo Fundo: UPF, 2000.
- HABEL, Jussara M. *Fundamentos para um estudo da(s) língua(s) dos imigrantes boêmios no Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso orientado por Altenhofen, Cléo V.; 68f.; 2014.
- HORST, Aline. *Variação e contatos linguísticos do vestfaliano rio-grandense falado no Vale do Taquari*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Programa de Pós-Graduação em Letras, 2014.
- LANG, Guido. *Colônia Teutônia – História e Crônica (1858-1908)*. São Leopoldo, Gráfica Sinodal, 1995.

- SIEGEL, Jeff. Koines and koineization. In: *Language in Society*, v. 14, 1985, p. 357-378.
- SCHOLL-SCHNEIDER, Sarah. "Aber mein Mann wollte nicht mehr, der wollte nach Hause zurück". Die option der Remigration für die deutsche Auswanderung aus dem östlichen Europa in Übersee. S. 132-149, In: *Jahrbuch für Deutsche und Osteuropäische Volkskunde*. Münster: Waxmann Verlag. Band 54, 2013.
- THUN, Harald. Movilidad demográfica y dimensión topodinámica. Los montevidéanos en Rivera. In: Radtke, Edgar & Thun, Harald [orgs.]. *Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie*. Kiel: Westensee-Verl., 1996, p. 210-269.
- _____. La geolingüística como lingüística variacional general (com exemplos del Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay). In: *International congress of romance linguistics and philology* (21: 1995: Palermo). Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza. Org. Giovanni Ruffino. Tübingen: Niemeyer, v. 5, p.701-729, incluindo resumo dos tópicos principais da seção 5, 1998, p. 787-789.
- _____. Variety complexes in contact: A study on Uruguayan and Brazilian Fronterizo. In: AUER, Peter & SCHMIDT, Erich (eds.). *Language and space: An International Handbook of Linguistic Variation*. Vol. 1: Theories and methods. Berlin: De Gruyter Mouton, 2010, p. 706-723.
- UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio*. [Edição bilíngüe] Trad. e notas Hilda Agnes Hübner Flores. 3. ed. Porto Alegre, EST/Nova Dimensão. Coleção Imigração Alemã; 13; 108 p. [1938] 1997.
- VOGT, Olgário Paulo. A morte entre os descendentes de imigrantes boêmios de Venâncio Aires, RS. In: ARENDT, Isabel Cristina & WITT, Marcos Antônio (orgs.). *História, cultura e memória: 180 anos de imigração alemã*. Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras (7.: 2005 : Teutônia e Westfália/RS). São Leopoldo: Oikos, 2005, p. 123-135.
- WALLAUER, Erno. *Paverama: Anotações sobre o povo e a cultura*. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2013.

Recebido em 14/1/2016

Aprovado em 23/5/2016

JORGE AMADO E IVAN PEDRO DE MARTINS: APARAS DE UMA HISTÓRIA APAGADA

JORGE AMADO AND IVAN PEDRO DE MARTINS: REMNANTS OF AN ERASED HISTORY

Aline Rullian Germann Woloski¹

RESUMO

Considerando que a literatura é um sistema vivo, novas descobertas e acréscimos fazem parte de seu processo de renovação e continuidade. Este estudo é o primeiro resultado do pós-doutoramento iniciado em 2015 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O corpus é inédito e compõe um acervo de mais de 1400 documentos que registram o autoexílio do escritor Jorge Amado durante os anos de 1941 e 1942 em Montevideu e Buenos Aires. Em meio a tantos documentos, delimitou-se como objeto de pesquisa a correspondência e documentos trocados entre Jorge Amado e Ivan Pedro de Martins, que, neste momento, pertenciam à ANL e redigiam algumas de suas mais importantes obras para a literatura brasileira. O mineiro Ivan Pedro de Martins, que viria a ser reconhecido como um dos escritores de literatura de fronteira do Rio Grande do Sul, vivia, assim como Jorge Amado, em autoexílio. Foi exatamente a adversidade que aproximou Martins da região fronteira de São Gabriel, onde seu sogro tinha uma Estância. Foi ao vivenciar a lida diária do homem do campo do Rio Grande que escreveu *Fronteira Agreste* (1944) e *Caminhos do Sul* (1945), leituras fundamentais para os que querem conhecer a ficção gaúcha. Além da importância histórica e literária, as correspondências inéditas comprovam a amizade entre os dois escritores, uma vez que são a materialidade de opiniões literárias, desabafos sobre a situação do país, relatos de situações pessoais e partilha de vida.

Palavras-chave: Jorge Amado. Ivan Pedro de Martins. Aliança Nacional Libertadora (ANL).

ABSTRACT

Considering literature as a living system, new discoveries and additions are part of its process of renewal and continuity. This study is the first result of a postdoctoral research which began in 2015 at the Federal University of Santa Catarina (UFSC). The corpus is unpublished and composed of a collection of over 1,400 documents recording the writer Jorge Amado's self-exile between 1941 and 1942 in Montevideo and Buenos Aires. Among the many documents, the object of the current research was limited to the correspondence and documents exchanged between Jorge Amado and Ivan Pedro de Martins, both of whom were then members of the National Alliance for Freedom (ANL) and were writing some of the most important works in Brazilian literature. Ivan Pedro de Martins was originally from the state of Minas Gerais

1 Pós-doutoranda na UFSC sob a orientação da Prof^ª. Dr. Tânia Regina Oliveira Ramos, coordenadora do Núcleo de Memória e História da Universidade.

*and would be later acknowledged as one of the “border literature” writers in the state of Rio Grande do Sul, and he was living in self-exile, just like Jorge Amado. It was adversity which drew Martins closer to the border region of Sao Gabriel, where his father-in-law owned a ranch. Upon experiencing the daily life as a Rio Grande country man, he wrote *Fronteira Agreste* (1944) and *Caminhos do Sul* (1945), pieces considered to be fundamental for those who wish to get acquainted with southern Brazilian fiction. In addition to its historical and literary importance, the unpublished correspondence shows the friendship between the two writers: the material expression of literary opinions, venting about the country’s situation, records of personal situations, and life sharing.*

Keywords: Jorge Amado. Ivan Pedro de Martins. National Alliance for Freedom (*Aliança Nacional Libertadora* - ANL).

INTRODUÇÃO

O objetivo dessa pesquisa de pós-doutorado é resgatar, analisar, publicar e divulgar o conteúdo das correspondências trocadas por Ivan Pedro de Martins e Jorge Amado entre 1941 e 1942. O presente estudo é o passo inicial para a concretização deste objetivo, uma vez que traz a luz os dados levantados até o momento. Assim, este primeiro momento, não contempla em absoluto o corpus disponível, uma vez que os documentos que compõem a mala estão sendo cuidadosamente desvendados.

O acervo, sob a coordenação da Prof^a. Dr. Tânia Regina Oliveira Ramos, está armazenado no nuLime, núcleo Literatura e Memória, da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Doado pela Prof^a. Dr. Leonor Scliar Cabral, é composto por aproximadamente 1400 páginas e já recebeu uma primeira catalogação e acondicionado em material próprio. No momento, o acervo está sendo recatalogado a fim de suprimir possíveis faltas que possam ter ocorrido no reconhecimento inicial.

O período em que Martins e Amado permaneceram afastados foi de diferente duração, porém a época em que, concomitantemente², retiraram-se legou um material significativo, que retrata não apenas as atribulações do momento político do Brasil, como também aspectos das suas produções.

O material, apesar de intencionalmente esquecido, não desapareceu. A militante Rosa Scliar, amiga de Jorge Amado, percebendo a importância do que havia ficado, reuniu os documentos e, durante muitos anos, guardou-os em uma mala.

Setenta anos depois, entregou a mala à sua filha, Dr. Leonor Scliar Cabral que confiou à Prof^a. Dr. Tânia Regina Oliveira Ramos o privilégio de abrir a mala e trazer à tona as histórias até então adormecidas. Em meio a

2 1941 – 1942.

tantas possibilidades, a escolha pelas correspondências de Martins e Amado justifica-se pelo interesse em estudar conexões e contribuições recebidas pelo sistema literário rio-grandense de outros, oriundos de regiões e escritores com realidades e culturas diversificadas.

Os escritores Ivan Pedro de Martins e Jorge Amado são reconhecidos por suas colaborações, contribuindo para a literatura das regiões a que dedicaram sua atenção. Os estudos sobre suas obras são variados, porém o levantamento e análise do material de correspondência entre ambos é totalmente inédito. Realizar o estudo das cartas trocadas por Martins e Amado, assim como seus conteúdos, acrescenta a nossa historiografia literária um capítulo que aguarda análise e redação.

1 Da amizade e seus rastros

Grande parte das pessoas guarda diversos documentos pessoais, tanto os de caráter oficial como os que registraram momentos íntimos. A verdade é que, com o passar dos anos, além comprovações e recordações de acontecimentos, eles deixam para as futuras gerações pistas de que aqueles eventos realmente ocorreram. Dessa forma, é muito comum encontrar famílias que reconstroem trechos perdidos de suas histórias por meio destes rastros.

Ao longo da história da humanidade, diversos eventos, cuja divulgação e manutenção não eram de interesse de um grupo, eram apagados com a ausência de registros ou ainda com a destruição de outros. Acerca destes apagamentos, Derrida (2002) destaca que sabemos que algo em nós, inclusive sob um olhar psíquico, orienta-se para a destruição inadvertida do rastro e é daí que surge a necessidade do arquivo. Enquanto alguns preferem esquecer, outros procuram garantir a informação, pois, da mesma forma que existe o impulso de eliminar a memória e fatos considerados desagradáveis, é inerente ao homem o ímpeto de contar histórias e memorializá-las. Jacques Derrida (2002:44), em “Archive fever in South África”, exemplifica situações em que a necessidade do apagamento contrapõe-se à memória:

Os ataques a museus, arquivos e instituições culturais que acompanham a limpeza étnica na Bósnia e alhures; a supressão deliberada de memórias pelo regime do apartheid na África do Sul e a representação da luta contra o apartheid como “luta entre memória e esquecimento.

Se de um lado a manutenção dos registros garante aos que estão em posição privilegiada o direito a defesa e/ou ataque, os que não estão podem utilizá-la como forma de chegar ao poder ou de criticar os que lá estão. Apagamentos aparecem em disputas ideológicas em vários períodos históricos. Um exemplo que ilustra tal afirmação é a famosa foto de Lênin alterada por Stalin na qual a imagem de Trotski é apagada por ele ser opositor ao regime de Stalin.

Se no caso de Lênin e Trotski o apagamento foi intencional, em algumas situações, ele ocorre por acidente, tendo os mais variados motivos. Guerras, incêndios e desastres naturais já consumiram importantes registros, nunca recuperados.

Os acervos são os espaços que abrigam lembranças e episódios da vida pública e privada salvos da ação do homem e do tempo. Philippe Ariès (2013:45), sobre a questão do arquivamento, afirma que:

A morte, o corpo posto no esquife, o enterro e, depois, na casa do defunto, uma descoberta: uma mala conservada sob o leito do morto. Seu outro corpo. No cofre, um conjunto de papéis pessoais, coleção de lembranças de episódios de vida: segredos, um “jardim secreto”, aqui; um engajamento político ali, uma ‘paixão ou doença... a abertura da mala e a leitura dos arquivos de uma vida; desvelamento do que foi subtraído para ser conservado. Se muitas vezes nos interessamos pela natureza dos arquivos pessoais e pelas práticas que lhes dão origem – a correspondência ou o diário íntimo – e, conhecemos bem as maneiras de fazer, os modelos convencionais, os modos de transmissão e as modalidades de leitura, por outro lado, nada ou quase nada sabemos dos modos de fabricação desse arquivo.

Foi exatamente por este motivo que, até pouco tempo atrás, mais precisamente até o ano de 2012, que o período de exílio no Uruguai e Argentina de Jorge Amado ficou sem maiores detalhes. Os documentos envolvendo aspectos sociais e pessoais deste curto período, entre 1941 e 1942, ficaram, literalmente, esquecidos em uma mala.

Tais documentos são de extrema importância pois, além de serem a materialidade da relação profissional e da amizade entre ambos, também é uma representação do momento pelo qual o Brasil passava.

Em 1941 e 1942, período de correspondência entre Ivan Pedro de Martins e Jorge Amado, o Brasil encontrava-se sob um regime autoritário

chamado Estado Novo, cujo líder era o presidente Getúlio Vargas. Esta forma de organização governamental censurava e reprimia a oposição e ideologias consideradas subversivas, caso do comunismo.

A Aliança Nacional Libertadora, que, além da amizade, era um dos vínculos que uniam Martins e Amado, era uma organização política que fazia oposição ao governo do período com características comunistas. Sobre a ANL, Boris Fausto (2006:197) afirma:

O programa da ANL tinha conteúdo nacionalista. Nenhum de seus cinco itens se dirigia especificamente aos problemas operários. Eram eles a suspensão definitiva do pagamento da dívida externa; a nacionalização das empresas estrangeiras; a reforma agrária; a garantia das liberdades populares; a constituição de um governo popular; a constituição de um governo popular, do qual poderia participar qualquer pessoa na medida da eficiência de sua colaboração.

A formação da ANL se ajustou à nova orientação dada ao PCB que vinha do Comintern, defendendo a criação de frentes populares, em todo o mundo contra a ameaça fascista. A ANL seria o exemplo de uma frente popular adaptada às características do chamado mundo semicolonial, reunindo vários setores sociais dispostos a enfrentar o fascismo e o imperialismo.

Da mesma forma que Amado, em função da forte repressão aos membros da Aliança Nacional Libertadora, Ivan Pedro de Martins buscou refúgio. Enquanto o famoso escritor baiano já era reconhecido amplamente por sua produção literária, o mineiro Ivan escreveria sua obra mais representativa durante o exílio.

Se o autor de “Mar morto” retirou-se, respectivamente, para Montevideu e Buenos Aires, Ivan Pedro de Martins refugiou-se na estância do sogro na região do pampa gaúcho, mais especificamente na cidade de São Gabriel. É neste espaço, repleto da tradição gaúcha e, assim como o restante do País, em ampla modificação, que foram redigidas as obras “Frenteira agreste”, “Caminhos do Sul” e “Casas acolheradas”. Juntos, os títulos compõem a Trilogia da campanha.

Em depoimento ao professor Antonio Hohlfeldt (1998:19), Martins enfatiza seu interesse no estilo de vida do homem do campo rio-grandense:

Na formação ou na construção de minha obra literária, o que realmente influi foi o encontro de um jovem que carre-

gava uma tremenda carga de erudição ou cultura, erudição pelo muito lido e aprendido, e cultura pela parte digerida, quando passou a tomar contato no Rio Grande com o trabalho diário, miúdo, da gente que trabalha. Da gente que trabalha manualmente. O peão, o posteiro, o tropeiro, o leñheiro, o alambrador, aquela espécie de gente que faz parte de um Rio Grande anônimo e desconhecido.

Apesar dos encontros que já evidenciavam um pensamento político convergente, uma vez que ambos eram membros da ANL, organização com características comunistas e inspirada nos Bolcheviques da Revolução Russa de 1917 liderados por Lênin, foi somente a durante o período de afastamento a que ambos se submeteram que os laços de amizade estreitaram-se.

Ivan Pedro Martins, mais do que um membro da ANL, era o Secretário Político da organização e, por este motivo, um dos principais responsáveis pelo movimento. Em 1934, a Aliança Nacional Libertadora decidiu iniciar uma ampla movimentação nacional, iniciando pelo Norte do País, culminando na Intentona Comunista de 1935. Frustrada a tentativa, Martins refugiou-se na fazenda de seu sogro, Camilo Mércio, localizada na região de São Gabriel, próxima à fronteira entre Brasil e Uruguai.

Ao lado da esposa, Mary Mércio, passa a vivenciar a rotina da fazenda, inteirando-se dos perfis das pessoas, da estância e da imaginária fronteira que separava Brasil e Uruguai. É neste cotidiano que o mineiro de Abadia de Pitangui inspirou-se para escrever sobre o Rio Grande do Sul. Segundo Antonio Hohlfeldt (1998), a contribuição de Ivan Pedro Martins consiste na abordagem explícita da vida dos homens marginalizados dessa sociedade, a partir dos próprios espaços físicos e geográficos que ocupam, evidenciando que também a localização dos povos não é nem gratuita nem destituída de sentido.

Enquanto trabalhava na que seria a sua grande obra, Ivan Pedro Martins mantinha seus ideais vivos e, mesmo tão distante da efervescência de sua organização política, continuou a sua militância por meio de correspondências trocadas com colegas da ANL. Destaca-se neste grupo, o escritor baiano Jorge Amado que, assim como Martins, retirou-se motivado pela perseguição política do governo ditatorial brasileiro.

Jorge Amado, atendendo a um pedido do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e fugindo, assim como Martins, de repressões políticas da posição, estabeleceu residência no Uruguai. Uma vez instalado, Amado começou a reunir materiais que pudessem servir à ANL contando, para isso, com companheiros de movimento, caso de Ivan Pedro Martins. Além dos

contatos que realizou, aproveitou a tranquilidade da nova moradia para pesquisar sobre a vida do líder Luiz Carlos Prestes e escrever sobre a sua vida. O objetivo era publicar a biografia do responsável pela Intentona Comunista em português e espanhol.

Enquanto o autor baiano dedicava-se aos seus estudos, Ivan Pedro de Martins iniciou-se a redação das obras que marcariam a sua carreira de escritor. Nestes livros Martins abordou aspectos envolvendo organização do social, diferenciação entre as classes e os antagonismos culturais e econômicos. A correspondência trocada com Jorge Amado segue o mesmo padrão de repensar o histórico de forma a resultar em um estudo que processe e apresente os fatos pelos quais, principalmente o pampa gaúcho, passou durante o seu afastamento da capital do País. Assim como Cyro Martins e a sua Trilogia do gaúcho a pé, Ivan Pedro de Martins retrata episódios e costumes de forma a complementar a tradição literária gauchesca da década de 1940.

Com o fortalecimento do regime repressor, que buscava manter o regime ditatorial, muitos encontraram como única saída o exílio. Aqueles que não foram exilados ou auto exilaram-se ficaram no país mantendo o movimento vivo e, muitas vezes, servido de ponte entre os saudosos de sua terra natal e suas famílias.

Devido à forte fiscalização do grupo de inteligência do Estadista Getúlio Vargas, as correspondências que entravam e saíam do País por meio dos membros da ANL eram uma das únicas formas de permitir a troca de materiais acerca deste movimento além, é claro, de possibilitar o contato com familiares.

Em meio aos vários membros da ANL que sofreram as consequências por colocarem-se contra o governo vigente, além de Jorge Amado, estava o escritor mineiro Ivan Pedro de Martins. Seus caminhos já haviam se cruzado anteriormente, caso da organização, em 1935, do I Congresso da Juventude Operária-Estudantil.

Apesar dos encontros, que já evidenciavam um pensamento político similar, foi somente durante o período de afastamento a que ambos foram submetidos que os laços de amizade estreitaram-se.

O material que comprova a amizade e colaboração mútua entre os dois escritores é composto por envelopes, que registram entrada e saída de informações do Brasil, de Montevideo e da Argentina; discussões sobre literatura, incluindo análise de produções e compartilhamento de textos inéditos; notícias do que se estava fazendo como representante da ANL nos locais em que estavam exilados e o que os demais companheiros de organização estavam fazendo; e de relatos de aspectos pessoais e impressões que

compartilhamos somente com pessoas próximas.

Além de servirem como elo de conexão com a realidade política do Brasil e com os trabalhos literários desenvolvidos, as cartas também eram o meio de estabelecer comunicação com a família sem o olhar atento da censura. Nem sempre obtinham sucesso, mas, algumas vezes, ao remeter a carta para Ivan Pedro de Martins, Jorge Amado conseguia que as notícias fossem reenviadas pelo amigo e, assim, chegassem em seu inteiro teor. Os envelopes abaixo são exemplos destas tentativas:



Figuras 1 e 2: Envelopes de cartas enviada à Matilde Amado, primeira esposa de Jorge Amado.

Fonte: Acervo do nuLime – Núcleo de Literatura e Memória da UFSC

Nos envelopes acima, podemos observar que a correspondência foi encaminhada a Ivan Pedro de Martins a fim de que fosse reenviada para Matilde Amado, primeira esposa de Jorge Amado e mãe da sua primeira filha, Lila, falecida na adolescência. Na primeira, não se obteve sucesso quanto à censura, uma vez que o conteúdo passou por revisão antes de chegar ao seu destino final. Porém, no segundo envio, a correspondência chegou sem ressalvas de nenhum órgão, garantindo, assim, a integralidade de seu conteúdo.

Para que as correspondências chegassem ao seu destino, tanto Jorge Amado como Ivan Pedro de Martins contavam com ajuda de outros companheiros de causa, que, a exemplo de Ivan Pedro, redirecionavam a correspondência quando necessário. O remetente da carta abaixo, quando Jorge Amado já estava na Argentina, exemplifica esta situação:



Figuras 1 e 2: Frente e verso de envelope de carta enviada a Ivan Pedro de Martins por Jorge Amado. Ver remetente: M. R. Oliver. Amado.

Fonte: Acervo do nuLime – Núcleo de Literatura e Memória da UFSC

As correspondências evidenciam tanto a militância política como a amizade entre os escritores, uma vez que os conteúdos abordam desde questões envolvendo a ANL e opiniões acerca das produções literárias de ambos. Em uma carta enviada a Jorge Amado, a quem chamava de “Velho Jorge”, Martins, já no parágrafo inicial, tece comentários acerca da situação no Brasil e faz referência a Castro Alves, tema da obra “O ABC de Castro Alves”, de Amado³:

Montevideo, 21 de outubro de 1941.

Velho Jorge,
Um abraço.

O Pompeo³ já deve ter chegado e com ele as notícias de interesse de caráter local e algumas coisas do Brasil e do estrangeiro. Recebi sua carta e concordei plenamente com suas observações referentes à defesa da explosividade viril de Castro Alves. Achei difícil dar à carta um ar de estudo, no entanto resolvi preparar uma introdução e depois ir intercalando observações à medida que a ocasião se apresentava.

A carta segue com a análise de aspectos sobre a vida de Castro Alves, informa sobre pesquisas para futuros textos e de uma possível comunicação que ocorreria. Conclui de forma informal e afetuosa, deixando claro que, em outra oportunidade, continuariam a debater o assunto.

Sobre a obra “O ABC de Castro Alves”, Ivan Pedro de Martins redigiu um longo ensaio, enviado a Jorge Amado em 7 de outubro de 1941. O estudo, composto por nove páginas, comenta de maneira minuciosa a obra recém pronta. Era uma frequente a troca de opiniões sobre escritos ainda inéditos. Ivan Pedro de Martins, solicitando também uma opinião do amigo, envia a Jorge Amado o conto “Não vale a pena ser mãe...”. O cuidado e o respeito com a produção do companheiro de ANL fica evidente logo no início da carta:

Montevideo, 7 de outubro de 1941.

Querido e velho Jorge:
Um abraço.

Na vez passada lhe prometi opinar e opinar com seriedade sobre seu livro e estive uns três dias tratando de amadurecer o que tinha a dizer,

³ Agente literário de Jorge Amado.

depois de lê-lo, como lhe disse, três ou quatro vezes e marcá-lo para ordenar a opinião.

O artigo, sobre o qual posteriormente será realizado um detalhado estudo devido a sua qualidade e importância, segue com uma retrospectiva de obras anteriores de Jorge Amado, com o intuito de comparar os escritos anteriores e enaltecer o crescimento profissional do baiano. A amizade e admiração de Ivan Pedro e Jorge Amado são reafirmadas ao final da análise:

O ABC é um trabalho para ser levado às escolas, aos quartéis, aos clubes, a toda a parte e dizer “Eis aqui uma vida digna de ser conhecida, quem a escreveu a tem por norma. E há muito por diante, Velho Jorge. Agora é marchar. Outras cadeias por romper, como diz você. Que você possa produzir ainda muito, para que no Brasil e no mundo se possa continuar ouvindo a voz divina que canta:

Vós que o templo das ideias
Largo – abris às multidões
P’ra o batismo luminoso
Das grandes revoluções.

Você, herdeiro e irmão dessa voz, responde agora com o ABC que é todo um canto de guerra. Adiante, Jorge, e novamente obrigado, por mim e pelos milhares que não lhe podem dizer tudo o que lhe digo agora. Seu livro é um grande livro, digno de você. E ficará.

Aqui termino para que não saia um novo volume sobre o ABC. Creio que fiz o que prometi, demorei, mas quando opinei agarrei quanto cabelinho podia ser agarrado. Você naturalmente verá nessa carta o pensamento de alguém que muito lhe quer e admira.

A carta/ensaio exalta as qualidades da obra e de seu autor, porém é séria, à medida que evidencia o que pode ser melhorado. As palavras enviadas e recebidas são importantes pois, além de expressarem uma respeitosa amizade, passam a ser fonte de pesquisa e conhecimento pelos seus aspectos técnicos. Mais do que envidar outro, procuram ser fiéis ao fazer literário. Tornam-se, portanto, meios de estudos críticos das obras de ambos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo é o início de uma série de artigos que pretendem divulgar o material acerca de Jorge Amado e Ivan Pedro de Martins durante o período de autoexílio de ambos. Logo, a conclusão deste trabalho consiste em um ponto de partida para um próximo.

A reunião dos rastros deixados por Jorge Amado e Ivan Pedro de Martins vão, conjuntamente, dão corpo a um período apagado pela, até então, ausência de pistas. Os anos de 1941 e 1942 deixam de ser lacunas e passam a ser fatos com o surgimento destes documentos guardados por setenta anos em uma mala.

Uma simples decisão, a de não descartar papéis deixados para trás, garantem a memória, a continuidade de análises sérias, o compartilhamento de textos e trabalhos e o registro de uma amizade que influenciou a vida e a obra dos dois escritores, Jorge Amado, um dos responsáveis pela manutenção dos costumes, belezas e culturas do povo baiano, e Ivan Pedro de Martins, o mineiro que tão bem representa a literatura de fronteira do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Castro. *Espumas flutuantes*. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- ARTIÈRES, Philippe. *Arquivar-se: a propósito de certas práticas de autoarquivamento*. In: HEYMANN, Luciana; ROUCHOU, Joëlle; Travancas; Isabel (Org.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiência de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013.
- AMADO, Jorge. *O ABC de Castro Alves*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- AMADO, Jorge. *Vida de Luís Carlos Prestes: o cavaleiro da esperança*. São Paulo: Martins, 1942.
- DERRIDA, Jacques. *Archive Fever in South África*. In: Carolyn Hamilton et al. *Refiguring the archive*. Dordrecht: Kluwer, 2002.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella (Org.). *Prezado senhora, Prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HEYMANN, Luciana; ROUCHOU, Joëlle; Travancas; Isabel (Org.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiência de pesquisa*. Rio de Janeiro:

- Editora da FGV, 2013.
- HOHLFELDT, Antonio. *Trilogia da campanha: Ivan Pedro de Martins e o Rio Grande invisível*. Porto Alegre: IEL: EDIPUCRS, 1998.
- MARTINS, Ivan Pedro de. *A flecha e o alvo: a intentona de 1935*. Porto Alegre: Movimento, 1994.
- MARTINS, Ivan Pedro de. *Fronteira agreste*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1960.
- MARTINS, Ivan Pedro de. *Caminhos do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1946.
- MIRANDA, Wander Melo; SOUZA, Eneida Maria de (Org.). *Crítica e coleção*. Belo Horizonte: Editora da UFMG
- RAMOS, Tânia Regina Oliveira. *Fragmentos para uma história ainda não escrita: Jorge Amado e o Partido Comunista no exílio 1941-1942*. Navegações: revista de cultura e literaturas de língua portuguesa, Porto Alegre, v.5, n.2, p. 156-161, 2012.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

Recebido em 15/2/2016

Aprovado em 20/6/2016

A CIDADE, O CAMPO E O TEMPO: PORTO ALEGRE E ANTÔNIO CARLOS TEXTOR

*THE TOWN, THE COUNTRY, AND THE TIME:
PORTO ALEGRE AND ANTÔNIO CARLOS TEXTOR*

Alexandra Lis Alvim¹

RESUMO

Escolhas espaciais em produções cinematográficas podem revelar muito sobre as visões de mundo de seus realizadores. Nos tempos da Ditadura Militar, o mundo urbano ampliou abruptamente suas dimensões: questões sobre campo e cidade se atrelaram, definitivamente, a concepções sobre modernidade. Esse artigo pretende observar como isto aparece no cinema produzido no Rio Grande do Sul, um estado tradicionalmente rural onde, na década de setenta, anos de êxodo rural e modernização conservadora nacional, faziam sucesso os melodramas de Teixeira, herói de valores atrelados ao campo. O artigo, por fim, pretende relacionar tais questões com o curta-metragem “A Cidade e o Tempo”, de Antônio Carlos Textor, que ressalta, e ao mesmo tempo questiona, as transformações urbanas na Porto Alegre dos tempos ditatoriais.

Palavras-chave: Cidade. Modernidade. Porto Alegre.

ABSTRACT

Spatial choices in movie productions can reveal much of their directors' worldviews. During Brazil's military dictatorship, the urban world suddenly expanded its dimensions: questions about country and town were permanently attached to conceptions of modernity. This article aims to analyze how it appears in the movies produced in Rio Grande do Sul, a traditionally rural state, where, in the seventies, a time of rural exodus and national conservative modernization, the melodramas of Teixeira, a hero of values attached to the country, were a hit. Lastly, the article aims to relate these issues with the short film “A Cidade e o Tempo,” by Antonio Carlos Textor, who points out, while questions, the urban changes in the Porto Alegre of dictatorial times.

Keywords: City. Modernity. Porto Alegre.

“Existiam cercas, souberam de repente, ou não de repente, mais uma vez, e quietamente, souberam como nunca tinham sabido antes, os seis: existiam cercas, concreto, arame farpado, existiam cercas segregando animais e verde (ABREU, C.F., 1977: p.57)”.

¹ Mestranda em História Cultural, Universidade Federal de Santa Catarina. Licenciada em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO – MODERNOS ARES

Para Georg Simmel (2005), a modernidade constitui-se de uma rápida concentração de imagens em mudança, que impõe impressões inesperadas ao sujeito. Considerada como espaço substancial da vida burguesa e da civilização, as cidades são os centros dinamizadores das grandes transformações da vida moderna. Para Michel de Certeau (2013), as cidades, “maquinaria e herói da modernidade”, viraram objetos da razão que as transformaram em espaços próprios, organizados racionalmente; possuidores de um não tempo, substituindo as resistências subjetivas que as sobrecarregavam de passados; e convertendo-as em um sujeito universal e anônimo, que engole todos os seus habitantes em um espaço disciplinar. Decorrentes do peso creditado à industrialização e as novas tecnologias, as sociedades industrializadas tornavam-se tecnocracias, delegando a organização do Estado, e a de todas as áreas da vida, o peso do saber das especializações científicas e tecnológicas, embasadas na busca pela máxima racionalização, eficiência, segurança social e na coordenação em grande escala de homens e recursos: a “era da engenharia social”, em que a “(...) política, a educação, o lazer, o entretenimento, a cultura como um todo, os impulsos inconscientes (...) tudo se torna objeto de exame e de manipulação puramente técnicos” (ROZSAK, 1972, p.19). Nos espaços urbanos isto foi transporto pelas prerrogativas da arquitetura modernista expressadas, a exemplo, na Carta de Atenas que instruía a construção e a divisão das cidades em setores funcionais – e a construção de Brasília pode ser tomada como maior exemplo nacional deste pensamento sobre a cidade.

A mudança rápida e ininterrupta de impressões interiores e exteriores tornaram a grande cidade moderna o *locus* da intensificação da vida nervosa. Nelas, de acordo com Simmel, não é possível reagir com ânimo, com o espírito, como costumam ser as reações ligadas às pequenas cidades e ao mundo rural, mas sim com o entendimento. A existência destes espaços praticamente sempre esteve vinculada a economia monetária, e nas cidades modernas isto ganha um novo nível já que o ritmo industrial vai tingindo os conteúdos da vida de pontualidade, contabilidade e exatidão, visando facilitar a “exclusão daqueles traços essenciais e impulsos irracionais, instintivos e soberanos que pretendem determinar a partir de si a forma da vida, em vez de recebê-la de fora como uma forma universal, definida esquematicamente (SIMMEL, 2005, p. 580-581)”. A objetividade passa a valer para a forma como são tratados os homens, que se tornam números, elementos indiferentes, numa objetificação impiedosa da lógica da produção sempre voltada ao mercado. Desta forma, a crítica de Simmel para a cultura moderna se dá pela forma impessoal com que ela trata todas as coisas, traduzindo-se como a vitória do espírito objetivo sobre o espírito

subjetivo – o espírito moderno, para o autor, é um espírito contábil.

Se a cidade é o lugar do entendimento, o campo é o lugar onde a percepção que prevalece é a do sentimento (SIMMEL, 2005), relacionado como lugar da moralidade e do acordo com a natureza (HEGEL, 1997), às formas naturais da vida, à proximidade para com a natureza (WILLIAMS, 1989). O campo e a cidade pequena se opõem ao cosmopolitismo da metrópole, pois é no campo onde a natureza está mais presente na vida e o ritmo é mais ditado pelo sol do que pela fábrica. A vida se fecha e se encerra em si mesma; ao contrário da metrópole, cujo círculo de visão, as relações econômicas, pessoais e espirituais ampliam-se em progressão geométrica assim que ultrapassam determinado limiar. Se é o centro das realizações, o lugar da racionalidade, da civilização, da ciência, da liberdade, da ruptura com os padrões morais (LEMONS, 1994), a cidade também pode ser vista como o espaço da corrupção, da libertinagem, do anonimato, da mundanidade (WILLIAMS, 1989). Desde a Antiguidade, à dicotomia campo/cidade foram associadas e produzidas um vasto conjunto de imagens que são rastros dos sentidos dados a tais espaços em determinadas circunstâncias temporais, capazes de nos indicar como tais espaços eram percebidos e como se vinculavam às questões políticas, econômicas e sociais de seus tempos.

Pela palavra modernidade entendemos uma gama intensa de processos que deram origem a “uma sociedade *tecno-urbana-massiva-consumista*” (LEMONS, 1994), onde o espaço e o tempo são reelaborados, uma vez que o cotidiano dos homens passa a ser pontilhado pelo racionalismo do industrialismo e da técnica (ORTIZ, 1994), e é sempre impossível dissociá-la de algumas outras palavras como ruptura, progresso, renovação e mudança. Na América Latina, o atraso em relação ao industrialismo e à técnica, fizeram com que a modernidade por muito tempo fosse um ideal a ser almejado, uma questão que se projetava no futuro, uma aspiração que, na falta de materialidade econômica concreta, por muito tempo permaneceu como uma questão estética, por meio do modernismo (ORTIZ, 1994). Diante deste cenário, os processos de metropolização funcionavam como símbolo e instrumento das transformações almejadas, geradores dos impulsos de modernizantes que se pretendiam que se espalhassem sob as nações. No início do século XX, apenas o Rio de Janeiro e Buenos Aires passavam por estes processos, concretizando um conjunto de novas estruturas que acarretavam em um novo tipo de experiência urbana – e por este motivo, simbolizavam as aspirações da alvorada latino-americana da modernidade:

As mudanças que se produzem ante os olhos de seus habitantes, com a aceleração que lhes permitem os implementos

tecnológicos de produção e de transporte, fazem a cidade ser pensada e julgada a partir dessa materialidade que simbolizam as mudanças: o novo procurando atritar o velho (LEMOS, 1994: p.182).

Na década de 1920 o mesmo ocorreria com as cidades de São Paulo e do México. Com a chegada maciça de imigrantes europeus e o início dos processos de modernização que transformaram a cidade, São Paulo começa lentamente a adquirir as feições que a converteram hoje em uma das maiores metrópoles do mundo. A partir daí, instaura-se definitivamente uma tendência que se espalharia pelos principais centros urbanos do continente: era o sinal de que a cidade vencia o mundo rural (LEMOS, 1994), expandindo um conjunto de imagens e instaurando um desejo de viver urbano, pois “(...) a metrópole organiza o imaginário, as utopias sociais, os sonhos irrealizáveis, os debates-histórico-políticos, as paisagens na arte... E o espaço se vai produzindo para materializar todas as idealizações (LEMOS, 1994, p.183)”. Com o governo Vargas e a aceleração do processo industrialização do país, esta tendência ganharia novos e importantes estímulos, a exemplos das políticas implementadas pelos interventores do Presidente nomeados nos âmbitos municipais.

Contudo, a modernidade não vivia só das cidades. No campo, sentia-se o efeito da abertura do país ao mercado internacional, com a introdução cada vez mais intensa de todo um aparato maquinário que dinamizava a produção agrícola. Um processo complexo percebe-se aqui: a técnica fazia da cidade o lugar do entendimento, das realizações, das modernidades e produzia um *“ethos urbano”* e um conjunto de imaginários que incitavam um desejo por viver nos espaços metropolitanos. Ao mesmo tempo, a técnica também adentrava o mundo rural, aumentando os níveis de produtividade e enviando grandes quantidades de alimento que abasteciam os centros urbanos cada vez mais inchados. A técnica, no formato de máquina, fazia desnecessário o trabalho de um grande número de trabalhadores do campo e, simultaneamente, os seduzia para as grandes cidades. Se os impulsos modernizantes em solo nacional remontavam o início a alvorada do século XX, entre 1961 e 1964 o Brasil encontrava-se em uma encruzilhada: de um lado, um projeto reformista revolucionário, que se implementado modificaria a distribuição de riqueza e poder do país. Do outro, o medo do avanço comunista, da revolução social e do caos. No mundo polarizado da Guerra Fria, a opção conservadora, capitaneada pelos militares, prevaleceu no Brasil: uma opção que, instalando uma ditadura que duraria vinte anos, manteve as políticas de modernização “mais uma vez dinamizadas e orien-

tadas pelo alto, pelo Estado, acelerando-as como nunca, embora aprofundando tradicionais desigualdades sociais e regionais (AARÃO, 2014, p.24)”. Entre 1940 e 1980, o Brasil transformou-se por este processo em um país que tinha 31,24% de população urbana para 67,59%.

As reformas modernizantes dos governos nacional-desenvolvimentistas e a modernização conservadora advinda com o golpe militar de 1964 catalisaram este processo, cujos pontos mais intensos parecem ter sido ressoados na década de 1960, pois no censo demográfico de 1970 o Brasil, pela primeira vez, já possuía a maioria de seus habitantes em espaços urbanos.

1 Um herói gaúcho

Nestas décadas de êxodo rural, aos milhões que saíam do campo em busca de novas condições de vida nas cidades e deparavam-se com os contrastes gigantescos que separam uma vida do verde a uma vida do concreto, o cinema também encontrou inspiração e público para invenção de novas histórias. Até a década de 1970, a televisão ainda não contava com o apelo popular que acabaria tomando nas décadas seguintes – este espaço, que antes havia sido ocupado pelo rádio, era ocupado pelo cinema, um dos meios de comunicação mais populares, cujos espaços representavam verdadeiros centros de sociabilidade urbana. Na onda da popularidade dos filmes “*western*” estadunidenses, o cinema brasileiro produziu uma grande quantidade de narrativas que se centravam nos contrastes vivenciados por personagens rurais bondosos, ingênuos, e por vezes heroicos, nos centros urbanos – produções que respondiam a uma demanda clara destes processos de urbanização que o país sofria intensamente. Os filmes de Amácio Mazzaropi, mais conhecido apenas como Mazzaropi, o ator e cineasta que em 1958 abriu a própria produtora para realizar seus filmes de grande sucesso popular, são um dos maiores exemplos deste quadro. Suas narrativas traziam referências culturais e sociais semelhantes às parcelas da população que deixavam o campo rumo à cidade, no caso, àquela que se tornava a maior cidade do país, São Paulo – filmes caricatos que superdimensionavam o conflito cultural entre o homem do campo, bondoso, simples e ingênuo, e o universo citadino, ameaçador (CARNIELLO; SANTOS, 2010).

No Rio Grande do Sul, os filmes de Vítor Matheus Teixeira preencheram este espaço e permitiram que “uma vasta gama da população, que normalmente não tem voz na mídia, se visse representada pela sua própria ótica (ROSSINI, 1995, p.73)”. Teixeira, como era conhecido, era um cantor popular que começou a fazer sucesso no estado com a música “Coração de Luto” no início da década de 1960. Tamanho êxito teve em suas vendas que uma produtora de cinejornais, a Leopoldis-Som, resolveu investir

no cantor e transformar a canção famosa, que narrava a história da mãe do cantor, morta após cair em uma fogueira quando este tinha nove anos de idade, em uma produção cinematográfica. *“Coração de Luto”*, lançado em 1966, foi o primeiro dos doze longas-metragens estrelados pelo cantor e pela acordeonista Mary Terezinha, tornando-o responsável por sedimentar uma tradição cinematográfica no Rio Grande do Sul (ROSSINI, 1995) e dar alguma estabilidade às produções locais, tirando-as do limbo das projeções privadas (BECKER, 1986).

Esta produção marcou o início daquilo que Becker chamaria de “ciclo de bombacha e chimarrão”, uma fase em que as produções do estado voltaram-se para narrativas que tematizavam um passado épico local ou o mundo rural dos pampas, temáticas que se julgavam como “autênticas” do Rio Grande do Sul. Entre 1970 e 1973, na esteia do então “milagre econômico”, o estado conseguiu chegar ao terceiro posto em quantidade de filmes graças aos incentivos do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). O primeiro filme a utilizar estes recursos no estado foi *“Pára Pedro”*, de 1969, dirigido por Pereira Dias e estrelado pelo cantor tradicionalista José Mendes, que seguia a tendência iniciada por Teixeira de transformar uma música em uma produção cinematográfica contando com o protagonismo do cantor, que viria estelar ainda mais dois filmes deste estilo. *“Pára Pedro”* havia sido roteirizado por Antônio Augusto Fagundes, que na época já se destacava como um dos membros mais importantes do Movimento Tradicionalista Gaúcho, o MTG. Fagundes ainda seria responsável por contribuir com a produção de alguns outros filmes deste ciclo, como quando dirigiu a versão cinematográfica de *“Negrinho do Pastoreio”*, estrelado por Grande Otelo, em 1972.

Estas produções cinematográficas denunciavam que, muito além de um conceito administrativo e político, e muito além de ser um mero resultado do processo de acumulação e distribuição de valor na sociedade capitalista, a produção e a consolidação de um espaço como uma região se dá enquanto uma construção cultural, implicando em investimentos afetivos, emocionais e imaginários em um determinado território (ALBUQUERQUE JR, 2008). Pois a eficácia do capitalismo reside na forma como, ao colonizar espaços externos aos homens, ele conforma processos que vem por colonizar também subjetividades, isto é, se a produção dos espaços é associada à história da dominação espacial capitalista, “uma região para realmente existir tem que existir para e nas subjetividades de quem a reconhece (ALBUQUERQUE JR, 2008, p.60).” Um resultado da busca por ordenar e dar sentido ao mundo, a região é a circunscrição de uma espacialidade que passa pela produção de sentidos que são reconhecidos e incorporados como verdades externas e também como verdades ontológicas, definidoras das propriedades dos sujeitos que pertencem a este território.

Estas elaborações de sentido acabam por originar também projetos estéticos, no qual o cinema dito “da bombacha e chimarrão” pode ser tomado como exemplo. Seu surgimento é quase concomitante ao crescimento do interesse pela temática regionalista no estado e associado também ao crescimento do interesse pela música regional. Deste modo, tal qual o próprio MTG, ele inspirava-se na longa produção imagética para o gaúcho que, desde o século XIX, traçava os contornos de um sentimento de pertencimento. Com o cinema, estas imagens ganhavam movimento e reinventavam um modo de ser e estar no mundo, “peculiar” a uma gente brasileira nascida em uma zona de fronteira, montada a cavalo e metida em um sem fim de guerras. O cinema, desta forma, transporta para um novo suporte um conjunto de imaginários, apropriando-se destes e realimentando-os, produzindo novas leituras fruto de novos olhares feitos sob novas circunstâncias e sob novos suportes materiais. A estética campeira, a visualidade do Pampa, a composição de cavalos, cuias, gado e rusticidade, a consequente positivação destas características bucólicas e a atribuição de valores guerreiros agora eram reabastecidas pelas imagens produzidas pela tecnologia da sociedade de massas e passavam a abranger um público receptor cada vez maior que amplificava o potencial de tais imaginários. O cinema, desta forma, dava novos impulsos ao longo processo produtor do “gaúcho” e corroborava com a subjetivação da ideia regionalista que, ao ser encarnada, conforma corpos e processos subjetivos, orientando práticas que atuam sobre a realidade imediata dos sujeitos.



Fonte: Blog de Francisco Cougo²

2 Imagem da reportagem sobre Teixeira na Revista O Cruzeiro, 1967. Imagem e trechos da entrevista disponíveis em: < <http://revivendoteixeirinha.blogspot.com.br/2007/07/eis-o->

Entre as décadas de 1960 e 1980, Teixeirainha transformou-se no artista mais popular do Rio Grande do Sul, tanto por seus doze longas-metragens como por suas canções. Sua obra foi extremamente mal vista pela crítica e por setores classe-média urbanos e intelectualizados, a despeito do sucesso que fazia tanto nas bilheterias dos cinemas como nas vendas de discos. Ao mesclar sua vida pessoal com a profissional em músicas autobiográficas e interpretando sempre a si mesmo nos filmes, Teixeirainha construiu em torno de si uma figura mítica que incorporava diversos elementos identificados como pertencentes a uma determinada imagem viril, guerreira e rústica do gaúcho. Suas obras, imagéticas e musicais, positivavam o mundo do campo como o lugar do gaúcho, o lugar de uma pureza primitiva, por meio de temáticas simples e claras, sem ambiguidades. Nelas, Teixeirainha sempre assumia o papel do herói e do mocinho bondoso e humilde, lutando pelo amor e pelas coisas corretas, envolvido em melodramas sempre junto com sua parceira, Mary Terezinha.

Se a crítica não lhe perdoava pela falta de profundidade, também não sabia compreender que sua obra se preocupava em atender as expectativas de um público humilde que raramente era contemplado pelas experiências cinematográficas – o público dos desterrados do campo, perdidos nas planícies de concreto das cidades; os dos camponeses, desatendidos nos recantos da modernidade. Por outro lado, por preocupar-se em atender as demandas desse público específico, era alvo de outro tipo de crítica por não construir sua imagem vinculando sua produção diretamente ao tradicionalismo (REIS, 2010). Teixeirainha alcançou, desta forma, um posto singular na produção cultural rio-grandense, pois suas produções comerciais direcionadas às massas, promoviam uma releitura do gaúcho associada ao “populacho”. Sua imagem reatualizava este mito, incorporando elementos do tradicionalismo, mas não o seguindo à risca das propostas de Barbosa Lessa e companhia – seu êxito vinha, dentre outras coisas, de sua habilidade em atualizar e manipular velhos códigos, trabalhando com os estigmas do rústico e do grosso que compunham a imagem de seu personagem e o faziam posar, por exemplo, pilchado em meio ao concreto de São Paulo. Nesta construção, Teixeirainha positivava uma região e vinculava-a sua relação de pertencimento ao mundo rural, camponês, traduzido como o lugar da bondade, da tradição, da origem; ao mesmo tempo em que reatualizava características ontológicas dos que se reconheciam parte desta “Querência Amada”,³ o nome de uma de suas músicas mais famosas, transformada em uma espécie de hino informal estadual, e que cuja letra começa com *“quem quiser saber quem sou...”*.

teixeirinha.html >. Acesso em: agosto de 2015.

3 TEIXEIRINHA. Querência Amada. Aliança de Ouro. Copacabana, 1975.

2 A cidade de concreto

Uma aparente contradição emergia: ao passo que prosperavam produções culturais que enfatizavam os temas rurais, vinculando e endossando discursos identitários que associavam o nativo do Rio Grande do Sul ao campo e à rusticidade, o Estado, acompanhando a tendência nacional, volvia-se cada vez mais urbano. Em alguma medida, a estética alimentada e recriada do gaúcho campeiro parecia-se descolar paralelamente ao crescimento em tamanho e importância que os centros urbanos passavam a tomar⁴. Pois se as novas tecnologias de comunicação de massas passavam a divulgar e atrelar à imagem deste território associações com um mundo rural, em 1970, 53% a população do estado já havia se tornado urbana (MONTEIRO, 2006, p.338).

Porto Alegre significava, em termos locais, a cabeça monstruosa do processo urbanização que transformava as antigas capitais das províncias em labirintos caóticos onde se entrecruzava cada vez mais um intenso tráfego de pessoas e automóveis. Em vinte anos, passaria de 394 mil habitantes em 1950 a 885 mil habitantes em 1970 (MONTEIRO, 2006, p. 337). A cidade inchava-se, expandia-se para os lados e para cima, cresciam as cidades em seu torno, nas quais os habitantes dependiam agora, de algum modo, dos serviços que na capital eram realizados - a região metropolitana de Porto Alegre que, em 1950 tinha 500 mil habitantes, em 1970 já tinha ultrapassado a marca de um milhão e meio de pessoas (MONTEIRO, 2006, p. 337). Um grande mar de concreto que se erigia rapidamente e que afirmava um novo tipo de viver cada vez mais distante do verde e mais próximo da modernidade. A despeito de sua importância em termos políticos e econômicos, esse mundo não parecia despertar o desejo de ser retratado pelas telas de cinema. As fartas bilheterias das temáticas regionalistas contrastavam com as parcas das pouquíssimas produções que se interessavam pelo mundo urbano.

Mas isto, claro, quando pensamos nas tentativas de consolidação no Rio Grande do Sul de um cinema que fosse consumido por grandes públicos, como ocorria com os filmes de Teixeira. Fora disso, o fascínio que a arte cinematográfica despertava passava a congregar aficionados, formando grupos de estudo e discussão. Com a gradual entrada de tecnologias mais simples e acessíveis, alguns destes também se transformaram em grupos que produziam filmes amadores, articulando lentamente uma produção experimental e curta-metragista a partir dos anos sessenta na capital

4 A respeito da tensão entre o gaúcho tradicional e a modernidade conservadora ver GOLIN (2014): "O lugar da invenção 'tradicional' na modernidade conservadora" (In. GOLIN, Tau. *Identities*. Passo Fundo: Méritos, 2004).

gaúcha. Tal qual ocorreu em outras partes do país, o surgimento de grupos experimentais propiciava a emergência de novas possibilidades narrativas e imagéticas que podiam funcionar feito “rupturas instauradoras que são capazes de nos oferecer interessantes pistas sobre como a imagem funciona de diferentes modos para diferentes tempos e lugares (BRANCO, 2009, p.7)”.

Um olhar atento para a produção curta-metragista da cidade dos anos sessenta poderia render um trabalho por si só, ao perceber que ali se forjava um cenário embrionário de produções que, sem esperar atender grandes públicos e ter contas com grandes patrocinadores, simbolizavam uma possibilidade de pluralidade e rompimento com as narrativas visuais predominantes – uma possibilidade de experimentar outros tipos de olhares e narrativas a partir do Rio Grande do Sul, encetando novas possibilidades de discurso e direcionando olhares para lugares e sujeitos que, naquele momento, não eram vislumbrados pela cinematografia local. Deste cenário emergiram alguns nomes que se tornariam relevantes para a produção fílmica nas décadas seguintes, como o curta-metragista Antônio Carlos Textor. Em seus pequenos filmes, Textor, que lançou seu primeiro filme em 1965, esboçaria uma preocupação em tratar temáticas urbanas, poetizando suas contradições e seus dilemas, construindo uma filmografia “em função de um clima onde a imagem pura exerce sua força total (BECKER, 1986, p. 39)”.

Em sua vasta produção, a cidade foi um dos temas mais recorrentes, trazendo-a para a tela de forma lírica e crítica. Preocupado em tratá-la por diversas nuances, tematizou a Porto Alegre do poeta Mário Quintana à cidade dos marginais, daqueles que fugiram do campo e não encontraram nada, convertendo a cidade em protagonista de muitas de suas obras. Esta vinculação de Textor com Porto Alegre tornou-se ainda mais explícita com a realização de seu primeira curta em 35mm, “*A Cidade e o Tempo*”, lançado na semana de Porto Alegre de 1970 (PÓVOAS, 2001), onde o autor discorre sobre a relação do espaço e do tempo por meio da história da cidade, explorando criativamente fotografias antigas com imagens em movimento confrontando o espectador com a evolução do lugar.

A obra se insere em um momento peculiar da cidade, que passava por um período intenso de transformações urbanas promovidas pelos militares e pelo dinheiro do período do chamado “milagre econômico”, por meio de

[...] um incrível aporte de capitais (...), da centralização das decisões político-administrativas, de endividamento públi-

co e de controle das resistências da sociedade civil às desapropriações e rápidas mudanças urbanas que descaracterizaram a paisagem de áreas antigas da cidade (MONTEIRO, 2006, p. 340).

Com a concretização do golpe civil-militar em 1964, as capitais dos estados brasileiros passariam a receber uma atenção especial do novo regime, tendo a partir de então seus prefeitos nomeados e seu poder executivo ampliado sobre o papel do poder legislativo, do qual agora apenas tornava-se responsável pela votação dos orçamentos. Tal qual as grandes obras de infraestrutura faraônicas empreendidas pelo regime, como hidrelétricas, barragens e rodovias; as capitais dos estados convertiam-se em palco estratégico de ações dos planos elaborados pelo governo federal, por meio de investimentos em obras modernizantes e de uma nova concepção da gestão de seus espaços, mais centralizadora e planificadora. Pois, os processos de conurbação que inchavam as grandes cidades brasileiras haviam fabricado espaços caóticos que necessitavam ser racionalizados para serem mais bem controlados e administrados pelos grupos que agora detinham o poder. Grandes caldeirões humanos, nelas convergiam os centros de decisões políticas e financeiras locais, e acumulavam-se os ricos, os grupos médios e uma cada vez maior massa de famintos fugindo do campo. Ao mesmo tempo, a modernização do espaço público fazia-se como uma materialização ideológica dos êxitos do regime, ao sugerir um reconhecimento visual e tátil da chegada de novos tempos que retiravam a nação do atraso.

Dentre estes pressupostos, um homem de confiança do governo, o engenheiro e ex-diretor do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, Telmo Thompson Flores assumia Porto Alegre em 1969, posição em que permaneceria até 1975 – período onde as grandes obras do regime e o crescimento econômico que capitalizava as classes médias coexistiam com fase mais sangrenta e autoritária da ditadura (MONTEIRO, 2006). Thompson Flores imprimiu um caráter tecnoburocrático na administração da cidade e promoveu a implementação de uma nova política urbana baseada na concentração de poderes nas mãos do executivo, na realização de grandes obras viárias e no planejamento do crescimento urbano daquela Porto Alegre que crescia vertiginosamente em extensão e altura. Aplicando ferrenhamente o Plano Diretor que havia sido elaborado para a cidade em 1959, Flores investiu na especialização de atividades no espaço urbano e, seguindo as propostas modernistas da Carta de Atenas, dividiu a cidade em zonas funcionais de habitação, trabalho, circulação e lazer (MONTEIRO, 2006). Assim, perseguiu o objetivo de reorganizar a cidade e, principalmente, sua malha

viária. Para isto, fez dela um imenso canteiro de obras de onde nasciam novas avenidas, seis viadutos, alguns túneis e da onde também partiam o alargamento das antigas avenidas e obras de saneamento e eletrificação. Retirou definitivamente os bondes que há cem anos faziam parte da rotina da cidade, priorizando carros e ônibus como transportes urbanos; instalou monumentos, criou novas áreas verdes e reorganizou espaços estudantis e culturais.

A gestão de Thompson Flores alterou profundamente a vida da cidade. Suas intervenções no espaço público atravessaram ruas e bairros, transformando sua visualidade e circulação e gerando inúmeras desapropriações de imóveis em um contexto político tenso e repressivo. Sua escala monumental de obras gerou novas experiências no espaço urbano, instaurando uma outra temporalidade da cidade. A transformação acelerada dos espaços provocava a sensação de uma cidade que era perdida para outra que surgia conduzida pelas mãos do prefeito aliado dos militares. As intervenções se chocavam com espaços centrais que se relacionavam com a memória coletiva e com as identidades atribuídas à cidade. Para proteger a legitimidade das transformações que colocava em curso, a gestão de Thompson Flores produziu e patrocinou uma série de produções, entre crônicas, livros, painéis e esculturas, que recordavam o passado e escreviam o presente como uma continuidade de reformas que a cidade necessitava para modernizar-se. Pois é desta demanda por memória urbana, gerada em tempos de mudanças bruscas que descaracterizavam o espaço, que o roteiro de *“A Cidade e o Tempo”* foi escrito por Textor, entregue e aprovado para receber auxílios da prefeitura. Fazendo parte de uma exposição que Porto Alegre promovia nos Estados Unidos, foi lançado em setembro de 1970 em Indianópolis, dois meses de sua aplaudida estreia na capital gaúcha (PÓVOAS, 2001, p.11).

O rio Guaíba (a denominação adotada pelos porto-alegrenses, ou o lago, a denominação mais correta) é o ponto de partida de *“A Cidade e o Tempo”* - suas águas, suas ilhas, sua vegetação, acompanhadas por uma voz feminina que denuncia:

De minha existência no tempo apenas acumulei uma imagem, uma vertente que ruma desde minha origem mais remota: o rio. Estar de pé tem sido o meu desígnio ao lado dele. Na ordem do imaginário que vivemos, eu e essas águas que a terra nos define somos as mesmas águas que levam o passado à memória.⁵

5 TEXTOR, Antonio Carlos. *A Cidade e o Tempo*. Porto Alegre: Cinimagem, 1970.

A cidade surge através do rio por fotografias antigas que o cineasta articula harmoniosamente com as imagens das águas, dotando-as de sentido e certo movimento. Porto Alegre é uma *“nebulosa dos signos em plenitude”*, um espaço que se construiu a partir de um rio, uma estrutura geográfica cujo passado é imemorial. O rio é sua porta de entrada: por ele a cidade começou a ser povoada, por ele chegamos às imagens da cidade na produção. Elo entre o passado e o presente, o rio é o sujeito observador do tempo, é o mote que Textor utiliza para fincar uma continuidade e um observador quando sua proposta é trabalhar sob a mudança, a ruptura que transforma este espaço junto ao rio.⁶



Ilustração 02: Dos escombros do antigo, surgem os espigões em “A Cidade e o Tempo” (1970) Fonte: Youtube⁷

As fotografias de Virgílio Callegari são colocadas de um modo que quase adquirem movimento, narrando um cotidiano das ruas de uma Porto Alegre antiga, da virada do século XIX para o XX. Elas conduzem do cais para centro da cidade, indicando a radial de um movimento de ocupação do espaço que forjou a futura metrópole, o antigo “Porto dos Casais”, sempre acompanhadas da voz feminina. *“Seja eu um parto constante”*, a voz revela

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_78w9S4foSo>. Acesso em: junho de 2015.

6 Se no curta, ele funciona como elemento observador da história, o próprio rio também é carregado de historicidade, uma vez que sua categorização é e continua envolta em polêmicas – popularmente é conhecido como rio, mas em 1982 um decreto do governador Amaral de Souza o declarou lago. Cf: Guaíba é lago, garantem técnicos. *Correio do Povo*, 2 de novembro de 2002. Disponível em: <<http://www.cpovo.net/jornal/A108/N35/PDF/Fim09.pdf>>. Acesso em: agosto de 2015).

7 TEXTOR (1970), op.cit, 08min 34seg.

para pouco tempo depois as imagens estáticas serem substituídas pela gravação da entrada da uma senhora em uma sala de estar antiga. A senhora

dá corda em um antigo relógio e abre uma janela: quem a fecha já não é a senhora, mas uma menina que, vestida com roupas que lembram as da época das fotos de Callegari, surge passeando em uma carruagem pela cidade com uma moça. Suas imagens em movimento mais uma vez são articuladas com as imagens estáticas antigas da cidade por onde passeiam. Ao saírem da carruagem, um som de música adentra e sugere, a partir de imagens do centro da urbe em festa, que as duas se encaminhavam para alguma celebração na rua. As imagens da praça cheia de gente são exploradas delicadamente por Textor, que tenta captar o pulsar de uma cidade que já não existia, dando-a vida novamente.

A última sequência de imagens do curta então se dá: da festa, a câmera filma terra e dela surgem escombros, restos de demolição. Da terra, surge a grama remoída, uns restos de madeira, escombros e, por fim, ao continuar deslizando para cima, a câmera aponta para modernos espigões que aparecem um pouco desordenados entre algumas edificações mais antigas. A câmera então imerge na cidade, adentra o viaduto Loureiro da Silva, recém-construído e primeira grande obra viária da administração de Thompson Flores. Inaugurado na mesma semana da estreia do filme na cidade, o viaduto simbolizava a destruição da antiga Praça do Portão, simbólica por ser uma das principais entradas por terra do antigo centro da urbe. As ilustrações do painel, inaugurado ao lado da nova estrutura, simbolizavam a transformação da cidade portuária na cidade dos espigões junto ao rio – o rio, tal qual utilizado por Textor, serve como elemento que liga as duas cidades, do passado e do futuro. De forma parecida, a câmera volta-se novamente para baixo, mas desta vez para a água que jorra da Fonte Talavera, fonte antiga presenteada pela Sociedade Espanhola de Apoios Mútuos no centenário da Revolução Farroupilha, em 1935. A câmera percorre o traçado antigo da fonte e descamba, mais uma vez, focando na grandeza de um espigão ao fundo. Esse contraste entre as duas cidades, entre passado, delicado, e presente, bruto, continua nas imagens que se seguem, projetando a partir do alto o contraste entre as formas arquitetônicas das igrejas antigas e dos altos espigões que agora povoam o centro da cidade.

“A Cidade o Tempo” combinava perfeitamente com as buscas por legitimidade que o governo militar empreendia para construir um reconhecimento público das transformações que operavam nos grandes centros urbanos nacionais. Utilizava os mesmos recursos de sentido para construir um percurso e uma interpretação para a história da cidade – o rio, o novo com o velho, início, meio e fim, natureza e concreto, passado e futuro, evo-

lução, progresso. O fim condutor linear parecia sugerir, como nas outras respostas patrocinadas pela prefeitura, uma afirmação do progresso que transformava a cidade em um lugar da modernidade. Mas a obra de Textor não se deixa fechar em uma resposta exata: a música, que surge com na sequência dos escombros, gradualmente vai aumentando a intensidade que explode ao surgir na tela a última imagem, a moderna ponte que corta o Guaíba e liga suas duas margens de terra. A ponte, grandiosa, engenhosa e facilitadora da comunicação via terrestre da capital com o sul do Estado, constata o triunfo final da cidade da técnica sob a cidade provincial. O curta volta-se ao ponto onde começou, o rio, como mito da origem e do fim; mas o foco é a ponte que o corta e a cidade dos espigões que fica ao seu fundo - uma imagem tornada ameaçadora pela música que a acompanha. Dominando o leito do rio de onde emergia a urbe, a imagem final dá margem tanto a leitura que legitimava as transformações que o governo de Thompson Flores empreendia na cidade, quanto uma possível crítica à elas - a técnica que domina a natureza é acompanhada de uma música que pode sugerir perigo e medo. Tal é a marca inteligente que Textor faz imprimir na obra, tornando-a argumento que legitimava a gestão do prefeito tecnocrata ao mesmo tempo que sutilmente possibilitava sua crítica⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Textor acabou por fazer desta obra por muitos anos um referencial para a possibilidade de realizarem-se curtas-metragens comerciais vendáveis na cidade. Graças ao uso hábil dos recursos públicos, ela também conseguiu publicidade suficiente para tornar-se um referencial enquanto possibilidade de Porto Alegre ser retratada pelas telas do cinema e transformou-se em um testemunho precioso de mudanças bruscas e violentas na cidade, testemunha da imposição de um projeto tecnocrático que convertia o espaço urbano em um lugar de um não-tempo, um espaço disciplinar de corpos e mentes a serviço da grande máquina da ordem e do progresso que o regime queria encarnar. Nessa nova urbe, a memória era expulsa e subjugada a pequenos espaços gentilmente cedidos pela administração

8 A obra de Antônio Carlos Textor teve, em grande parte, Porto Alegre e seus dilemas urbanos como protagonistas. Nesse sentido, parece-nos claro que o tom da música que acompanha a imagem da ponte quer denotar, sim, uma crítica àquela modernidade que soterrava a Porto Alegre das fotografias de Virgílio Callegari, ainda que feita de forma sutil tal qual outras obras produzidas nos anos mais repressivos da Ditadura Civil-Militar. “Urbano”, de 1982, é um bom exemplo de um curta-metragem crítico às questões urbanas produzido pelo mesmo autor, retratando a história de um mendigo residente às margens de uma avenida que se apaixona por uma manequim. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=UztsQIV3K4g>. Acesso em: janeiro de 2016;

que reelaborava furiosamente suas praças e suas ruas. “*Fui recriada, sou linguagem, fundação...*”, dizia a voz no início do curta por onde a cidade falava, para no fim restar apenas o silêncio angustiante de uma música intensa e a presença de gigantes de concreto. Sua insistência por tratar da urbanidade e de seus problemas, fizeram da filmografia de Antônio Carlos Textor um exemplo de ruptura com a estética ruralizante que predominava na cinematografia produzida pelo Rio Grande do Sul, fornecendo balizas e inspirações para que outros se aventurassem por novas ângulos e perspectivas e adentrassem no mundo não tão idílico das cidades. “A Cidade e o Tempo” converteu-se em um precioso documento sobre um tempo de transformações abruptas, modernizações empreendidas por meio de um regime conservador que foi implacável e eficaz em recriar suas metrópoles – mas também converteu-se em um precioso exemplo de como um olhar sensível é capaz de produzir um testemunho vivo a respeito da ebulição que o cerca, apropriando-se de uma oportunidade do mesmo regime para fazer dela uma possibilidade de sua própria crítica.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Caio Fernando. *Pedras de Calcutá*. São Paulo: Editora Alfa- Omega, 1977.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, Dourados, v.10, n.17, 2008.
- BECKER, Tulio. *Cinema gaúcho: uma breve história*. Porto Alegre: Movimento, 1986.
- BRANCO, Edwar Castelo. Rupturas instauradora e funcionamento social da imagem no Brasil contemporâneo. In: BRANCO, E.C. (Org.). *História, cinema e outras imagens juvenis*. Teresina: EDUFPI, 2009.
- CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J. A urbanização e a construção do rural no cinema de Mazzaropi. *Revista Internacional de Folkcomunicação*, v. 1, p. 1-13, 2010.
- CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: 1. As artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- FIECHTER, Georges-André. *O regime modernizador no Brasil, 164/1972: estudo sobre as interações político-econômicas em um regime militar contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1974.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da Filosofia do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

- LEMOS, Amalia Inés G. de. Metropolização e modernidade. As metrópoles da América Latina. In: SCARLATO, Francisco C.; SANTOS, Milton.; SOUZA, Maria Adélia A.; ARROYO, Monica. (Orgs.) *Globalização e Espaço Latino-Americanos*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- ORTIZ, Renato. Cultura, modernidade e identidades. In: SCARLATO, Francisco C.; SANTOS, Milton.; SOUZA, Maria Adélia A.; ARROYO, Monica. (Orgs.) *Globalização e Espaço Latino-Americanos*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- PÓVOAS, Glênio Nicola. Crítica da cidade em rigoroso curta-metragem de Textor. *Sessões do Imaginário*, Porto Alegre, n. 7, 2001.
- SIMMEL, George. As grandes e a vida do espírito (1903). *Maná*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=So104-93132005000200010&script=sci_arttext> Acesso em: junho de 2015.
- REIS, Nicole Isabel. Remixando Teixeira. *Uma análise antropológica sobre a construção da imagem pública do "Gaúcho Coração do Rio Grande"*. Tese de Doutorado em Antropologia Social - UFRGS. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/25897>. Acesso em: janeiro de 2016.
- REIS, Daniel Aarão (org). *Modernização, Ditadura e Democracia: 1964-2010*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, Fundación Mapfre, 2014.
- ROSSINI, Miriam de Souza. O popular cinema de Teixeira. In: BECKER, Tuio (Org.). *Cinema no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995.
- ROSZAK, Theodore. *A contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*. Petrópolis: Vozes, 1972
- TEXTOR, Antonio Carlos. *A Cidade e o Tempo*. Porto Alegre: Cinimagem, 1970. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_78w9S4foSo. Acesso em: junho de 2015.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Recebido em 5/2/2016

Aprovado em 6/4/2016

DOCUMENTAÇÃO

APOLINÁRIO PORTO ALEGRE

Nesta edição, trazemos amostras de duas cartas que compõem a Série Correspondência Recebida do Fundo Apolinário Porto Alegre. As cartas apresentadas traduzem aspectos da multifacetada figura de Apolinário Porto Alegre.

Nos dias 24 e 25 de maio passado, reuniram-se especialistas no Colóquio Apolinário Porto Alegre para tratar da trajetória do acervo, assim como da vida e obra desse humanista do século XIX. Falecido em 1904, aos 59 anos, Apolinário Porto Alegre fundou Colégios, publicou romances e poemas, foi professor e defendeu com afincos seus ideais republicanos através de debates calorosos nos periódicos de seu tempo.

Aproveitamos a oportunidade para lançar o projeto da publicação da Série Correspondência, composta por cerca de 200 itens, balizadas no período entre 1862 a 1903. Do mesmo modo que ora se apresentam a reprodução do documento e a transcrição paleográfica, todos os itens dessa Série documental serão divulgados no portal do IHGRGS ao longo do ano, junto com o Catálogo da mesma Série.

Dada a trajetória do titular e do acervo, estamos certos de que hoje nos resta apenas uma ínfima parte das cartas que ele recebeu, evidenciando-se a importância inestimável dos exemplares existentes no acervo do IHGRGS.

Considerações Técnicas

A transcrição paleográfica obedece a forma original do documento, preservando-se a grafia e a apresentação. Além disso, de acordo com as Normas Brasileiras de Transcrição Paleográfica, foram adotadas as seguintes convenções:

- As abreviaturas foram desdobradas, sublinhando-se as letras que foram acrescentadas.
- As assinaturas e rubricas foram sublinhadas.

Sob a supervisão e revisão da arquivista Vanessa Gomes de Campos, o trabalho de transcrição paleográfica contou com a cooperação de Andréia Sueli R. de Andrade e o Catálogo está sendo elaborado com a contribuição de Jamilly Veit Scheffer.

Carta de João Damasceno Vieira (Rio de Janeiro, 26/1/1876)

Notação 1876 1-26

Ant. Apollinario

Côrte, 26 de Janeiro de 76-

Não sei se ainda te lembraes do amigo
 Damasceno, ha quatro annos que
 estou ausente da nossa Provincia
 e ha bastão seus poucos annos para
 realisar-se talvez o sonho e paper
 lar avianim: Longe da vista, longe
 do coração - Embora, emquanto
 morar - que não esqueci-me - de ti
 Em 1872 dirigí-te uma carta que
 prometteu não a recebestes, pois
 expens pela respectiva - ali está
 data, estão certos, porém, que esta
 te chegará as mãos, pois o
 seu portador é o meu amigo
 Jaco da Costa Lima e Castro,
 estudante do 5º anno da Fa-
 culdade de Medicina - a quem
 tenho o prazer de te apresentar
 e recomendar -

Olhei Lima e Castro, além de

Amigo Apollinario

Côrte, 26 de Janeiro de 76 –

Não sei se ainda te lembrás do amigo
Damasceno, ha quatro annos que
estou ausente da nossa Provincia
e bastão esses poucos annos para
realisar-se talvez o velho e popu-
lar anexim: Longe da vista, longe
do coração – Embora, Escrevendo-te
mostro que não esqueci-me de ti
Em 1872 dirigi-te uma carta que
provavelmente não a recebeste, pois
espero pela resposta até esta
data; estou certo, porem, que esta
te chegará as mãos, pois o
seu portador é o meu amigo
João da Costa Lima e Castro,
estudante do 5º anno da Fa-
culdade de Medicina a quem
tenho o praser de te apresentar
e recommendar –
O Senhor Lima e Castro, alem de

eminente qualidades ^{que possuem} & a ^{seu} distin-
 cto academicas — Elle já te co-
 nhece de nome e deseja fazerlo
 pessoal. Tu — Vai passar a Brás
 attendendo de assumpto,
 Estou muito satisfeito por
 saber que o teu collegio
 prospera de dia a dia, mas
 podia deixar de ser assim,
 tendo tu por director —
 Lastima que não estives-
 se aqui, onde com um pouco
 de esforço e auctor dos Palmar
 estarias em contacto — com
 as principaes da nossa
 litteratura, ^{entre elles} onde occupar-
 ias um posto distincto.
 Ainda existe o Parthenon,
 ainda continuas a despertar
 vocações? São Fran. de
 Paula era o protector dos
 crianças, que depois torna-
 vam-se homens, tu es

eminentes qualidades <que possui> é um distinto académico – Elle já te conhece de nome e deseja fazer-o pessoalmente – Vai passear á Provincia Mudando de assumpto. Estou muito satisfeito por saber que o teu collegio prospera de dia a dia, não podia deixar de ser assim, tendo-te por director – Lastimo que não estejas aqui, onde com mais facilidade o autor dos Palmares estaria em contacto – com os principes da nossa litteratura, onde <entre elles> occuparia um posto distincto. Ainda existe o Parthenon, ainda continuas a despertar vocações? São Francisco de Paula era o protector das crianças, que depois tornam-se homens, tu es

ou se as no meu tempo, o pro-
 tector dos ignorantes, a quem
 depois fizias pactos, escriptos
 nos X. A mim ficaste persisti-
 no intento de calar-me -
 e o que me faço, apesar
 de deventar casado -
 O que é feito do Hilanito, do
 Schills, Apelles, Lucio, Pa-
 ro de Frango, Firmian e outros
 Camaradas? Ficaste bon-
 de tens incomodos? Espe-
 ro que me reappareas a estes
 perguntos - eis como transcor-
 ri a minha vida, falando-me tu
 na nossa pratica Parte II
 Já vai longe isto, muita
 o tempo, que gastarias no pre-
 sa minha causa.
 Mentu embora os meus prestios
 segues insignificantes, contida
 aqui ou em qualquer, sempre
 tiveas em mim am. prompt

ou eras no meu tempo, o protector dos ignorantes, a quem depois fasias poetas, escriptores &ra¹. A mim fiseste persistir no intento de estudar e é o que eu faço, apesar de doente e casado – O que é feito de Hilarinho, do Achilles, Apelles, Lucio, Vasco de Araujo, Firmiano e outros Camaradas? Ficaste bom de teus encomodos? Espero que me respondas a estas perguntas circunstanciadamente, fallando-me tambem na nossa poetica Porto Alegre Ja vai longa esta, roubo te o tempo, que gastarias mais preciosamente n’outra cousa. Muito embora os meus prestimos sejam insignificantes, conttudo aqui ou em qualquer, sempre terás em mim amigo prompto

1 Etc

para te servir -
 Recomendando-me a. Teus meus
 e amáveis amigos a tua re-
 ceber uma abraço affectuoso
 de
 Teu Simão am.
 J.º Dumoulin Lf.

P.S.
 Quando me encontras
 a carta deo deo encobranda
 ao Largo de São n.º 10

para te servir –
Recommend-me a teus mocos
e conhecidos communs e tu re
cebe um abraço affectuoso
de

Teu Sincero amigo
João Damasceno Ferreira

P.S.
Quando me escreveres
a carta deve ser endereçada
ao Largo do Paço nº 10

Carta de Manoel Alves da Silva Caldeira (Armada [Canguçu], 23/4/1879)

Notação 1879 4-23

Respondo a 18 de julho de 1879

Caro amigo e camarada
armado, 23 de abril
de 1879

Com muita satisfação recebi a tua carta datada do
12 de janeiro findo; scripta nesta data; a qual passo a
responder:

Respondo a minha grossa folha de papel, com agra-
decer continuar a minha activa correspondência contig-
uando alguns dos pedidos que as pessoas que se
presentam ao Club d'ahi tinham d'origem-me, e tam-
bem as respostas de algumas cartas que dirigi a
alguns amigos residentes em Canguçu.

Tanto pela demora da parte das pessoas d'ahi,
como dos d'itos amigos, em responderem-me, tendo
a resolução de trabalhar mais d'ella novamente,
para manifestar-te qual era a minha disposição,
com a ser: de os amigos, de Canguçu não se
prestanem para desentolherem o seu Club Republi-
cano, em sem muito gasto prestari os meus de-
bais serviços a nasçõgetima e principal Polittica:

Aqui sentida em dirigi-te duas cartas, a primeira
tendo alguma coisa mais na ultima, na qual
em d'ahi, que, Poros e Xosins com Republica-
nos, e Poros era Liberal monarchista; as outras
cartas promptos para desenvolvermos o Club, e esta
não deita de manter (com muita) no mesmo
do povo as nossas idêas.

Manda-me o Programa do nosso partido,
assignado pelas Principaes Pessoas do Club, para
signar

<Respondí, a 16 de julho de 1879>²

Prezado Amigo e Camarada

Armada, 23 de Abril

de 1879

Com muita satisfação recebi a tua carta datada do 1º de Janeiro findo; escripta nesta data; a qual passo a responder:

Suspendi a minha grossa penna do papel, com a qual, devia continuar a minha activa correspondencia contigo, esperando alguns dos pedidos que as Pessôas que representam o Club d'ahi tñhãõ á dirigir-me, e tambem as respostas de algumas cartas que dirigi á alguns Amigos residentes em Cangussú:

Tanto pela demora da parte das Pessôas d'ahi, como dos ditos Amigos, em responderem-me, [tomei] a resolução de lançar mão d'ella de novamente, para manifestar-te qual era a minha disposição; e vem a ser: Se os Amigos, de Cangussú não se prestarem para desenvolvermos ali um Club Republicano, eu com muito gosto prestarei os meus de=beis serviços a nossa legitima e principal Politica:

Neste sentido eu dirigi-te duas cartas, augmentando alguma cousa mais na ultima, na qual eu dizia, que, Borges e Zosimo erãõ Republicanos, e Soares era Liberal monarchista; aquelles estãõ promptos para desenvolvermos o Club, e este não deixa de incutir (com cautéla) no animo do povo as nossas idéas.

Manda-me o Programa do nosso partido, assignado pelas principaes Pessôas do Club, para

2 Intervenção de Apolinário Porto Alegre.

para garantir a segurança de nossos compromissamen-
tos Políticos.

Se eu encontrar aqui um Republicano que
mereça a confiança que eu tenho posto de-
positada os nossos Amigos Políticos de aqui, pa-
ra o Presid. e Club, me indicarei; de contrario eu
arbitrarei a nomeação, por que a causa é de vida
e morte, como tu bem sabes.

Podes assegurar ao Sr. Sr. Appelliano, que
eu estou decididamente disposto a cooperar-lhe,
com toda a importância possível a fim de alcançar
meu e triumpho que tanto obsequiamos, pois
não sou elle tão constrangido em seguir
me as suas instruções para meu governo.

São para occasião de propagação os nossos in-
dícios; levando ao conhecimento do publico a
grande necessidade que temos do mudo-
ra do sistema de governo, para substituir o
brave governo pelo o livre. pois que oimen-
te desta maneira circulava a moeda pelo
a habitação; apresentando o Estado Oriental,
como bom exemplo, para o qual mereço to-
das as dias os nossos Políticos a honra
de dinheiro que circula e toda a
companhia; dizendo-lhes mais, que a me-
ninha com a sua família são al-

para garantia reciproca de nossos compromettimentos Politicos.

Se eu encontrar aqui um Republicano que mereça a confiança que em minha pessoa deposito os nossos Amigos Politicos de'ahi, para Presidir o Club, vos indicarei; do contrario eu aceitarei a nomeação, porque a causa é de vida e morte, como tu bem sabes.

Podeis asseverar ao Illustrissimo Senhor Appolinario, que eu estou decididamente disposto á coadjuval=, com todo empenho possivel a fim de alcançarmos o triumpho que tanto almejamos; pois não deve elle ter constrangimento em dirigir= me as suas instrucções para meu governo.

Não perco occasião de propagar as nossas idéas; levando ao conhecimento do publico a grande nessecidade que temos da modança do sÿstema de governo, para substituir o braço escravo pelo livre; pois que sómente desta maneira circulará a moeda pela á pobreza; apresentando o Estado Oriental, como bom exemplo, para o qual marchão todos os dias nossos Patricios á procura do dinheiro que circula por toda a campanha; dizendo-lhe mais, que o monarcha com á sua familia são ale-

misturadas com grande sacrificio do povo,
 e que nas grandes liberdades que nos correspon-
 de pela via da sociedade em que estamos, e
 grande elle monarchia, julga que o povo se
 quer unir um opin de se tornar forte, e
 he se meos de lual e a uma guerra estranha,
 servinda-se da pallava - Christismo - afin de se
 sacrificarem de morte, e impobrecer a nacao que so-
 btrahem as desgraças da patria; entretanto vive
 a monarchia, e o povo ~~se~~ geme.

O povo sempre esta sem divi; e para o povo, na-
 mos fi o povo, que a impobrecer, se aproximada a
 guerra de Cambray, para sustentar os bracos da
 monarchia, que nos e fatal.

O povo não esquecer esta recordade, ~~mas~~
~~mas~~ ~~de~~ ~~esta~~ ~~he~~ toda a importancia.

Eu e a malha dasyomas - te ~~uma~~ venturas,
 ignas as que me e de fani pp te nas desgraças.

Mito ~~uma~~ ~~recomenda~~ aos ~~don~~ ~~pro~~ ~~que~~ ~~se~~
 lembramos de minha pessoa, e com especialidade ao
 don. Sr. Apolinario.

Deuta um abraço de

Seu amigo e camarada velho

Manoel Alves da S. G. S.

mentados com grande sacrificio do povo,
e que não gozamos da liberdade que nos correspon=
de pelo gráu de sivilisação em que estamos; e –
quando elle monarcha, julga que o povo se
quer unir com o fim de se tornar forte, applica=
lhe os meios de leval-o a uma guerra estranha,
servindo-se da pallavra – Patriotismo – a fim de sa=
crifical-o de morte, e empobrecer áquelles que so=
brevivem as desgraças da Patria; entretanto vive
a monarchia, e o povo [rasura] geme.
O nosso Thesouro está sem dinheiro, a nação pobre, mas
não foi o povo que a empobreceu, foi a premeditada
guerra do Paraguhäy, para sustentar os brasões da
monarchia que nos é fatal.

O povo não desconhece esta verdade, [rasura]
[rasura] e dar=lhe toda a importancia.

Eu e a mulher desejamos-te [rasura] venturas
iguaes ás que no 1º de Janeiro proximo passado tu nos de=
sejavas.

Muito me recommendo aos Illustrissimos Senhores
que se-
lembrarão de minha pessoa, e com especialidade ao
Illustrissimo Senhor Appolinario.

Aceita um abraço de

Teu Amigo e Camarada Velho

Manoel Alves da Silva Caldeira